UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS

**Experiências em movimento:
Alimentação, cidadania e lutas sociais
na zona leste de São Paulo (1993-2006)**

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Experiências em movimento:
Alimentação, cidadania e lutas sociais
na zona leste de São Paulo (1993-2006)**

André Luzzi de Campos

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi

São Paulo
2009

Alegramento

Betinho tem uma frase muito conhecida que diz: solidariedade a gente não agradece, se alegra. Por esta razão, chamo estas palavras introdutórias como *Alegramento. Um estado de satisfação, alegria*. É assim que me sinto.

Concluir esta pesquisa reflete um longo percurso que me leva a uma maior maturidade intelectual, política e pessoal. Foram momentos de estudo, reflexão que exigiam de uma alma extremamente agitada, indignada com as situações históricas e políticas que vivemos, a quietude e o recolhimento necessários para realizar o trabalho que havia me disposto. E como foi difícil...

Acredito que ao concluir esta pesquisa estou oferecendo uma contribuição para registrar as lutas, conquistas e desafios de um povo guerreiro, que com muita solidariedade e criatividade, se coloca em pé para transformar a sua realidade. Por isso mesmo, agradeço inicialmente a oportunidade de conviver com lutadores sociais, homens e mulheres, das diferentes regiões da cidade que dedicam parte do seu tempo em construir uma sociedade melhor – e de quem proponho registrar parte desta história.

Em seguida, quero reconhecer a importância dos calorosos momentos de discussão com os companheiros(as) da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em São Paulo, Tarcísio Geraldo Faria, Maria Albertina Galvão de França (Tina), Nadja Faraone, Vera Villela, e de outros comitês estaduais, que me conduziram pelos (des)caminhos desta história em defesa da cidadania.

Agradeço a Professora Zilda Iokoi, minha orientadora, a quem tenho profunda admiração e respeito por todo o trabalho e produção intelectual, mas sobretudo sua capacidade de se sensibilizar e discutir temas muitas vezes silenciados em nossa sociedade. Os encontros de estudos realizados no nosso grupo de pesquisadores do LEI – Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

– FFLCH, da USP, foram imprescindíveis para revisão crítica dos temas relacionados à pesquisa.

Rendo as minhas mais sinceras homenagens à legião que na minha família me encorajaram e deram suporte para que juntos construíssemos as condições para desenvolver este estudo. Uma conquista com quem preciso compartilhar. À Maíra, a gratidão por tamanha compreensão e carinho. Querido Miguel, motivo de inspiração e muita sabedoria – tua presença me faz feliz.

Meus queridos pais, Beth e Dito, que me ensinam todos os dias a seguir firme lutando por nossos sonhos e ideais, obrigado pela energia e torcida. Fábio, Stela, cunhados e sobrinhos, nossa grande comunidade familiar, para não exagerar nos elogios, quero reforçar aqui o meu profundo amor por cada um. Agradeço o carinho recebido da Circe, Diomar, e do Diogo. Foi fundamental. Sou muito grato pelo apoio e paciência da professora Circe, que acreditou neste trabalho, e com afetuosidade ajudo-me com valiosas idéias, sugestões de leitura e a enfrentar as dificuldades da pesquisa.

Muito obrigado, amigas e amigos, que me suportaram de forma paciente em cada etapa desta empreitada.

Saudações cidadãs.

Resumo

Trata-se de investigação histórica sobre as lutas contra à fome e à miséria em São Paulo na região leste da cidade. O trabalho busca estabelecer uma relação entre a produção de Josué de Castro sobre a questão da fome e o trabalho desenvolvido pela Ação da Cidadania, tendo como seu principal articulador o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

Procura, ainda, analisar de forma retrospectiva os papéis desempenhados pelos diferentes agentes históricos no período de 1993 a 2006, que compreende o processo de consolidação democrática no Brasil, marcado pela ampla mobilização social contra à fome e à miséria, ao momento hodierno com a implantação de políticas públicas voltadas à promoção do direito humano à alimentação e promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

It concerns a historic investigation about the struggles against hunger and poverty on the east side of the city of São Paulo. This paper aims to establish a relationship between the work of Josué de Castro on hunger and the work developed by Ação da Cidadania that has its main articulator the sociologist Herbert de Souza, also known as Betinho.

In addition, it aims to analyze retrospectively the roles of the different historic agents from 1993 to 2006, a period that comprehends the process of consolidation of the democracy in Brazil, marked by a wide social mobilization against hunger and poverty, to the actual time, with the implementation of public policies addressing the promotion of human rights, nourishment and the promulgation of the Brazilian Nutritional and Food Security Organic Act (LOSAN).

A realidade desta miséria universal dividiu o mundo em dois grupos de seres humanos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem. O grupo dos que não comem habita os países pobres e se julga esmagado em sua miséria pela opressão econômica das grandes potências industrializadas. O grupo dos que não dormem habita as áreas mais ricas do mundo, mas não dormem pelo pavor que lhes infunde a revolta dos que não comem.

Josué de Castro, 1966

*Ô Josué eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu
ameaça*

*Peguei um balaio fui na feira roubar tomate e
cebola lá passando uma véia e pegou a
minha cenoura*

*"Aê minha véia deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir"
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar*

**Chico Science & Nação Zumbi,
1994**

Sumário

Introdução08

Capítulo 1 - Do Combate à Fome e à miséria a um projeto popular17

1.1 O pensamento de Josué de Castro: a fome na agenda do Desenvolvimento 17

1.2 A fome e o resgate da Cidadania: uma nova agenda política ..31

1.3 Segurança alimentar e nutricional no projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso44

Capítulo 2 - A prática da Ação da Cidadania: uma esperança difusa 55

2.1 História da Ação da Cidadania: cidadania, direito à alimentação e participação social55

2.2 Comitês de cidadania na região leste da cidade de São Paulo: caracterização e formas de atuação75

Capítulo 3 - Relação Estado e Sociedade: uma análise retrospectiva 99

3.1 Organização popular e compartilhamento do poder na luta por Direitos99

3.2 Resultados parciais das lutas sociais nas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional ...121

Considerações Finais143

Anexo ..147

Referência Bibliográfica 149

Introdução

Neste estudo buscamos analisar as lutas contra as desigualdades na perspectiva de superação da fome e a promoção do direito humano à alimentação em São Paulo no período de 1993 a 2006, na região leste da cidade, no âmbito da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Buscamos verificar como essa história imediata se relaciona com os tempos pretéritos na busca de compreensão dos problemas da desigualdade social no Brasil.

O objetivo central é realizar uma investigação histórica sobre as contribuições das organizações e movimentos sociais no combate à fome e à miséria. Pretende-se, ainda, analisar os papéis desempenhados pelos diferentes atores na elaboração, implantação e controle social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. O período histórico compreende o momento de consolidação democrática no Brasil, com a ampla mobilização contra à fome e à miséria, aos dias hodiernos com o programa Fome Zero, do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir desses objetivos buscamos também observar aspectos mais específicos deste processo de ação política, a saber:

1. Identificação de mudanças referentes aos mecanismos de organização e mobilização social da sociedade civil, especialmente quanto à institucionalização dos movimentos sociais, a consolidação do trabalho voluntário e do chamado “Terceiro Setor”;
2. Compreensão do papel dos diferentes agentes da organização e mobilização social da sociedade civil;

3. Apreensão acerca das parcerias e articulações da sociedade civil na região leste da cidade de São Paulo com os diferentes atores políticos para execução de suas ações e projetos de assistência social ou socorro emergencial;

4. Identificação das contribuições e esforços do conjunto da sociedade para efetivação do acompanhamento da construção de marcos legais para implantação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Acreditamos que a concepção de Estado defendida no âmbito das reformas políticas e econômicas levadas a cabo no período analisado limitaram o alcance das experiências de luta pela cidadania e o direito à alimentação. Partimos da hipótese de investigação que houve avanços e insucessos históricos na construção da emancipação social, mas ainda convivemos com um grave quadro de insegurança alimentar e nutricional presente em nossa sociedade.

É no campo da História social que baseamos os referenciais teóricos e metodológicos para realização dos procedimentos de pesquisa adequados ao levantamento das fontes que permitam melhor compreensão deste passado recente e, conseqüentemente, apropriação sobre as razões que provocam as contradições e as desigualdades vividas ao longo deste processo. A História do tempo presente, na vertente de uma história social e política, tem possibilitado a investigação introduzindo aspectos relacionados às questões políticas. Vários estudiosos franceses têm valorizado dentro da concepção da história contemporânea o estudo das temáticas políticas e realizam uma crítica aos historiadores da denominada história nova que relegaram a política a um segundo plano¹. Ganham destaque nesta abordagem elementos sociais,

¹ René Girault, "Histoire contemporaine", in *La Recherche historique em France depuis 1965*, Paris: Ed. du CNRS, 1980, pp. 39-60; Jean -Pierre Rioux, "Histoire

culturais, econômicos, geográficos e ambientais no intuito de que nosso trabalho como pesquisador possa estabelecer diálogo com as outras áreas das ciências humanas com vistas a constituir referenciais e instrumentos para análise e interpretação do objeto em estudo, reconhecendo novas redes de solidariedade e atuação política dos sujeitos.

A história do tempo presente aponta para novas dimensões de tempo e espaço, exigindo do historiador um grande intento para situar sua periodização, revelando as mudanças e permanências em cada época estudada. Segundo o historiador Marcel Trebitsch “não se trata somente de romper com a definição positiva do ‘passado’, mas de ler melhor, simultaneamente, o passado no presente (segundo o adágio braudeliano, o tempo presente é feito de 90% de passado), e mais ainda, o presente como um passado’. Isto supõe cessarmos de identificar o presente com o atual, e que se tente ler (ouvir a leitura), no seio mesmo do presente, daquilo que Henri Lefebvre chama o possível”²

Por se tratar de análise da história imediata, acreditamos que para apreender um passado recente no qual os acontecimentos envolvem tantos seus sujeitos, como o próprio pesquisador, novas e diferentes fontes documentais recebem maior relevância sejam elas audiovisuais, orais, e especialmente da produção da mídia. Sobre as fontes selecionadas é importante situá-las na dimensão da concepção de história do presente, tal qual apresenta Trebitsch:

Para o historiador do tempo presente, toda a fonte é válida, da mais clássica ao testemunho oral. Esta tentativa de compreender o presente como passado não elimina totalmente os riscos do ecletismo.

contemporaine: le retour du politique”, in Marc Guillaume (dir.), *L’Etat des sciences sociales em France*, Paris: La Découverte, 1986, pp-68-70. RÉMOND, René (Org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.

² Michel TREBITSCH, *L’Histoire contemporaine: quelques notes sur une histoire énigmatique*, 1991.

Cronologicamente, o tempo presente corresponde ao segundo século XX: não há apenas o ‘tempo em que se vive’, porém parte-se de uma ruptura fundadora, a segunda Guerra Mundial, do nosso mundo contemporâneo³.

Neste sentido, utilizamos fontes orais por meio da coleta de depoimentos de testemunhos sobre as experiências de lutas vividas, demandas e acomodações ocorridas no período analisado. Apoiado nos trabalhos de José Carlos Sebe Bom Meihy⁴ e Ecléa Bosi⁵ combinamos dois procedimentos na organização dos colaboradores: registro dos relatos dos colaboradores por meio da gravação eletrônica e a coleta dos dados econômicos, sociais e territoriais necessários aos estudos do tema.

Para isso, foi necessário em um primeiro momento definir uma comunidade destino. Poderíamos ter desenvolvido muitos caminhos: reunir pessoas que atuaram ou colaboravam com o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, ou identificar os doadores e beneficiários da campanha. Optamos, contudo, em selecionar as lideranças sociais, comunitárias que participaram do movimento na região leste da cidade de São Paulo por meio dos comitês de ação da cidadania. A partir do diálogo com diferentes atores sociais e informações obtidas nas documentações disponíveis foi construída uma rede de colaboradores para realização das entrevistas, evidenciando suas

³ op.cit Michel TREBITSCH

⁴ MEIHY, José Carlos Sebe B. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Augusto & Lea. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

entre outros

⁵ BOSI. Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: SÃO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

percepções sobre as relações do espaço e tempo, e também suas motivações para participação nos eventos em questão.

Foram coletados os depoimentos de quatro pessoas que participaram ou testemunharam os acontecimentos e conjunturas do período em estudo. Optamos pela realização de entrevistas semi-estruturadas procurando conhecer a participação, percepção do colaborador no desenvolvimento do assunto. Vale destacar, oportunamente, que a escolha deste procedimento ocorreu no intuito de acessarmos informações mais específicas e de interesse da presente investigação, conforme orienta José Carlos Sebe B. Meihy “A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, ele torna-se peça fundamental para a descoberta dos detalhes procurados” (Meihy, 2005, p.163)

As entrevistas foram gravadas em suporte digital, transcritas e transcriadas. O material foi validado pelo narrador em colaboração com o pesquisador. A seguir apresentamos os colaboradores que ofereceram seus testemunhos para esta pesquisa:

- Gilson Nunes Vitório, atua na Sociedade Comunitária Fala Negão. Jardim José Bonifácio;
- Manoel Del Rio, atuou no Comitê contra a fome e o Desemprego, na região da Mooca. Atualmente é membro da Diretoria da APOIO – Associação de Apoio Mútuo;
- Rosana Aparecida Batista, Diretora da Associação Garra Feminina, Jardim Bonifácio.
- Tarcísio Geraldo Faria, no início da Campanha atuou na ATRIA – Associação dos Trabalhadores de Itaquera e Adjacências.

Foi identificada no início da pesquisa uma outra colaboradora que atuou na Rede Corrente Viva, Maria da Penha Nascimento de Campos. Entretanto, infelizmente, Maria da Penha faleceu em 24

de maio de 2008, antes da realização da coleta dos relatos. Foi militante no Movimento Negro e lutava em defesa dos direitos das mulheres, tendo participado ativamente do Fórum de Mulheres Negras, na Marcha Mundial das Mulheres e na Rede Mulher contra a violência da zona leste. Foi membro da diretoria da Associação Fala Negão! Fala Negona! Na Ação da Cidadania, esteve à frente de muitas iniciativas, liderando as ações desenvolvidas por comitês do Fórum Leste. Nesta oportunidade, registramos o carinho que nutria pela Ação da Cidadania e a luta pela garantia de direitos.

Na interpretação destas fontes orais buscamos identificar em suas narrativas informações sobre acontecimentos e situações pelas quais pudéssemos apreender a realidade, seus sentidos e significados. Para corroborar a análise das entrevistas procuramos comparar as informações obtidas às outras fontes anteriormente pesquisadas, fossem elas textuais, iconográficas, orais, entre outras, procurando compreender de que maneira elas contribuem ou não com os dados já alcançados, e também como que as entrevistas possibilitam construir um novo conhecimento.

Neste sentido, realizamos uma crítica dos documentos, elaborando um conjunto de questionamentos que pudessem levantar informações adequadas à investigação. A diferenciação feita por Henri Moniot referente aos documentos históricos chamam atenção nesta pesquisa para o tratamento que se deve ter no questionamento a estas fontes

Podem ser distinguidas duas espécies de documentos. Aqueles que emanam da comunicação dos homens entre si: eles falam, mantêm um discurso - acreditou-se às vezes que seria suficiente lê-los -, mas também são subjetivos, distinguem-se tanto pela convivência quanto pela alteração, são de antemão portadores de uma significação, mas definida em seu contexto de origem. E os outros, neutros e taciturnos, vestígios ou elementos

materiais e imateriais aos quais o próprio historiador pode reconhecer um valor implícito de signo, índice, prova, testemunho⁶.

As fontes escritas consultadas são bastante esparsas, na sua maior parte não seriada. Foi consultado o arquivo da Ação da Cidadania, em São Paulo, constituído por documentos oficiais tais como relatórios de atividades, atas e registros de reuniões e eventos, em nível nacional e estadual, materiais de formação e divulgação, artigos e jornais, publicados pelo movimento, bem como a grande imprensa, e audiovisuais. É importante registrar que fizemos um grande esforço para reunir e organizar esta documentação.

Consideramos fundamental a pesquisa realizada no acervo disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, no Rio de Janeiro, que mantém a guarda dos documentos que compunham o acervo particular do sociólogo Hebert de Souza, contendo vasto registro sobre a Ação da Cidadania da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, assim como de outros temas aos quais Betinho se dedicara. O material está bem acondicionado em caixas, pastas e maços de documentos identificados de forma bastante precisa, sendo suas referências possíveis de acessar por meio do sítio eletrônico da instituição.

Infelizmente as obras ainda não foram digitalizadas, porém parte do material foi sistematizado para compor a publicação *Um abraço Betinho*, organizado por Dulce Pandofi e Luciana Heymann, editado pela CPDOC/FGV, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e Editora Garamond, lançado no ano de 2005.

Para realização do levantamento das fontes escritas e da

⁶ Henri, MONIOT. *A história dos povos sem história*, 1976

bibliografia necessária para conhecimento do tema e problemas abordados consultamos os acervos vinculados às instituições de ensino e pesquisas, bem como de organizações sociais que desenvolvem ações pertinentes ao tema e se tornaram referências. Entre os materiais disponíveis é valiosa contribuição do Serviço Social do Comércio – SESC, que realizou uma pesquisa bibliográfica sobre o tema por ocasião do Simpósio “O Desafio Social da Fome: a organização da sociedade na busca de soluções”, em São Paulo, em 1994.

As fontes bibliográficas foram também essenciais para o estudo do contexto do movimento social de luta contra fome originária das ações de Josué de Castro, assim foi feito o levantamento e análise de suas principais obras.

Em São Paulo, registramos, contudo, que ao longo da pesquisa tivemos dificuldades de acesso e utilização dos documentos existentes na instituição Ação da Cidadania, que reúne documentos referentes ao tema e sobre a organização do movimento no estado, necessitando em muitas ocasiões adequação dos prazos para realização da investigação e diferentes estratégias para obter êxito nas consultas. O acesso ao acervo ficou ainda mais difícil a partir de 20 de fevereiro de 2009, quando a instituição desocupou o imóvel devido à ação de reintegração de posse da justiça paulista. A documentação ficou provisoriamente alocada em organizações sociais situadas em pontos distintos da cidade, prejudicando a manipulação e trabalho com estas fontes.

A partir das fontes pesquisadas, organizamos o presente trabalho da seguinte forma. No primeiro capítulo, procuramos definir o problema da fome no Brasil e no mundo a partir das contribuições e o pensamento de Josué de Castro, e sua importância para compreender historicamente a produção das desigualdades no nosso país. Realizamos também uma análise histórica sobre o processo de mobilização e lutas sociais na década de 1990, procurando identificar as formas de organização da sociedade, os papéis desempenhados pelos diferentes atores e

as transformações ocorridas em cada período.

A seguir, no segundo capítulo, apresentamos criticamente o processo de surgimento, organização e consolidação da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela, buscando trazer à cena os diferentes agentes envolvidos no movimento, quem são seus mediadores, de que maneira se estabelecessem as relações entre estado e sociedade. Neste capítulo, identificamos as práticas sociais e ação política assumidas pelos comitês contra a fome e miséria na zona leste da cidade de São Paulo, analisando sua forma de organização e atuação. Procuramos, nesta etapa da investigação, realizar considerações sobre o papel do sujeito histórico nesta ação política, as possibilidades históricas de construção da emancipação social.

Por fim, no terceiro capítulo, ensejamos compreender a relação entre Estado e Sociedade, seus conflitos, tensionamentos e possibilidades de construção de diálogo entre os diferentes agentes políticos e sociais, na perspectiva da realização do direito humano à alimentação por meio da implantação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Capítulo I.

O Combate à fome e à miséria e suas contribuições para um projeto popular

1.1 O pensamento de Josué de Castro: a fome na agenda do Desenvolvimento

Frente às transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da criação do Estado Novo, uma série de intervenções do Governo foram realizadas para atender as demandas da população. Naquele contexto Getúlio Vargas, sancionou o Decreto-Lei 399 que definia o mínimo que cada pessoa deveria consumir em respeito à quantidade e qualidade para atender as necessidades nutricionais de um adulto. O governo inicia a estruturação de um conjunto de serviços na área de alimentação e nutrição.

Foi neste período que Josué de Castro iniciou seus estudos acerca da grave situação alimentar da população brasileira, identificando as principais necessidades nutricionais enfrentadas e as doenças delas decorrentes, analisando-as sob uma perspectiva territorial.⁷

Mas a questão da fome ganhou mesmo grande destaque no país na década de 1940, tendo principal instrumento de denúncia o livro *Geografia da Fome* de Josué de Castro publicado em 1946. O geógrafo e médico pernambucano defendeu que este grande

⁷ Estes trabalhos estão organizados em obras publicadas ao longo da década de 1930, destacando-se: *O Problema Fisiológico da alimentação no Brasil*. Recife: Editora Imprensa Industrial, 1932; *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933; *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Departamento de Saúde, 1995; *Alimentação e Raça*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1935; *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937.

flagelo nacional tem origens em questões socioeconômicas e políticas, desconstruindo a noção de castigo divino. Tratou, ainda, das implicações da fome em relação ao desenvolvimento humano e aos impactos ambientais. Ao conceber nova dimensão social e política da fome reclamou, portanto, respostas de toda a sociedade.

No caso brasileiro, Josué de Castro afirmava que a grave situação alimentar de grande contingente populacional estava relacionada ao crescente êxodo rural, à alta dos combustíveis utilizados na produção e à inflação e preços nos mercados consumidores. Defendia a necessidade da adoção no país de uma política alimentar, caracterizada pela melhoria da produção e da produtividade, subsídios para uma verdadeira reforma da economia agrícola.

Os principais aspectos desta reforma destacavam o combate ao latifúndio, principalmente em virtude da improdutividade de grandes extensões de terras; atualização da legislação de terras, garantindo ao produtor o acesso à própria terra; utilização adequada dos recursos naturais; incentivo à ocupação de terras cultiváveis próximas aos grandes centros urbanos, notadamente de alimentos perecíveis como frutas, legumes e verduras; estímulo à produção de gêneros variados nas pequenas propriedades próximas às cidades, evitando a produção de um único produto para atender às demandas das indústrias, e assim garantir o abastecimento destas localidades.

Propunha a introdução de mecanismos para racionalização e intensificação da lavoura, mas que respeitassem as condições ambientais, sem prejudicar o solo. Ligado ainda ao abastecimento, defendia que a produção deveria ser orientada para atender as necessidades básicas da população, e somente num terceiro momento destinar a produção para a exportação.

A proposta do autor atentava para mais dois eixos: uma política de financiamento que permitisse o planejamento da produção por meio da fixação de preços, a redução de estímulos

com a redução de impostos da terra relativos ao cultivo de produtos essenciais. Advogava a necessidade do fomento à organização dos agricultores em cooperativas que pudessem favorecer o armazenamento dos alimentos e sua distribuição, evitando um mal costumeiro já naquela época: os atravessadores.

Henrique Carneiro aponta⁸ a importância da obra de Josué de Castro para o campo da História da alimentação uma vez que o autor destaca os diferentes períodos históricos, a partir das carências alimentares das populações, assim como a disponibilidade de alimentos.

A importância de analisar as contribuições do pensamento deste autor no campo das transformações políticas, sociais e econômicas está centrada no valor de sua obra a principal causa da fome está, pois, associada ao subdesenvolvimento, ao modelo de formação econômica dos países localizados na região que se costumou chamar de Terceiro Mundo. Ele afirmava que o “subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza - sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi determinante para o subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas”.

Estas observações de Josué de Castro reforçam as contribuições teóricas sobre o subdesenvolvimento que ganharam repercussão especialmente na América Latina e no Brasil ao tratarem o subdesenvolvimento apenas como uma etapa transitória do capitalismo deixaram de perceber a lógica do sistema mundial que se fez pela super exploração das riquezas naturais e da força de trabalho humana. Deriva daí as interpretações que buscam propor uma dicotomia entre os países, áreas ou processos não considerados não do ponto de vista da política, mas do ponto de

⁸ Henrique CARNEIRO, *Comida e Sociedade*,

vista moral: moderno onde há esforços e competência e arcaico ou atrasado onde há indolência e ignorância.

Francisco de Oliveira aponta que ao basearem suas interpretações nos fatores relacionados meramente à dependência, concentraram suas análises nas relações externas sem levar em consideração os aspectos internos, da oposição entre as classes sociais. Ressaltou, este autor que o “subdesenvolvimento” gerou uma capacidade de produzir excedente apropriado pelo exterior e sua incapacidade de absorver de modo produtivo a outra parte do excedente que gerou foram fatores a serem considerados na desigualdade do desenvolvimento. (Oliveira, 2003, p. 32-34)

Segundo Oliveira, uma defesa teórica para justificar o modelo de desenvolvimento capitalista e ocultar as discussões políticas que poderiam ser feitas sobre os conflitos e interesses de classes.

As transformações no modelo de produção no Brasil, especialmente ao longo das décadas de 1930 a 1950, produziram novos hábitos alimentares, impactando nas formas de acesso, a preparação e o consumo dos alimentos. João Manoel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais demonstram isso no livro *Capitalismo tardio e a sociabilidade moderna*, como segue:

Alimentos industrializados: O arroz, o feijão, o açúcar, as farinhas, de trigo, de rosca, de mandioca, já empacotados de fábrica em sacos de plástico e não mais na hora, retirados de tonéis, de sacos ou de vidros imensos e colocados em sacos de papel. Chegou o extrato de tomate; a lata de ervilha, de palmito, de milho, de legumes picados; o leite condensado; o leite em pó; o iogurte; novas espécies de biscoito e de macarrão; os achocolatados; a lingüiça; a salsichas, apresuntada e os outros embutidos; o frango de granja toma lugar do frango caipira, com grande perda do sabor; o mesmo acontece com os ovos; o queijo prato e a mussarela;

a azeitona em lata e depois em vidro; as batatas *chips*; a aveia em lata, muito depois os outros cereais; salgadinhos para aperitivo; a goiabada; a marmelada, a bananada; o pêssego ou o figo ou a goiabada em calda, mais caros; o pão tipo Pullman, para fazer torradas ou sanduíches, agora em moda. (Mello e Novais, 1998, p 565)

As análises feitas por Josué de Castro apontavam que a situação vivida por centenas de milhares de pessoas atingidas pelo flagelo da fome poderiam, a partir da conscientização destes grupos sociais, irromper em processos de contestação, fator também observado por Alain Tobelem.

O 'circulo vicioso da pobreza' quando se tornou infernal modificou a tomada de consciência do homem pobre, ao reconhecer que poderia não o ser e, que atualmente, procura os meios adequados para essa transformação. No Nordeste, as Ligas Camponesas fundadas em 1955 por João Firmino, trabalhador do Engenho Galiléia, tinham sido imaginadas, primitivamente, para obter cova rasa para um enterro decente aos infelizes que morreriam na miséria. (...) Na sua origem, a criação das Ligas Camponesas representou, portanto, a reivindicação dum direito para os mortos. Era reconhecer implicitamente a ausência de direitos para os vivos, e foi justamente através daquela reivindicação que os camponeses começaram a pensar nesses direitos. Para o autor, os senhores da terra não se enganaram quando quiseram imediatamente dissolver as Ligas e prender os *cabecillas*. Para ele, essa conscientização dos camponeses do Nordeste era um fato recente, remonta apenas a uma dezenas de anos⁹

A alimentação é condição primeira para existência física do ser humano, assim como para todos os outros animais. Como é

⁹ Alain TOBELEM, *Josué de Castro e a descoberta da fome*, p. 71-72.

possível conferir a este ato um sentido histórico, cultural, social e político? Está é a principal indagação deste trabalho. De que maneira a luta pela melhoria na qualidade de vida adquire um novo sentido ao exigir o usufruto de direitos e da justiça? A criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, nome oficial da Liga Camponesa, do Engenho Galiléia, nos traz alguns subsídios para pensar estas questões.

A Liga foi fundada inicialmente com o objetivo de realizar o de auxílio mútuo entre os camponeses, para se obter condições dignas para realizar seus funerais. Para aqueles lavradores serem levados ao cemitério em um caixão 'de caridade', emprestado pela Prefeitura, significava uma profunda humilhação. “Pior do que morrer por causa da miséria, era passar para outro plano nessas condições”¹⁰.

Quando foi criada, observa Josué de Castro, a Liga Camponesa teve em sua primeira diretoria, como presidente de honra um senhor-de-engenho. Foi inaugurada com solenidade e festas. Marcava uma tradição na sociedade brasileira da relação entre servo e seus senhores. Se a Liga Camponesa teve essa inspiração inicial, marcada pelo fervor religioso e para lutar pelo direito dos mortos, havia também o objetivo estatutário de buscar melhorias para o trabalho na terra, com a aquisição de sementes e equipamentos agrícolas e luta pelo apoio governamental aos plantadores.

Assumiu, no entanto, um novo papel reivindicatório quando outros senhores-de-engenho quiseram o seu fechamento alegando que esta organização era um instrumento de agitação social, e que traria para aquelas localidades o comunismo. A partir deste fato histórico de resistência ao fechamento da organização, os camponeses conscientizaram-se sobre o processo de opressão dos

¹⁰ Bernardo Mançano FERNANDES, Carlos Walter Porto GONÇALVES, *Josué de Castro – Vida e Obra*, p.131

senhores de terra, e se fortaleceram na luta pelos direitos dos camponeses.

"E com esta força eles enfrentaram o patrão. Não se submeteram como faziam até então com sua costumada docilidade, às suas ordens absurdas. (...) o senhor do engenho, como revide à obstinação do grupo em não querer fechar a liga, determinou a suspensão de uma ordem que tinha dado para que fosse retirada de suas matas a madeira necessária à construção de uma capela. Os camponeses protestaram contra esta suspensão e o patrão ameaçou-os com a polícia sob o pretexto de que eles pretendiam devastar suas matas. Seguem-se as intimidações, as chamadas à delegacia e as ameaças de capangas. Mas, diante de tudo isto, aumentou cada vez mais a hostilidade dos camponeses. Surgem então os processos judiciais contra os responsáveis, responsabilizados como agitadores e terroristas. E, finalmente, apareceram as ações de despejo, a expulsão sumária dos camponeses da terra onde sempre viveram em nome da lei".¹¹

O advogado Francisco Julião aceitou patrocinar a causa e defender os camponeses, na luta judicial para permanecerem no Engenho Galiléia. A atuação de Julião nas instâncias de defesa no processo judicial, bem como a de denúncia dos crimes cometidos pelos latifundiários permitiram grande repercussão aos acontecimentos e a Liga Camponesa, nacional e internacionalmente. Os grandes senhores das terras do Nordeste e seus aliados conservadores passam a combater a Liga não apenas com a violência costumeira, mas também num plano

¹¹ Bernardo Mançano FERNANDES, Carlos Walter Porto GONÇALVES, *Josué de Castro – Vida e Obra*, p.133

simbólico como um grande perigo que os ameaçava e devia ser combatido.

A realidade brasileira e as estratégias de luta contra a fome

As idéias e contribuições de Josué de Castro publicadas em diversos livros traduzidos para mais de 20 idiomas foram muito importantes para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em diferentes áreas ligadas à temática da fome e pobreza¹². Foi importante também na criação de organizações sociais voltadas ao combate à fome e à miséria no Brasil, e internacionalmente a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O desafio de Josué de Castro estava em construir um novo modelo de desenvolvimento humano que garantisse a todas as pessoas estar livre da fome.

Em *O livro negro da fome* Josué de Castro apontou as estratégias internacionais de mobilização e articulação da luta contra a fome. Destacou da seguinte maneira a importância da criação de organismo para este enfrentamento:

Não estamos, pois, diante de uma moléstia a ser combatida isoladamente pela ação fulminante de um remédio específico. Não existe um específico para a fome. O que existe são catalisadores capazes de apressar as reações sociais que conduzirão o organismo social à depuração desta impureza ou resíduo do tempo do feudalismo e da escravidão. É esta ação catalítica que julgamos indicada para o organismo cuja criação

¹² As obras de Josué de Castro foram referências para a discussão de temas como a desnutrição, identificando as carências alimentares e nutricionais. Influencia também os geógrafos na reflexão sobre o processo de urbanização e a produção da fome, como por exemplo Milton Santos no texto *Pobreza Urbana*, como consta no levantamento bibliográfico desta dissertação

*preconizamos: agir como catalisador que acelere a transformação de um vasto conjunto ou complexo social no qual está indissoluvelmente englobado o fenômeno da fome*¹³

Trava-se da criação em 1957, em Paris, da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), mantida com recursos de pessoas e instituições comprometidas com a promoção de ações que ajudassem a diminuir ou eliminar a fome. Os quatro setores de atuação da ASCOFAM, expostos no Livro Negro da Fome, são:

1-) Atividades visando a sensibilizar e a despertar consciência universal acerca da significação e da expressão social do problema da fome;

2-) Realização de pesquisas, investigações e inquéritos que permitam o conhecimento integral do problema da fome, de suas causas e efeitos, em diferentes quadros geográficos e dos meios mais eficazes de remover os fatores que entretêm esta calamidade social;

3-) Formação de pessoal capacitado para as múltiplas tarefas que se impõem aos planos de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do mundo, onde grassa a fome em massa;

4-) Elaboração de projetos específicos de âmbito nacional ou regional, visando a incrementar o desenvolvimento econômico e a melhorar as condições de vida e de alimentação dos grupos humanos mal alimentados (Castro, p. 79)

A experiência desenvolvida pela ASCOFAM foi fundamental para criação da Campanha Mundial contra a Fome no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

¹³ Josué de CASTRO, *O livro negro da fome*, p. 79

A cobrança de uma alimentação saudável se consagra como direito a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948; sendo reconhecido pelos Estados a necessidade de medidas apropriadas para assegurar a consecução deste direito no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966, notadamente em seu artigo 11. O conceito baseia-se em duas prerrogativas: o direito de qualquer indivíduo estar livre da fome e a garantia de acesso físico e econômico a alimentos de qualidade em quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Desta maneira, os Estados membros deveriam promover políticas públicas adequadas para assegurar uma vida digna e ativa em comunidade, baseadas na legitimação da igualdade de direitos construídos juntamente entre os membros de um grupo. Este compartilhamento de um espaço público comum identificado por meio de um sentido de justiça e cidadania pretendia elevar o *status* do ser humano a uma comunidade política que lhe assegurasse a dignidade humana – a liberdade para agir e transformar o mundo.

No entanto, os caminhos para alcançar a realização do direito à alimentação assumem perspectivas distintas. No Brasil, país signatário deste Pacto, na década de 1970, propostas defendidas por setores da sociedade, representados pelos grandes produtores e pelo poder público, caminharam no sentido de ampliar o emprego de técnicas mais modernas que permitissem a elevação da produção no campo. Afirmavam que o problema da fome estava associado apenas à falta de alimentos. Estas teses tinham amparo na divisão internacional de que os países subdesenvolvidos deveriam introduzir novos mecanismos de intensificação da produção para atender os mercados mundiais, mais precisamente, os países desenvolvidos.

No processo de organização do movimento popular, no início dos anos 1970, vários setores ligados à Igreja Católica apontavam as causas da fome como consequências da produção de

monocultura de exportação, em grandes latifúndios, e que para reverter este cenário seria necessário um amplo processo de reforma agrária no país. Estava anunciado o conflito eminente pela terra entre os grandes produtores e os camponeses que cultivam para o autoconsumo ou para o comércio local.

O processo de modernização do campo iniciado no pós-segunda guerra mundial gerou a expulsão de amplos contingentes populacionais para as cidades, e provocou o acirramento dos conflitos com a crescente violência no campo. Após o golpe de 1964, diante da forte repressão do governo militar, os movimentos e organizações de trabalhadores rurais sem-terra foram obrigados a reunir forças e articular a resistência no campo.

“As reformas de base eram propostas de mudanças estruturais que abrangiam os setores educacional, fiscal, político e agrário. Com pelo menos dois desses temas a AP (Ação Popular) de Hebert de Souza, o Betinho, estava fortemente envolvido: ensino e reforma agrária. A mudança na estrutura de ensino vinha sendo discutida desde 1960 pela Ação Católica, por iniciativa dos representantes da Juventude Universitária. A “questão agrária” era bandeira da ala progressista da Igreja, que via na concentração de terras a principal razão da miséria no país.”¹⁴

Nas cidades a repressão política e a crise econômica caracterizada pela alta inflação e pelo baixo poder de compra, vivido no final da década de 1970 contribui para o surgimento de organizações populares, apoiadas por segmentos da igreja católica, destacando-se o movimento contra a carestia que trouxe à público o problema da fome até então considerado apenas nos rincões do norte e nordeste do Brasil, associado ao problema as seca. Na década seguinte, em virtude da política econômica geradora da alta concentração de renda, cresceu a pobreza em diferentes regiões do país. O problema de acesso ao alimento era relacionado aos altos preços. Desta forma, as políticas do governo

¹⁴ Carla RODRIGUES, *Betinho: Sertanejo, Mineiro, Brasileiro*, p. 86.

para garantir a segurança alimentar visavam melhorar as condições de armazenamento, transporte, barateamento do custo e maior aproveitamento dos alimentos. Como exemplo, verificou-se em São Paulo, a ampliação da parceria entre a Secretaria de Agricultura e entidades sociais para a implantação de *sacoleiras* e maior divulgação sobre alimentação de qualidade, mais econômicas, com incentivo à compra coletiva e realização de hortas comunitárias e domésticas.

Um novo sentimento de participação emergiu na cena política nos anos iniciais da década de 1980, mobilizando diferentes setores da sociedade civil, tendo como marco a campanha pelas Diretas Já, em 1984, momento político que permitiu maior organização dos movimentos sociais e sua expansão.

Outro momento marcante da mobilização da sociedade nesta primeira parte da década de 1980 foi a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que se realizou a partir dos anos de 1982 e 1983 uma grande articulação que envolveu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), e muitas outras forças políticas que agiram em favor de uma agenda comum pelo direito à terra. Nesta articulação estava também o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica, tendo à frente Hebert de Souza, Betinho.

Pandolfi e Heymann (2005) identificam um conjunto de manifestações de trabalhadores do campo e da floresta, mostrando o acirramento dos conflitos pela terra no Brasil. Em 1979, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) quando da realização do seu III Congresso, intensificou as manifestações dos trabalhadores rurais resultando em grandes greves envolvendo canavieiros nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas o movimento de reivindicação não contou apenas

com os trabalhadores rurais assalariados, pequenos produtores da região sul do país se organizaram, manifestando-se contra a política agrícola e de crédito em espaços públicos, com a paralisação de estradas e agências bancárias, realizando caravanas com máquinas e tratores rumo às cidades.

Segundo as autoras, os trabalhadores dos seringais também passaram a ter visibilidade em suas ações contra a exploração da madeiras e derrubada da floresta para a criação de gado, assim como as denúncias de constantes de perseguições e crimes cometidos contra os sindicalistas e trabalhadores. Outros grupos sociais ligados à luta pela permanência na terra também tiveram visibilidade neste período como os povos atingidos por inundações provocadas pela construção de barragens, que protestavam exigindo acesso à terra e indenizações.

Da mesma forma, os trabalhadores rurais organizados inicialmente na região sul do país realizaram ações diretas para reivindicar, promovendo ocupações de terras para produção, resultando mais tarde, no ano de 1984, no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A estratégia da Campanha Nacional pela Reforma Agrária era dar visibilidade política à luta pela terra a partir do enfrentamento da concentração de terra na propriedade fundiária, contra um modelo de desenvolvimento que causava miséria e fome, desemprego e violência no campo e a cidade.

Em 1985, com o fim da ditadura do regime militar, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), que teve dirigido por Nelson Ribeiro um militante católico. Para a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi indicado José Gomes da Silva, fundador e presidente da Abra. Desta forma, diretorias do INCRA e Mirad foram destinadas aos militantes da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Nesse mesmo ano, o governo apresentou aos trabalhadores e a sociedade uma proposta para o 1º Plano Nacional de Reforma

Agrária (PNDA), que entraria em vigor em 60 dias após seu anúncio. Com isso, havia uma grande necessidade para que fossem enviadas propostas de alterações e críticas ao documento. A Campanha Nacional pela Reforma Agrária, neste sentido, realizou uma ampla mobilização solicitando às organizações solidárias com os trabalhadores do campo e da cidade, empenho em defesa do Plano, que fora desqualificado por setores conservadores da sociedade, gerando conflitos e a violência física contra trabalhadores e suas famílias por meio de milícias.

“Muito cedo, porém, as esperanças começaram a se desfazer. Pressionado por setores conservadores, pelos grandes proprietários, que continuavam a exercer um significativo por de veto, o governo foi refreando seu movimento no sentido da reforma. Como resultado, os militantes da CNRA foram progressivamente abandonando seus postos para continuar a luta pela reforma agrária fora do governo. (...) Suas expectativas voltavam-se, nesse momento para a Assembléia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987. Chegou mesmo a ser elaborada, no âmbito da CNRA, uma proposta de emenda popular ao projeto da Constituição, a ' Emenda sobre Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária'” (PANDOLFI, Dulce e HEYMANN, Luciana (Org.), 2005, 130).

Mesmo com toda a articulação em torno da aprovação e a pressão realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que intensificavam as ocupações de terra, as propostas apresentadas pela Campanha e pelos movimentos sociais não foram contempladas na nova Constituição, revelando assim as difíceis correlações de forças e as disputas de interesses no Congresso. A bancada que representava os interesses dos

ruralistas mostrou-se mais forte. Enquanto isso a violência no campo se agravou, os crimes não foram apurados e, conseqüentemente ninguém é responsabilizado.

1.2 A fome e o resgate da Cidadania: uma nova agenda política

A primeira eleição livre e aberta para Presidente da República foi realizada cinco anos depois. A disputa polarizou duas candidaturas: a de Fernando Collor de Mello, representando uma aliança de setores conservadores do país, e a de Luiz Inácio Lula da Silva, representando setores progressistas e populares. Contando com forte apoio da imprensa, especialmente da Rede Globo, foi vitorioso neste primeiro processo de eleições diretas Fernando Collor de Mello. No seu governo, com a justificativa de modernizar o país e colocá-lo em condições de concorrer no mercado internacional, foram adotadas políticas econômicas liberalizantes caracterizadas pela abertura do mercado brasileiro aos produtos internacionais, aos "ajustes econômicos", tais como o controle da inflação e redução dos gastos sociais.

O país viu imergir numa profunda crise política com a intensificação das denúncias de corrupção no governo. Da frustração à indignação. A crise e a pressão política tornaram impossível a manutenção de Fernando Collor à frente da nação. Inicia-se um amplo movimento contra corrupção toma as ruas do país inteiro reivindicando profundas mudanças na política. Esta mobilização nacional foi decisiva para o *impeachment* do Presidente – que ganhou ampla repercussão com a cobertura ao vivo dos meios de comunicação. A profunda indignação da sociedade possibilitou uma comoção social. Assim, o Movimento pela Ética na Política conseguiu arregimentar forças e promoveu a mobilização da sociedade civil reunindo diversas lideranças entre políticos, artistas, religiosos, estudantes, intelectuais,

organizações culturais e principalmente trabalhadores, gente comum nas diferentes localidades.

Considerando a oportunidade e a necessidade de manter viva esta articulação da sociedade civil foi lançada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em março de 1993. A divulgação dos dados do IPEA revelando a existência de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza tornou-se o grande chamamento do movimento. A campanha alertava para o grande drama brasileiro: as causas políticas do fenômeno da fome.

Carta Nacional convocatória para a Ação da Cidadania¹⁵

Chegou a hora de colocarmos um basta nesse processo insensato e genocida, gerador da miséria absoluta, que coloca milhões de pessoas nos limites insuportáveis da fome e do desespero.

Não podemos mais aceitar que seu drama será resolvido após a realização de um programa de estabilização da economia que criaria as condições para amenizar a crise social que parece existir por conta própria.

O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou. O tempo da conciliação e conformismo acabou. A sociedade brasileira definiu a erradicação da miséria como sua prioridade absoluta. Esse é o clamor ético de nossos tempos, ao qual tudo o mais deve se subordinar. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Essa é a obrigação de cada um de nós. Do governo federal e do Congresso. Dos governos estaduais e municipais. Das entidades da sociedade civil. Dos trabalhadores e dos empresários.

¹⁵ Hebert de SOUZA, *Revoluções da minha geração – Hebert de Souza (Betinho). Depoimento a François Bougon*, p. 117-118

Esse é, hoje, o grande divisor de águas entre nós; entre os que querem erradicar a miséria ainda nessa geração e os que insistem em ficar indiferentes diante da tragédia que ameaça a nossa própria existência como nação e como humanidade.

Tudo deve responder a essa questão. O orçamento público, as políticas, as ações governamentais e não-governamentais, as atividades produtivas, comerciais e financeiras, as atividades de ensino, pesquisa, promoção social e cultural, em que medida ajudam a aprofundar esse fosso que nos separa e nos divide entre os que têm e os que vivem na mais profunda miséria?

Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranquilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país onde milhões se batem no desespero do desemprego, da falta das condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta à consciência, nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados.

Por isso, nós abaixo-assinados, declaramos que essa é a nossa prioridade e o nosso apelo. O Brasil precisa mobilizar todas as suas energias para mudar de rumo e colocar um fim à miséria. Deve criar, em todos os lugares e com a participação de todas as pessoas, a ação da cidadania na luta contra a miséria e pela vida.

*Conclamamos a todos para construírem esse movimento. Podemos ainda produzir o encontro do Brasil com a sua própria sociedade. **Democracia e miséria não são compatíveis.***

Que 1993 seja um ano de mudança de rumo de nossa história a partir da ação de cada um, da Ação da Cidadania.

Movimento pela Ética na Política
Brasília, março de 1993.

O sociólogo Hebert de Souza teve um importante papel na articulação da Ação da Cidadania, se tornando uma grande referência do movimento que estava surgindo. Betinho utilizou-se estrategicamente dos meios de comunicação para divulgar as mensagens e atividades mobilizadoras. O fortalecimento de sua imagem junto à opinião pública e exposição em diferentes meios de comunicação conferiu a ele um papel de destaque no âmbito do movimento que estava sendo lançado. Foi criado no Rio de Janeiro o *Comitê Idéias*, que tinha por objetivo envolver os profissionais da comunicação. O primeiro anúncio do Comitê foi bem recebido pelos veículos de comunicação, publicando-o gratuitamente em vários jornais do Rio de Janeiro. O convite mais parecia uma convocatória e trazia uma imagem de Betinho com os dizeres: *Este homem tem um briefing para você*. Neste mesmo chamado, divulgava-se um concurso para selecionar melhores idéias visando a criação da marca e slogan da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida.

O Comitê Idéias começou a se reunir quinzenalmente, às vezes semanalmente. Era uma rede virtual de comunicação. Algumas reuniões tinham 40 participantes ou mais. Quem eram tais profissionais? Eram gerentes de produto, gerentes de marketing de multinacionais, empresas brasileiras, públicas, mas também arquitetos(as), pintores(as), diretores(as) de teatro, redatores(as) e diretores(as) de arte, urbanistas, psicólogos(as), profissionais de relações públicas, jornalistas e estudantes de comunicação. Às vezes, eram artistas plásticos(as), associações de moradores(as), budistas, espíritas, católicos(as), evangélicos(as), donas de casa. As

peças aprenderam que ali criávamos idéias. Iam pedir cartazes, jingles, filmes ou mesmo planejamento de um evento.¹⁶

A Ação da Cidadania adotou uma forma de participação descentralizada a partir da organização da população em comitês de cidadania, qualquer cidadão poderia fazer parte e montar um comitê. O grupo definia um objetivo de ação e passava a fazer parte do movimento, não havia necessidade de autorização de um órgão central. Neste sentido, foram criadas cartilhas com objetivo de estimular a participação das pessoas, empresas, escolas, sindicatos, e organizações em geral¹⁷. O material foi distribuído em todo Brasil, contando com apoio de diferentes setores para sua publicação, como a Caixa Econômica Federal e a Confederação Nacional da Indústria/Serviço de Aprendizagem da Indústria. Destacaram-se dois documentos: *Como Formar Comitês* e *O que eu posso fazer?*

Em outro momento, a estratégia utilizada para sensibilizar o conjunto da sociedade e propor uma reflexão nacional sobre o tema foi a produção de peças para a televisão com parábolas apresentadas por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Tom Jobim e o próprio Betinho. Os materiais eram enviados às

¹⁶ Nadia REBOUÇAS, *Comunicação para transformação*, p.89.

¹⁷ Betinho já havia vivenciado anteriormente algumas experiências de organização de base vinculadas à Igreja Católica e o movimento operário, tendo como referência de atuação a participação em núcleos de trabalho descentralizado e de gestão compartilhadas. Outras referências sobre o exercício de construção participativa de diagnósticos locais para subsidiar a intervenção popular têm apoio nas práticas de educação e ação de trabalhadores experimentadas nos anos 70 e 80. A obra *Pesquisa Participante*, organizada por Carlos Rodrigues Brandão, oferece, neste sentido, importante contribuição para compreendermos estas iniciativas que tinham por objetivo articular a produção de conhecimento à luta por melhores condições de vida.

emissoras de televisão com a logomarca da Ação da Cidadania e uma apresentação do Grupo de Mídia do Rio de Janeiro, manifestando apoio. As emissoras exibiam os filmes gratuitamente conforme disponibilidade em sua programação.

Outras estratégias de comunicação adotadas foram abordadas na Reunião Nacional entre Comitês da Ação da Cidadania, realizada em 29 de dezembro de 1993, em Brasília. No relatório¹⁸, entre os temas discutidos, destaca-se a possibilidade de integrar os comitês Via Alternex, uma rede ONGs criada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, utilizada por computador. Com isso os comitês de cidadania poderiam acessar, por meio um computador, o sistema para realização de conferências, discussões de temas por computador; envio de correio eletrônico para notícias urgentes, relatos, entre outros. Discutiu-se também a utilização das emissoras que compõem o sistema Radiobrás, bem como as 199 estações da CNBB, número apurado naquela ocasião, e as Rádios Universitárias e outras redes de estações de rádio para veiculação de um programa semanal com notícias sobre acontecimentos da Campanha Natal Sem Fome em todo o país. E, na mídia impressa, objetivou-se a inclusão do encarte “*Primeira e Última*”, produzido pela Secretaria Executiva da Ação da Cidadania, nos jornais de grande circulação das grandes capitais brasileiras.

¹⁸ Movimento pela Ética na Política, Relatório da Reunião Nacional entre Comitês. 29 de dez. de 1993, Brasília.

. A tabela a seguir mostra a quantidade de comitês em 1993, nos primeiros meses de existência, como estavam distribuídos por regiões e Estados, em todo o Brasil, segundo registros feito pela Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, criada em março daquele ano com objetivo de produzir informações qualificadas sobre a evolução do movimento.

NUMERO DE COMITÊS REGISTRADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL, POR REGIÃO E ESTADO			
Região-Estado	Capital	Nº Comitês Interior	Total
N O R T E	12	11	23
Acre	01	-	01
Amapá	01	-	01
Amazonas	02	01	03
Pará	01	03	04
Rondônia	03	05	08
Roraima	03	-	03
Tocantins	01	02	03
N O R D E S T E	36	118	154
Alagoas	03	10	13
Bahia	03	51	54
Ceará	11	23	34
Maranhão	07	05	12
Paraíba	02	04	06
Pernambuco	03	17	20
Piauí	02	05	07
Rio G.do Norte	01	01	02
Sergipe	04	02	06
C E N T R O D E S T E	31	27	58
Dist. Federal	22	09	31
Goiás	02	06	08
Mato Grosso	04	05	09
M. Grosso do Sul	03	07	10
S U D E S T E	73	169	242
Espírito Santo	04	04	08
Minas Gérias	12	47	59
Rio de Janeiro	50	47	97
São Paulo	07	71	78
S U L	10	69	79
Paraná	03	26	29
Rio G.do Sul	04	29	33
Stã Catarina	03	14	17
TOTAL GERAL	162	394	556

Fonte: Secretaria Executiva Nacional
Documentos de registro dos Comitês/93

A Campanha contra a fome, como também ficou conhecida, lançou mão de diferentes recursos para planejamento e avaliação dos mecanismos de comunicação. Em 1994, por exemplo, foi

realizada uma pesquisa pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e revelou que 90% dos entrevistados(as) aprovavam a campanha, 30% participavam dela de algum modo e 11% participavam dos comitês. (REBOUÇAS, 2005, p.90)

O Governo Paralelo constituído durante o processo eleitoral do final da década de 1980, cujo objetivo era formular o plano de governo para o candidato operário Luiz Inácio Lula da Silva, após a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores, manteve-se como órgão formulador de políticas públicas, e apresentou ao presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor de Melo, uma proposta para a criação de um Programa de Política Nacional de Segurança Alimentar.

Os objetivos deste Programa foram definidos para:

a-) enfrentar as causas da pobreza e da indigência de 32 milhões de brasileiros;

b-) deflagrar um movimento nacional de implementação de medidas e procedimentos de erradicação da fome e da miséria;

Tendo como princípios : a solidariedade, a parceria entre governo e sociedade civil e descentralização das ações.

A forte mobilização social e articulação política contribuíram para que o novo presidente priorizasse este tema em seu governo. Fato notório foi a realização de audiência do Presidente Itamar Franco em 18 de março de 1993 com a participação de todos os Ministros de Estado, de Dom Mauro Morelli, então bispo de Duque de Caxias (RJ) e Hebert de Souza, o Betinho, para anunciar o combate à fome e à miséria uma estratégia em seu Governo.

No âmbito do poder legislativo, o Congresso Nacional aprovou a criação de uma Frente Parlamentar de Ação pela Cidadania com a participação de Senadores e Deputados de diferentes partidos políticos¹⁹.

¹⁹ Os parlamentares fundadores da Frente são: Deputados – Aloízio Mercadante (PT-SP), Aluizio Alves (PMDB – RN), José Dirceu (PT-SP), José Carlos Sabóia (PSB-

Assim, o Governo Federal criou em 24 de março 1993, por meio do Decreto N° 807, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, composto por 8 Ministros de Estados e 21 representantes de entidades e personalidades da sociedade civil organizada, entre 19 indicados pelo Movimento pela Ética na Política²⁰. O CONSEA foi presidido por Dom Mauro Morelli, e tendo como um dos conselheiros da sociedade civil, o Betinho.

MA), José Genoíno (PT-SP), João Paulo (PT-MG), Miro Teixeira (PDT-RJ), Mendes Ribeiro (PMDB – RS), Nelson Jobim (PMDB-RS), Odacir Keiner (PMDB-RS), Rita Camata (PMDB-ES), Sérgio Arouca (PPS-RJ), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Wilson Miller (PDT-RS); Senadores – Almir Gabriel (PSDB-PA), Amir Londo (PMDB-RO), Garibaldi Alves (PMDB-RN), José Paulo Bisol (PSB- RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Wilson Martins (PMDB – RO) e Wilson Wedekin (PDT-SC).

²⁰ Relacionamos a seguir os membros do CONSEA representantes da Sociedade Civil: D. Mauro Morelli, Bispo da Diocese de Duque de Caxias – RJ; Hebert de Souza, Betinho, Secretário-Executivo do IBASE; D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB; Amarílio Proença de Macedo, Empresário e Conselheiro do IEDI, e do Instituto Fernand Braudel de Economia; Reverendo Paulo Ayres Matos, Bispo da Igreja Metodista do Nordeste; José Domingos Cardoso, sindicalista; Antônio Ibáñez Ruiz, professor, ex-Reitor da Universidade de Brasília; Plínio de Arruda Sampaio, ex-Deputado Federal (PT-SP); Mauro Farias Dutra, Presidente da Associação para Estudos e Projetos de Combate à Fome; Maria José Jaime (Bizeh), Secretaria Executiva da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Ney Bittencourt de Araújo, membro do Conselho Superior de Tecnologia da FIESP/CIESP; Anna Maria Tibúrcio Medeiros Peliano, Diretora de Política Social do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Editora do Jornal “Fome em Debate” e Coordenadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP/UNICAMP; Moacir Gracindo Soares Palmeira, Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Tânia Bacelar de Araújo, Economista da Fundação Joaquim Nabuco; Mário Volpi, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Nelson Sirotsky, Presidente da Rede Brasil Sul de Comunicação; Celso Almir Japiassú, jornalista, Presidente da Câmara Ética do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; Pastor Caio Fábio D’Araújo Filho, Vinde Editora; Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da

Com disponibilidade de utilização da máquina pública e da interlocução com gestores públicos nos três níveis de governo, o CONSEA foi decisivo para fomentar a criação de novos comitês de cidadania e a capilarização do movimento em nível nacional. A exemplo disso, destacamos ofício comunicado do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, assinado pelo seu presidente, de 20 de julho de 1993, encaminhado a todos os prefeitos e prefeitas solicitando o apoio à criação de comitês municipais da Ação da Cidadania com o objetivo de integrar e coordenar as práticas desenvolvidas pelo poder público e a sociedade civil e a iniciativa privada voltados para a população carente.

O comunicado pedia aos chefes do executivo local a inclusão do tema combate à fome e à miséria como prioridade dos governos. E ainda, mobilizar esforços para conseguir aprovar nas Câmaras Municipais medidas que incentivassem a implantação de ações de combate à fome e à miséria, garantindo a instalação ou ativação de comitês e dotação orçamentária para programas e ações com esta finalidade.

Neste mesmo período, em 31 de março de 1993, a Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras definiram o compromisso de engajamento na Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, publicizado em um manifesto a “Carta de Manaus”, que defendeu a articulação das funções de ensino, pesquisa e extensão promovidos pelas instituições à implantação de ações concretas, especialmente aquelas que promovessem o acesso à Universidade e impactem positivamente na resolução dos graves problemas do país.

Em julho de 1994, a Ação da Cidadania e o CONSEA realizaram a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar com objetivo de construir as políticas de Segurança Alimentar dentro de

um plano nacional. No encontro, a participação de organizações da sociedade civil foi bastante representativa, tendo grande adesão dos comitês da Ação da Cidadania de diferentes estados.

Valendo-se dos resultados positivos da construção de espaços de participação social também presentes em outros setores, mas especialmente na saúde, a organização da Conferência inovou ao definir quatro princípios norteadores para sua consecução:

- a-) pluralismo quanto à participação;
- b-) construção de consenso como lógica de organização;
- c-) democracia para as tomadas de decisão e
- d-) descentralização na sua realização.²¹

O processo de preparação, no entanto, teve início num encontro realizado em Brasília, outubro de 1993, que contou com a presença de cerca de 150 pessoas, representando o Governo Federal, as entidades do Movimento pela Ética na Política e comitês estaduais da Ação da Cidadania, governos estaduais, profissionais ligados à área da alimentação, universidades e organismos internacionais. O Objetivo era definir as metodologias e os critérios de desenvolvimento da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

Os comitês estaduais da Ação da Cidadania e os governos locais realizaram em todo o país encontros preparatórios em nível municipal e regional no intuito de aprofundar os debates sobre as ações para enfrentamento emergencial da fome, bem como para estabelecer propostas e atacar as causas da miséria no país. A intenção da comissão organizadora foi a de promover a interação entre representantes da sociedade e do poder público, estabelecendo parcerias compromissadas com o tema.

²¹ BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA / Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Proposta para organização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, Setembro de 1993.

O Comitê das empresas públicas no combate à fome e pela vida organizaram o encontro “Entidades Públicas e Segurança Alimentar” em Brasília, entre os dias 27 a 30 de julho de 1994, com o objetivo de levantar contribuições à Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Este comitê criado em agosto de 1993, estava sediado no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era composto por 32 entidades públicas²² e participava do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

O encontro promovido tinha como objetivo avaliar a possibilidade de patrocínio das empresas para a realização da Conferência, mas principalmente identificar as ações e programas desenvolvidos por estas entidades afetas ao tema, como forma de oferecer subsídios à elaboração de um documento que desenhasse a construção de políticas promotoras da segurança alimentar a partir de uma visão integrada e descentralizada, ou seja, de forma estratégica.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional produziu um documento final com as *Condições e Requisitos para a Segurança Alimentar e Propostas para uma Política de Segurança Alimentar*. O texto foi preparado a partir das contribuições dos relatórios dos 50 grupos de trabalhos que se reuniram na Conferência.

A primeira resolução foi definir o conceito de segurança alimentar a ser adotada no país, a saber: conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e

²² Relacionamos a seguir as entidades que compunham o Comitê das Empresas Públicas: Banco do Brasil, BANESTES, BNB, BNDES, CEF, CEMIG, CESP, CHESF, CVRD, DATAPREV, DNC, ECT, ELETROBRÁS, EMBRAPA, EMBRATEL, FINEP, FIOCRUZ, FURNAS, IBAMA, IBGE, INAN, INCRA, INT, LIGHT, NUCLEN, PETROBRAS, RADIOBRÁS, RFFSA, SERPRO, SUDENE, TELERJ e UFRJ.

qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos de cidadania.

A segurança alimentar foi evocada como uma questão estratégica do país, devendo ser considerada um dos eixos centrais das políticas econômicas e sociais. Propôs, ainda, a implantação de um novo modelo de desenvolvimento que articulasse simultaneamente aspectos relacionados à equidade social, ética, solidariedade, eficiência econômica, sustentabilidade e democracia política. Para atingir este novo patamar a Conferência estabeleceu algumas prioridades:

- articular as políticas de assistência alimentar emergencial para enfrentamento à fome de grupos populacionais mais vulneráveis, entre eles gestantes, nutrízes, crianças, idosos, desempregados, subempregados, população em situação de rua, deficientes, atingidos por catástrofes naturais, entre outros, às políticas estruturantes baseadas na geração de trabalho e renda, acesso e permanência na escola;
- fortalecer os espaços de participação democrática por meio do exercício da cidadania, fomentando a descentralização das políticas públicas e programas governamentais com a criação de mecanismos de elaboração, implantação de ações públicas e o controle social. Criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA's nos Estados e Municípios;
- efetivar a participação da sociedade na discussão e definição das prioridades para construção dos orçamentos públicos em nível municipal, Estadual e Federal;
- reconhecer e valorizar as experiências desenvolvidas no âmbito da sociedade civil organizada em nível local como alternativa para enfrentamento da fome e da miséria, apoiar a geração de trabalho e renda por meio do cooperativismo, associativismo e a parceria para a produção e comercialização comunitária.

No documento apresentou-se também um conjunto de propostas ao governo e a sociedade para construção de uma Política de Segurança Alimentar que abordasse os seguintes temas:

1. Questão agrária e Desenvolvimento Rural
2. Políticas Agrícola e de Abastecimento Alimentar
3. Desenvolvimento Urbano
4. Assistência Social
5. Saúde
6. Educação
7. Geração de Emprego e Renda
8. Participação popular e Democratização da Gestão
9. Alimentação e Nutrição

A conferência consolidou características fundamentais da segurança alimentar: a intersetorialidade e co-responsabilização dos agentes públicos e privados na consecução dos objetivos das políticas de garantia de alimentação saudável para todos os brasileiros.

Contudo, a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA - durou pouco. Com as novas eleições, assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso, que em um de seus primeiros atos extinguiu o CONSEA, criando em seu lugar o Conselho do Programa Comunidade Solidária.

1.3 Segurança alimentar e nutricional no período de consolidação do projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso acentuou a implantação de políticas de caráter neoliberal. Estes ajustes na agenda políticas, econômica e social foram inaugurados no país pelo então presidente Fernando Collor, a reboque de uma ampla onda de medidas adotadas pelos países em nível

internacional. Caracterizadas pela “reforma do estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura dos mercados, redução dos encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional.”²³

Com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, foi implantado o Programa Comunidade Solidária, coordenado pela antropóloga Ruth Cardoso. A mudança de foco do programa e as limitações da política econômica, balizadas principalmente pela estabilização monetária, lançou aos movimentos sociais novos desafios. O trecho abaixo extraído do editorial do jornal *Fome de Quê?* publicado pelo comitê da Ação da Cidadania de São Paulo apresenta algumas inquietações da sociedade civil no ano de 1996 frente às práticas desenvolvidas no âmbito do programa Comunidade Solidária.

Como continuar a construir uma sociedade mais solidária e ética se o governo não respeita as aspirações e conquistas anteriores do povo? Como enfrentar a fome e a miséria sem uma efetiva participação do poder público? Dá para gerar emprego e renda e democratizar a terra com o maior agente político da sociedade, o governo, atuando numa outra perspectiva: focal, assistencialista e clientelista? Como fazer tudo isto sem correr o risco de ser cooptado por um projeto que não é o nosso? (Jornal Fome de Quê?, Outubro/1996.)

As questões postas em relação à ação do governo federal referiam-se às políticas sociais propostas por Fernando Henrique

²³ Otávio IANNI, *A era do globalismo*. p. 217 -218.

Cardoso e, os temas abordados oferecem importantes subsídios para a discussão do papel da sociedade civil na construção de políticas públicas e sobre o controle social.

No plano governamental o programa Comunidade Solidária ficou caracterizado por uma série de iniciativas de formação profissional e geração de emprego e renda desenvolvida de forma desintegrada, baseadas no estímulo ao trabalho voluntário e a execução dos programas pelas organizações sociais em regime de parceria. Inicialmente Betinho fez parte do Conselho de gestão do programa. No entanto, em virtude da política econômica empreendida pelo governo, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em âmbito nacional, avaliou que o Programa Comunidade Solidária não priorizava os investimentos na área social, sendo assim ineficazes pois não conseguia atender às demandas para transformação do modelo econômico existente.

A postura de Betinho se manteve coerente com sua trajetória, pois, em 1993, ele afirmara:

atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo (Bettino, 1993)²⁴

Esta falta de integração entre as ações emergenciais de combate à fome e aquelas de caráter estruturante ou emancipatório permite-nos perceber a permanência de práticas *assistencialistas* e *clientelista* não apenas nos programas dos governos, mas também nas organizações sociais, que dificultam a construção da autonomia dos indivíduos e seus coletivos ou comunidades. Trazendo à luz o problema central da fragilidade em

²⁴ Primeira e Última, abril 1993. Citação extraída do livro *Um abraço Betinho* organizado por Dulce Pandolfi e Luciana Heymann. Garamond, Rio de Janeiro, 2005.

se apreender historicamente o papel do movimento social na implantação, monitoramento e gestão de políticas públicas.

A este respeito, trazemos à luz as considerações de Vera da Silva Telles sobre as mudanças observadas durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso:

... sob o discurso edificante da solidariedade e sob o formato “moderno” da parceria com a sociedade civil, o PCS (Programa Comunidade Solidária) parece conferir vitalidade e plausibilidade a uma redefinição conservadora das relações entre Estado e sociedade, que elide a questão dos direitos por via da transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços sociais para a assim chamada sociedade, seja a família, sejam as organizações não-governamentais, sejam as organizações filantrópicas tradicionais e suas formas modernas, aí incluindo a chamada filantropia empresarial.

E isso significa também reconhecer que a desmontagem do campo político democrático em construção nos últimos anos não significa tão simplesmente um retorno às velhas e tradicionais práticas da “gestão da pobreza”. É uma outra forma de gestão social – gestão das populações pobres, poderíamos dizer, que tende a se realizar em um encapsulamento comunitário ao revés dos princípios universalistas da igualdade e justiça social e que tem por efeito erodir a própria noção de direitos e cidadania pela neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade moral.²⁵

Com a consolidação em nível internacional das políticas neoliberais implementadas por Cardoso, o Brasil viu crescer e se alastrar um conjunto de medidas compensatórias e de mitigação da

²⁵

Vera TELLES: A “nova questão social” brasileira, p.112.

miséria realizadas pelas entidades da sociedade civil em regime de parceria com o Estado. A agenda liberal tirou da pauta das discussões políticas o enfrentamento da questão da fome provocando uma grave desmobilização social, a fragmentação das ações desenvolvidas pelas organizações sociais e pelos governos nos três níveis, município, estado e união. Este esvaziamento político ao analisar as causas da desigualdade social no Brasil, iniciou um processo de “deslocamento na questão da desigualdade: de econômica, com ênfase na renda, para um sentido social, com ênfase nas características sociais e culturais dos grupos sociais. Com isso, a prioridade passou a ser a análise da questão das diferenças sociais e culturais.” (Gohn, 2008, p. 70)

Da mesma forma, outra mudança importante ocorreu no tema da igualdade para equidade. A noção de equidade passou a se referir às funções distributivas, compensatórias, corrigir as desigualdades historicamente construídas, pavimentando um caminho alternativo para atenuar ou diminuir os efeitos do processo de exclusão e não participação social.

No âmbito internacional, em 1996, cerca de 800 milhões de pessoas em todo planeta viviam em situação de insegurança alimentar, segundo informações reveladas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Muitas delas devido à falta de alimentos ou recursos necessários para obtê-los provocada por deslocamentos forçados e perseguições. Em outros países, os modelos de desenvolvimento econômico nacionais impõem barreiras que impedem as populações mais pobres acessarem ou produzirem seus próprios alimentos. Inúmeras denúncias nos meios de comunicação revelam a quantidade de alimentos desperdiçados ou destinados à produção de ração animal para atender aos grandes mercados consumidores que podem pagar os preços praticados.

Observamos a transformação intensiva da alimentação em mercadoria, *comodities* comercializados em mercados internacionais e futuro, assim como outros produtos e serviços.

Ianni descreve as mudanças ocorridas no mundo agrário, em suas palavras:

Em escala crescente e em âmbito mundial, as corporações transnacionais da agropecuária, da agroindústria ou do *agrobusiness* induzem, organizam ou determinam completamente a produção e a comercialização de mercadorias destinadas à alimentação de povos e multidões pelo mundo afora. E insumos agropecuários destinados a outros setores da produção e comércio. Apoiadas em laboratórios de pesquisa, sistemas de informação e processos de *marketing*, influenciam, organizam ou determinam amplamente os padrões de produção, comercialização e consumo de todo o tipo de alimento, de modo a atender necessidades reais e imaginárias. Além de 'revolucionar' as condições socioeconômicas, políticas e culturais do mundo agrário, as corporações se impõem mais ou menos decisivamente aos estados nacionais.²⁶

Um marco importante para elaboração de metas e estratégias para enfrentar o paradoxo entre os interesses comerciais e a promoção do direito à alimentação foi realizada em 1996 da Cúpula Mundial da Alimentação “Food Summit”, em Roma, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO. O papel da sociedade civil foi decisivo para tensionamentos e pressão contra os governos exigindo ações concretas como a destinação de recursos públicos e a elaboração de instrumentos para sua regulamentação em legislações específicas em cada país.

O Fórum Nacional da Ação da Cidadania abordou o processo preparatório ao “Food Summit” na sua reunião realizada em Fortaleza, entre os dias 07 a 09 de dezembro de 1995, que contou

²⁶ Otávio IANNI, *A era do globalismo*. p. 45-46.

com a participação dos comitês estaduais e parceiros. Os presentes indicaram Flávio Valente, da Ágora – Associação para Projetos de Combate à Fome – para representar o fórum na comissão responsável em elaborar o relatório brasileiro. A proximidade do encontro estimulou o aprofundamento da discussão sobre segurança alimentar no âmbito da Ação da Cidadania, retomando uma nova agenda de debates e ações de visibilidade do tema nos comitês em nível local e estadual.

Em preparação ao evento internacional foi constituído no âmbito do Ministério das Relações Exteriores o Comitê Brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação com o objetivo de elaborar relatório do Brasil com propostas para serem encaminhadas à FAO. O comitê era composto por cinco representantes do poder público, a saber: Ministério da Agricultura, Trabalho, Relações Exteriores, Saúde e da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária. Havia, também, a participação de cinco representantes da sociedade civil, CONTAG, IDEC, IBASE/ABONG e Fórum Nacional da Ação da Cidadania.

Apesar da recomendação da FAO para que os documentos nacionais restringissem ao máximo a abordagem de aspectos relacionados aos determinantes econômicos e estruturais da Segurança Alimentar, afirmando que estes seriam contemplados no documento geral, os movimentos e organizações sociais buscaram ao máximo incluir estes temas na discussão. Assim, com intuito de promover um amplo debate, o comitê realizou um seminário nacional de caráter consultivo, objetivando o levantamento de contribuições do conjunto da sociedade. O Ministério das Relações Exteriores, na ocasião, disponibilizou recursos que garantissem a participação de representante de todos os comitês estaduais e ONGs membros do Fórum Nacional da Ação da Cidadania.

Nesta mesma época, no México, os movimentos e organizações sociais, além de pequenos produtores rurais, participantes do Fórum Nacional de Soberania Alimentar construíram o conceito de Soberania Alimentar, como sendo o

manejo sustentável dos recursos naturais e a capacidade dos governos nacionais em elaborar e promover um conjunto de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Percebemos assim que, ao longo das duas últimas décadas, os movimentos e organizações sociais vêm incorporando progressivamente na sua agenda política a discussão das diferentes demandas na perspectiva do Direito à alimentação adequada. Entre elas destacamos a luta pelo acesso à terra, o manejo sustentável dos recursos naturais, as relações de produção e consumo com base em relações justas e solidárias.

A partir das contribuições de Josué de Castro com o livro *Geografia da Fome* o problema passou a ser mais freqüentemente abordado em estudos de várias áreas do conhecimento. Porém, é notório o esforço operado pela elite política do país durante a ditadura militar para silenciar sua voz. Vandeck Santiago mostra que a obra de Josué de Castro além de ser vista como subversiva, questionava o espírito ufanista propagandeado pela ditadura. “Ser pego com um *Geografia da Fome* ou *Sete palmos de terra e um caixão* era como assinar confissão de 'subversivo'. Sua obra, pode-se dizer, foi fisicamente destruída” (grifo nosso. SANTIAGO, pp. 136, 2008).

Josué foi cassado em 09 de abril de 1964, por meio do Ato Institucional N° 01. Com o seu exílio na França, suas obras deixaram de ser reeditada no Brasil e seus textos censurados. Na França, criou e dirigiu o Centro Internacional de Desenvolvimento – CID, foi professor de Geografia da Universidade de Paris – Vincennes. Com os direitos políticos cassados, perdeu seu passaporte diplomático. Por esta razão, durante todo o período de exílio visitou o Brasil apenas duas vezes.

O avanço conceitual percebido e que vem sendo apropriado pelos movimentos e organizações sociais diz respeito ao esforço não apenas para o enfrentamento à fome, mas a promoção do direito humano à alimentação adequada através da implantação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Um conceito em

construção e que vem sofrendo alterações nas últimas décadas. Em linhas gerais, refere-se às iniciativas que visam em caráter universal o acesso à alimentação segura e de qualidade, em quantidade suficiente às necessidades nutricionais individuais, de forma permanente e sem prejudicar o acesso as outras necessidades, baseando-se em práticas alimentares saudáveis e sustentáveis²⁷.

Trata-se de definição resultante da contribuição de diferentes atores sociais e políticos, ligados às organizações governamentais e não governamentais, nacionais e do exterior. Para compreender a importância dessa conceituação é preciso desenvolver uma abordagem interdisciplinar e que articule políticas públicas na área da saúde, da educação, do emprego, assistência social, entre outras. Ao entender o desenvolvimento integral do indivíduo, considerando seu papel enquanto sujeito histórico que interage com os outros homens, com a natureza, com o espaço ao qual está inserido, e sua própria subjetividade, busca-se levarem em conta como os alimentos e a língua são centrais no desenvolvimento de relações inter-culturais para a formação de laços sociais baseados na cooperação e na solidariedade.

Frente à grande diversidade de atuação e organização dos movimentos sociais nesta área ao analisarmos seus papéis históricos devemos atentar para a adoção de procedimentos que emanem do vivido e da experiência do sujeito da ação em seu processo cujas origens indicam a importância e a solidez dos hábitos culturais (Marson, 1992, 46-47), sem desperdiçar possibilidades históricas.

²⁷ O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi internacionalmente definido a partir das discussões realizada na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, Itália, em 1996, convocada pela FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. A participação de representantes de organizações e movimentos sociais na delegação brasileira foi decisiva para a definição do conceito e formulação de propostas de ação.

Para isso, ao estudar a atuação de organizações e movimentos sociais em defesa da cidadania e o direito à alimentação é preciso lançar mão de novas teorias que permitam considerar todas as experiências vividas, buscando nelas referências de análise para o potencial de transformação e apropriação de um projeto historiográfico das classes populares. Teorias críticas que dêem conta das lutas empreendidas rompendo-se com a lógica e a visão das classes dominantes nacionais ou coloniais, nas palavras de Boaventura de Souza Santos

As sociedades capitalistas têm vários sistemas, mas os *seis*²⁸ espaços diferentes podem ser reduzidos as duas formas de domínio hierarquizado. Os dois sistemas são o sistema de desigualdade e o sistema da exclusão. Eles são distintos, e muito freqüentemente só vemos o sistema da diferença porque o sistema de desigualdade é um sistema de domínio hierarquizado que cria integração social, uma integração hierarquizada também, mas onde o que está embaixo está dentro, e tem de estar dentro porque senão o sistema não funciona. O sistema típico de desigualdade nas sociedades capitalistas é a relação capital/trabalho: os trabalhadores têm de estar dentro, não há capitalistas sem trabalhadores, e Marx foi um grande teorizador disso.

Mas há um sistema de exclusão, de domínio hierarquizado, onde o que está embaixo está fora, não existe: é descartável, é desprezível, desaparece (Souza, 2007, p. 63)

²⁸ Segundo Boaventura de Sousa Santos os seis Espaços-tempo referem-se ao doméstico, da produção, da comunidade, do mercado, da cidadania e mundial.

Outro aspecto importante para esta reflexão é observar se a presença de grupos e movimentos sociais que lutam pela garantia e ampliação de direitos, e o compartilhamento de suas experiências vividas, permite a construção de um projeto historiográfico próprio das classes oprimidas. O envolvimento deste grande contingente humano no cenário político, desenvolvendo práticas de contestação e rebeldia, corrobora para a produção do conhecimento histórico baseado na consciência de classe?

Hobsbawn em *Mundo do Trabalho* ao analisar a obra de Piven e Clowad²⁹ sobre as estratégias de movimentos populares nos Estados Unidos durante as décadas de 1930 e 1960 observou que o alcance das manifestações dos pobres é limitada podendo apenas provocar perturbações, resultando em algumas concessões de cima para baixo (Hobsbawn, 2008, 409). Ponderou, no entanto, sobre a necessidade de organizações capazes de lavar a cabo os planos de ação fazendo as discussões e luta por dentro do sistema.

O papel dos 'movimentos dos pobres' não é mais simplesmente forçar e receber, pois suas exigências, que não podem mais ser necessariamente integradas às operações do sistema, contribuem para mudá-lo e moldá-lo. É característico do atual estado do mundo que ninguém esteja totalmente certo do 'que a circunstância histórica está pronta para conceder, ou de quais serão as conseqüências das concessões para os pobres ou para o sistema (Hobsbawn, 2008, 414).

²⁹ Frances Fox Piven e Richard A. Cloward. *Poor people's movements: why they succeed. How they fail*, Nova York, 1977.

Capítulo II

A prática da Ação da Cidadania: uma esperança difusa

2.1 História da Ação da Cidadania em São Paulo: cidadania, direito à alimentação e participação social

Em 1993, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou dados do estudo *Mapa da Fome*, e apontou que 32 milhões de pessoas viviam em situação de miséria, recebendo menos de um dólar por dia. Os resultados da pesquisa subsidiaram a definição da estratégia de ação do CONSEA e da Ação da Cidadania. A constatação destes números alarmantes revelou a condição imperfeita do modelo econômico, informação utilizada enfaticamente por Betinho para sensibilizar a sociedade brasileira para a gravidade do problema.³⁰

O desdobramento destes dados considerando o tamanho das cidades paulista e ao reagrupamento dos municípios em decorrência da nova divisão político-administrativa do Estado de São Paulo, seus aspectos regionais, geográficos e econômicos, revela a situação da indigência neste Estado.

O estudo realizado pela Coordenadoria de Abastecimento, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo³¹, adota na sua metodologia além das informações obtidas no *Mapa da Fome*, os critérios de classificação econômica dos municípios elaborados pela Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, e os indicadores obtidos a partir do Censo Demográfico de 1991, do IBGE. As primeiras análises sobre a dimensão da miséria demonstrava a necessidade de concentrar as ações de combate à fome e à

³⁰ Atualmente existem diversos estudos para mensurar a situação de vulnerabilidade econômica. Estima-se que aproximadamente 44 milhões de pessoas encontram-se nesta situação, quase 1/4 da população do país.

³¹ Antônio Hélio JUNQUEIRA, Marcia da Silva PEETZ, Cacilda Sueli MANDELLI, *A Miséria e a Fome no Estado de São Paulo*, 1994.

miséria nos grande conglomerados urbanos. A Região Metropolitana de São Paulo nos serve de exemplo daquele cenário na primeira metade da década de 1990. Na época analisada a região concentrava 48,9% da população total do Estado, sendo 39,4% da população indigente paulista.

No entanto, as conclusões dos estudos referentes ao número de famílias indigentes e número total de famílias residentes apontavam um problema crônico na distribuição de renda no Estado de São Paulo. A maior parte dos municípios paulista (56,16%) possuem como indigentes entre 10% a 20% do número total de famílias, outras 145 cidades (23,2%) mantêm entre 20,1% a 25% das famílias em situação de indigência. O número de municípios com índice de indigência inferior a 10% do universo considerado, não chegou a 15%.

Apesar do crescente processo de urbanização e exclusão observados a partir da década de 1960, com a intensificação de uma modelo capitalista marcado notadamente pela expulsão das famílias do campo para as cidades, a distribuição das famílias indigentes por município, considerando a base econômica, se tornou mais crítica naquelas cidades com predominância dos setores agrícolas e agrocomerciais.

Nas cidades onde a base econômica é representada pela atividade industrial, serviços ou turismo, a presença de famílias indigentes é inferior a 15% do total das famílias em mais de 80% dos municípios.

São Paulo (Municípios)
Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (P0), 1970-1991

Fonte: ADH / PNUD Elaborado a partir do Censo/IBGE³²

Nas três décadas de referência da análise em tela a porcentagem de pessoas com renda insuficiente apresentou significativa melhora. Porém, durante este período vimos acentuar nas cidades o aumento do custo de vida, provocado pela alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, especialmente à alimentação, sem o acompanhamento de elevação dos salários dos trabalhadores. Em 1978, o Movimento Contra a Carestia promoveu uma grande mobilização junto às comunidades e bairros, locais de trabalho, sindicatos, escolas e igrejas com objetivo de discutir e identificar com as pessoas as principais

³² *In* Mapa do fim da fome - Metas Sociais contra a miséria nos municípios paulistas, Fundação Getúlio Vargas / IBRE – Instituto Brasileiro de Economia / Centro de Políticas Sociais, Julho, 2001.

reivindicações. O abaixo-assinado que apresenta propostas ao governo atingiu um milhão e trezentas mil assinaturas, um resultado que demonstra ampla capilaridade do movimento e o interesse do povo em participar das decisões políticas do país.

O movimento exigia a concessão de abono de emergência em 30% para todos os trabalhadores; aumento de salário acima do custo de vida; congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade e reforma agrária³³. No documento afirma-se que a política econômica adotada pelo governo federal gera desemprego, aumento dos índices de inflação e do custo de vida, e o arrocho salarial.

O manifesto revela algumas conquistas do movimento iniciado em São Paulo alcançadas durante o último ano de mobilizações, entre 1978 e 1979, a saber: o fortalecimento da unidade sindical, que pode ser observado com a realização de um ato unificado no Primeiro de Maio; consolidação da luta pela reforma agrária; a criação do movimento em defesa da Amazônia e crescimento das ações pela Anistia e garantia das liberdades democráticas.

Observamos em diferentes momentos históricos da luta em defesa da melhores condições de vida, da cidadania e da democracia. Em São Paulo, a mobilização em torno da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, ou simplesmente a "Campanha contra a Fome" como ficou conhecida, se constituiu em um espaço de articulação de militantes, lideranças sindicais, políticas e estudiosos que já vinham se organizando desde 1989 pela garantia de direitos na então *Ação pela Cidadania*, que reuniu representantes de organizações de classe, da Igreja e das Universidades.

³³ Extraído do manifesto do Movimento Contra a Carestia, publicado em virtude dos atos públicos que marcaram o Dia Nacional de Protesto contra a Carestia, realizado em 26 de agosto de 1979 in E Agora?. Publicação da FASE-SP, CPV, SOF e POLIS. No 08, Outubro de 1993.

A Ação pela Cidadania foi lançada³⁴ em 03 de janeiro de 1989 no auditório da Seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil e teve notadamente duas linhas de atuação, a saber:

1-) a impunidade pelos repetidos assassinatos de dirigentes sindicais dos seringueiros e trabalhadores rurais do Acre e as ameaças contra líderes daquelas categorias;

2-) a situação em que se encontrava a população indígena Yanomami, em Roraima, sob ameaça de extinção cultural e física por falta de garantia ao direitos constitucionais, ou seja contaminada pela Malária e sem recursos médicos e alimentação.

Uma série de iniciativas foram organizadas para denunciar a situação enfrentada por estes grupos populacionais e atender de forma emergencial aos casos mais graves. Em 1990, nos meses de janeiro e fevereiro, foi realizada uma operação emergencial de saúde. No entanto, a missão encontrou inúmeras dificuldades operacionais devido à falta de apoio logístico e de transportes. Cobriu apenas parte do território afetado e constatou o agravamento da situação de saúde, além da ocorrência de centenas de óbitos.

Em 09 de março de 1990, a Ação pela Cidadania realizou ampla reunião no Senado Federal e avaliou os resultados da

³⁴ O movimento contou com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, USP, UNICAMP, CGT, CUT, Comissão Teotônio Vilela, Comissão Justiça e Paz, Núcleo contra a Violência da USP, os Deputados Plínio de Arruda Sampaio, Fábio Feldmann e José Genoíno, e dos Senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso. **AÇÃO PELA CIDADANIA. Yanomami: a todos os povos da Terra.** Segundo relatório da Ação pela Cidadania sobre o caso Yanomami, referente a acontecimentos no período de junho de 1989 a maio de 1990. CCPY – Comissão pela Criação do Parque Yanomami, CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, CIMI – Conselho Indigenista Missionário, NDI – Núcleo de Direitos Indígenas. 1990

Operação Emergencial de Saúde e a situação do povo Yanomami ao final do governo do Presidente José Sarney.

No mesmo período, o Partido dos Trabalhadores coordenou uma articulação denominada, como já citamos anteriormente, Governo Paralelo. No bojo desta mobilização, voltava a florescer as discussões acerca do combate à fome e à miséria. Foi elaborada uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento apresentado ao Governo do Presidente Fernando Collor de Melo não teve as ações implementadas.

A Ação da Cidadania representa uma das principais experiências de mobilização social do país. A grande característica deste movimento conforme Luiz Eduardo Soares no texto *A "campanha contra a fome" como experimento radical*, é ter se tornado um espaço amplo, que incorporou diferentes atores, resultando portanto num mosaico ideológico, cultural e de experiências históricas significativas à sua atuação política. Para estudiosos deste movimento o seu modelo de organização descentralizado por meio dos comitês e indivíduos, isolados, podiam por sua própria dinâmica e característica, vivenciar as idéias discutidas nacionalmente na campanha.

*Princípios básicos da Ação da Cidadania caracterizam-se por:*³⁵

1. Recusa em aceitar que um outro ser humano possa estar morrendo de fome a nossa porta. Alguma coisa tem de ser feita de imediato, enquanto procuramos por uma solução de médio e longo prazo;

³⁵ Sistematização elaborada por membros do Grupo de Trabalho sobre o Direito Humano à Alimentação apresentada no estudo de caso *Compreendo a abordagem de direitos humanos à segurança alimentar e nutricional no Brasil - Lições aprendidas. Estudo de caso revisitado*. Coordenada por Flávio Luiz Schieck Valente, 2002.

2. *Ter acesso a alimento de qualidade, de acordo com suas preferências culturais, é um direito de todos os seres humanos. O alimento não pode ser utilizado como arma política para submeter pessoas aos interesses dos doadores. Qualquer doação, portanto, deve ser associada a dispositivos que criem as condições necessárias para que as pessoas se tornem capazes de produzir ou comprar sua própria alimentação o quanto antes possível;*
3. *Necessidade de dar nome e endereço aos famintos e/ou necessitados, para tornar possível ações imediatas (Mapa da Fome);*
4. *A superação da miséria e da fome é responsabilidade de todos e de cada cidadão. Enquanto seres humanos não tiverem a sua humanidade realizada, não se pode usufruir integralmente de sua humanidade. Somente com solidariedade permanente a exclusão pode ser superada.*
5. *O Estado não tem a capilaridade ou a agilidade necessárias para enfrentar sozinho - com os mecanismos tradicionais - a gravidade e amplitude da apartação socioeconômica e estrutural;*
6. *A criação de novos mecanismos de governabilidade é necessária por meio de: descentralização administrativa e financeira, participação aumentada da sociedade civil na gestão das políticas e dos programas públicos, de maneira geral, identificação de novos modelos de parceria entre organizações da sociedade civil, o mercado e instituições governamentais; ampla solidariedade entre as pessoas;*
7. *O Estado tem obrigação de prover fundos para facilitar estas parcerias e propiciar condições às pessoas para que desenvolvam sua própria capacidade de superar a exclusão.*

Contudo, estes princípios básicos de atuação, não foram suficientes para a constituição de uma identidade própria que caracterizasse os membros da Ação da Cidadania, na relação dialética entre parte e todo. Diferentemente, em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, Roseli

Salete Caldart ressalta que a identificação dos trabalhadores, seus coletivos e famílias como 'Sem Terra', e as crianças, os 'Sem Terrinhas', constitui em novos sujeitos, vinculados à sua memória histórica e sua cultura de luta e não apenas por sua condição de trabalhador *sem-terra*³⁶.

Neste sentido, como identificar os significados da participação e envolvimento dos diferentes atores sociais na luta contra a fome e a miséria em São Paulo? Como se constitui sua memória e quais representações sociais possibilitaram a formulação, e reformulação, dos seus conhecimentos históricos? Objeto de calorosos debates entre os atores sociais mediadores do movimento da Ação da Cidadania em São Paulo, de que maneira analisar os resultados ainda parciais das ações da organização e mobilização social que o processo de institucionalização da Ação da Cidadania no estado de São Paulo, no início de 1995, possibilitou ao conjunto de entidades e pessoas, articuladas pela Campanha, para que tivessem se apropriado dos mecanismos de participação, até mesmo pela sua complexidade e diferentes formas de sua mobilização social, e portanto de sua própria historicidade.

Diferentemente do ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, marcado fortemente pela presença e articulação promovida por Betinho, a mobilização em São Paulo realizada por diferentes organizações e movimentos sociais no Estado, procurou discutir e agir no sentido de construir de uma sociedade ética, equânime para o direito alimentar e se inseriu no processo de democratização do país no final dos 1980 e início dos anos 1990. A consolidação desta articulação apoiou-se em laços de solidariedade e fortalecimento da sociedade civil com a participação de movimentos populares ligados à Igreja Católica, do movimento negro, de diferentes coletivos do movimento de

³⁶ Roseli Salete CALDART, *O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo*, p.129-130.

moradia, do movimento sem-terra, e do movimento sindical. Outras bases desta articulação foram as associações comunitárias e de assistência, coletivos de moradores de bairros mais pobres, notadamente das regiões periféricas, onde é notória a ausência de políticas públicas.

Constituiu-se a Ação da Cidadania como um movimento autônomo com o objetivo de articular a sociedade civil. Nele não havia uma estrutura rígida, burocratizada, com hierarquias e atribuições funcionais. Baseava-se na iniciativa e participação efetiva da população, das entidades representativas e das empresas por meio de comitês de cidadania. O comitê paulista da Ação da Cidadania foi criado em 1993 .

Diferentes instituições aderiram ao chamamento, criando uma ampla rede de participação cidadã. Diferentes registros mostram a ativa participação e engajamento das Universidades paulistas, realizando uma série de iniciativas junto à comunidade acadêmica. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo envolveu-se no movimento criando um comitê³⁷ de cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, uma das primeiras organizações da comunidade acadêmica junto ao Movimento. Além de atos-shows para que fosse feito amplo debate sobre a questão da fome, da pobreza e exclusão no país, a Universidade se propôs a contribuir na realização de estudos objetivando a construção de propostas de combate à pobreza, bem como a implantação de curso de extensão Universitária para formação de gestores de política e programas de combate à pobreza.

³⁷ O Comitê permanente da Universidade contou com a participação de Aldaíza Sposati da Pós-Graduação; Antonio Correa de Lacerda, da Faculdade de Economia e Administração; Irando Pereira ,Mestre em Educação; Irmã Maria do Rosário, da Pastoral do Menor; Maria do Carmo Brant de Carvalho, do IEE; Mariangela Belfiore Wanderley, da Faculdade de Serviço Social; Renato Afonso Gonçalves, Centro Acadêmico; Ruy Cezar do Espírito Santo, Vice-Reitor Comunitário e Ruth Pistore, da Pastoral do Menor.

As empresas públicas e estatais também se mobilizaram e criaram comitês. As iniciativas se caracterizavam pela mobilização dos funcionários destas empresas para apoiarem a arrecadação de alimentos, brinquedos e roupas para serem distribuídos às entidades assistenciais. Mas também a coleta e doações em dinheiro para serem revertidos aos projetos sociais desenvolvidos por instituições que promoviam atividades de geração de trabalho e renda, educação e profissionalização de jovens e adultos. No final de 1993 a secretaria do movimento computava a existência de aproximadamente 650 comitês de cidadania cadastrados, sendo que quase 1/3 foram criados pelo Banco do Brasil.

Segundo o levantamento registrado no documento *Mapeando a Solidariedade* realizado em 1995, considerando 549 questionários preenchidos referentes ao Estado de São Paulo, “apesar de haver muitas ações que surgiram apoiando lutas anteriores, 171 grupos informaram ter iniciado a atuação a partir da provocação da Ação da Cidadania. Das ações constantes, 28 % surgiram a partir daquela iniciativa. Isso significa 152 novos grupos a lutarem contra a miséria e o desemprego.” (Ação da Cidadania, 1995)

O gráfico³⁸ a seguir, disponibilizado relatório da pesquisa *Mapeando a Solidariedade*, revela a distribuição dos comitês conforme sua natureza. Podemos observar que mais da metade, 55%, dos comitês ou entidades assumem um perfil comunitário.

³⁸ A tabela referente ao gráfico encontra-se relacionada na Pesquisa *Mapeando a Solidariedade*. Ação da Cidadania São Paulo. São Paulo, outubro e novembro de 1995. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê São Paulo.

AÇÃO DA CIDADANIA MAPEANDO A SOLIDARIEDADE

P01.3) Natureza do grupo ou entidade :

(Resposta estimulada e múltipla)

BASE : 549 Entrevistas

NOV/95

A pesquisa mostrou também dados referentes ao processo de articulação entre os comitês e entidades. Verificamos no gráfico³⁹ abaixo que apenas metade dos comitês manteve contato com fóruns e entidades da Ação. Podemos perceber que promover ações integradas entre os atores participantes colocava-se como principal desafio à proposta de descentralização do movimento.

Os registros feitos no Relatório da Ação da Cidadania, de 1995, manifestam esta preocupação “dois movimentos apontavam a necessidade de articulação dos comitês. De um lado, os pedidos de palestras, animação e mesmo de orientação que iam desde 'como fazer uma reunião' até “o que fazer com o que arrecadar'. De outro lado, os grupos que eram atraídos de outros movimentos

³⁹ A tabela referente ao gráfico encontra-se relacionada na Pesquisa Mapeando a Solidariedade. Ação da Cidadania São Paulo. São Paulo, outubro e novembro de 1995. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê São Paulo.

sociais e populares, e que tinham clareza de que a força dos comitês estava na sua expressão coletiva que apontava um novo modo de agir da sociedade.”

AÇÃO DA CIDADANIA MAPEANDO A SOLIDARIEDADE

P01.5) Esteve em contato com fóruns ou entidades da Ação da Cidadania ?

BASE : 549 entrevistas

NOV/95

Além dos comitês e organizações sociais, o movimento da Ação da Cidadania em São Paulo contou com a participação de outros agentes articuladores, caracterizados por entidades públicas e privadas, que atuaram como apoiadores e facilitadores. A pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC, coordenada por Pedro Jacobi, mostra que as instituições privadas contribuíram com idéias e ações desenvolvidas pelo movimento. “Diversas dessas entidades desenvolveram ações permanentes: distribuição de alimentos, financiamento de projetos, garantia de infra-estrutura, engajamento de voluntários, apoiando tanto ações emergenciais como estruturais, ou ambas. Também desenvolvem ações emergenciais notadamente no período natalino. Atuam diversificadamente em: 1)

segurança alimentar, 2) promoção humana e profissionalização, 3) promoção humana e alimentação, 4) fomento de projetos de geração de emprego e renda e 5) repercussão na mídia”.⁴⁰

A Coordenação Estadual da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida era composta por grupos representativos da Sociedade civil, contando com a participação do movimento sindical, Central Única dos Trabalhadores - CUT, e da Central dos Movimentos Populares - CMP; Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, e o Fórum Paulista de ONGs.

A Secretaria estadual da Ação da Cidadania foi criada por sugestão de Plínio de Arruda Sampaio, quando os integrantes da Coordenação foram solicitar apoio do Fórum Paulista de ONGs, espaço aberto de intercâmbio e cooperação entre entidades não governamentais que atuam no Estado de São Paulo, para assessoria na Campanha – com fornecimento de subsídios e orientações políticas. Entre as entidades integrantes do Fórum estavam: Associação em Defesa da Moradia, Água e Vida, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Fundação Samuel, Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, Programa Terra, Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural - PROTER, Rede Mulher, SempreViva Organização Feminista – SOF, entre outras.

Assim, o Fórum elaborou um projeto que foi encaminhado à Interamerican Foundation que financiou a compra de um microcomputador e salário por 18 meses para que uma pessoa da coordenação da executiva pudesse ficar à disposição e acompanhar as atividades, realizando a representação política da Ação da Cidadania. Antes disso, o pagamento mensal era realizado por uma das organizações integrantes do Fórum. Nas

⁴⁰ Pedro JACOBI, A Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela Vida: reconstituição de 5 experiências, p. 26.

reuniões do Fórum era verificado qual instituição ainda não havia feito a sua contribuição. Este era o recurso disponível pelo movimento. As despesas eram custeadas por ONGs como o PROTER, a SOF e o Pólis – as três mais próximas à articulação que estava se iniciando.

O estudo coordenado por Pedro Jacobi permitiu avaliar-se que a coordenação estadual atingira os seus objetivos de exercer um papel aglutinador dos comitês de base e de novos parceiros, e também de fortalecer numa dimensão mais simbólica para a construção da cidadania a partir de uma rede articulada de solidariedade. Segundo o autor,

'houve impactos significativos na capacidade de viabilizar e dar visibilidade à incipiente mobilização então existente, no intuito de sensibilizar as entidades da sociedade e as pessoas em geral. O relacionamento da Coordenação com os comitês é transparente. Busca-se manter a motivação para o envolvimento dos representantes dos fóruns regionais, para fortalecer a sua capacidade de ampliar o debate e conscientizar a população carente sobre as causas estruturais da pobreza, da fome e da miséria'⁴¹.

Inicialmente o comitê estadual da Ação da Cidadania ficou sediado num imóvel oferecido pela Igreja Católica, próximo à Praça da Sé, na região central da Cidade de São Paulo. Em 1997, o governo do Estado de São Paulo autorizou a permissão de uso de um imóvel na Praça da República, de propriedade da Secretaria de Estado da Saúde.

Assim como observado em nível nacional, o movimento da Ação da Cidadania em São Paulo, considerando sua característica de atuar de forma autônoma e não hierarquizada, percebeu a necessidade de atuar fortemente na produção e disseminação de

⁴¹ *Apud.* Pedro JACOBI, p. 24.

informação. Neste sentido, uma das iniciativas tomadas foi a elaboração de um *clipping* realizado pelo Pólis e Amankay, e editado pela PUC-SP. Com este material se pretendia divulgar as iniciativas desenvolvidas pelos diversos setores da sociedade e informações relevantes relacionadas à temática do combate à fome e à miséria.

Podemos destacar outras iniciativas tomadas pelo Fórum Paulista de ONGs para contribuir com a organização do movimento em nível local, entre elas: a organização de um cadastro dos comitês em funcionamento, um serviço de apoio para a formação de novos comitês, orientação de voluntários, animação de grupos de reflexão, cursos de formação, sistematização e divulgação de materiais, além da montagem de uma secretaria de apoio. Para acompanhar de forma sistemática os progressos alcançados pelos comitês na articulação; motivá-los a participar.

Uma outra estratégia adotada pelo comitê estadual para fortalecer a comunicação com a opinião pública e parceiros foi a criação do “FOMEFAX”, com objetivo de atualizar os leitores da divulgação de informações sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Campanha, bem como disponibilizar dados e notícias referentes aos temas de interesse.

A avaliação realizada naquele período pelos coordenadores do movimento era que a atuação das Organizações Não Governamentais - ONGs havia possibilitado ampliar o peso político da Ação da Cidadania, evitando a prática assistencialista, e permitindo também que ela se estruturasse melhor. A participação e o apoio dos movimentos populares foi bastante expressivo naquele período, e contribuiu notadamente para a identificação de famílias que necessitavam de doações de alimentos e assistência, assim como o tensionamento para lutar contra as políticas que produziam a exclusão.⁴²

⁴² Contribuições para levantamento de Diagnóstico. Ação da Cidadania, separata. S/D. (Mimeo). Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo.

Da mesma forma, os movimentos populares que estavam mais próximos à Ação da Cidadania criaram estratégias de mobilização para novos comitês e com isso eles também passaram a ser atendidos pela Campanha. Não se pretendia com isso simplesmente atender as demandas dos movimentos com a entrega de alimentos ou qualquer outro benefício obtido pela Ação da Cidadania. O que se esperava era o estabelecimento de parcerias que pudesse fortalecer as lutas com a incorporação das bandeiras defendidas por estes grupos à agenda política da Campanha, possibilitando assim uma maior visibilidade junto à opinião pública e na própria sociedade.

As atividades da Ação da Cidadania se consolidavam em todo o Estado de São Paulo, recebendo grande apoio da mídia e reconhecimento de amplos setores sociais. “A empresa *Folha de S. Paulo* tem um engajamento muito diferenciado entre os meios de comunicação, assumindo campanhas e articulando iniciativas junto aos leitores, como o “Natal sem Fome”, de 1993/1994/1995. Em 1995, propõe uma ação permanente de coleta de alimentos pelos adolescentes nas escolas, integrando-se nas campanhas que são lançadas nacionalmente pelo Betinho e pelo Fórum Nacional de Ação da Cidadania. Trata-se de um ator diferenciado em virtude do espaço que abre para a sociedade civil como referência de apoio a uma ação solidária e de construção da cidadania.” ⁴³

No entanto, já se colocava a necessidade da Campanha contra a Fome passar para um novo patamar, discutindo as questões estruturais, envolver-se com as lutas dos movimentos populares e que as organizações participantes consideravam importante, por exemplo, a reforma agrária e urbana, políticas sociais, mudanças nas políticas econômicas e reposição salarial. Com isso, houve dificuldades em se garantir maior envolvimento dos movimentos sociais e, por consequência, o fortalecimento de suas bandeiras na Campanha.

⁴³ *Apud.* Pedro JACOBI, p. 24.

Estas preocupações com relação à participação dos comitês também vinham sendo observadas no movimento em nível nacional, um Relatório de reunião entre comitês realizada em 29 de dezembro de 1993, registra:

A necessidade de pluralidade na constituição e na ação dos comitês, conflitando com determinados atores que são despolitizados e que têm dificuldade em aceitar algum tipo de estratégia política para a Campanha, ficando apenas no aspecto emergencial, sem se preocupar com a questão do acesso à cidadania da população beneficiária. Na maioria dos locais em que existe esse problema, eles são oriundos dos Comitês do Banco do Brasil. Esse conflito existe também em função das dificuldades que têm os membros politizados da Campanha em fazer um trabalho amplo, de alianças.

Outro desafio enfrentado naquele ano pela Ação da Cidadania em São Paulo foi a dificuldade de estabelecer uma articulação com os parlamentares, e construir uma agenda política que pudesse interferir nos processos legislativos, principalmente para discutir as questões relativas à Lei de Licitações, em vigor a menos de um ano, o combate à corrupção, reformas constitucionais e a votação dos orçamentos.

Em 1994, a prioridade para a pauta de atuação da Ação da Cidadania, centrou-se nas questões relativas ao Emprego e Mudanças estruturais. Entre as ações concretas as sugestões de trabalho buscaram enfocar e valorizar as iniciativas da sociedade civil para geração de emprego e renda para a formulação de políticas públicas que pudessem reverter o quadro de desemprego existente no início da década de 1990.

Algumas administrações municipais mais progressistas começaram a adotar políticas e programas objetivando a geração do trabalho, emprego e renda. Em Campinas, sob o *slogan* “Dê

trabalho, demita a fome” a prefeitura respondeu ao chamado da Ação da Cidadania amplamente difundido em todo país. Na cidade Santos, tendo como lema *Contra a fome, comida. Contra a miséria, Trabalho*, a prefeitura comandada pelo petista David Capistrano Filho criou o Bolsa Emprego e Oportunidade. Segundo relatório apresentado à coordenação da Campanha em nível nacional, a prefeitura criou quatro terminais para cadastramento de pessoas desempregadas para encaminhamento a programas sociais. Os atendimentos destinavam 25% das vagas às frentes de trabalho vinculadas às ações de urbanização chamada Favela Digna, 25% vagas para atendimento por meio da parceria da Prefeitura e a iniciativa privada e 50% de vagas de empregos formais oferecidos apenas pela iniciativa privada.

Foram observados resultados positivos na parceria junto a alguns setores empresariais que apoiaram a realização de atividades voltadas à formação e qualificação profissional de trabalhadores desempregados, bem como de iniciativas objetivando a geração de emprego e renda. Uma das mais importante foi a criação do Comitê para a Democratização da Informática, o CDI. Frente às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva, era necessário pensar a formação daquela massa de desempregados na década de 1990 adequada às novas tecnologias. Um dos parceiros da Ação da Cidadania, no Rio de Janeiro, havia disponibilizado algumas bolsas de estudo em informática. Porém, os cursos não estavam conseguindo atingir o número esperado de participantes devido aos custos de transporte e alimentação para freqüentar as aulas nas escolas. Betinho, criativamente, questionou sua equipe e os parceiros sobre a possibilidade de conseguirem doações de computadores usados para serem destinados às comunidades, onde poderiam ser implantadas escolas de inclusão digital e cidadania.

Apesar de muitos esforços empreendidos, alguns limites e desafios estavam sendo colocados ao movimento contra a fome e

a miséria em São Paulo. Estas preocupações encontravam eco em nível nacional nas incertezas observadas pelos demais comitês estaduais. “As dificuldades na formulação de projetos estruturais e a necessidade urgente de solução para este problema, na medida em que o trabalho emergencial – se exclusivo – não cumpre os objetivos estratégicos da Campanha e poderá esvaziá-la, como já ocorreu com várias iniciativas de natureza puramente filantrópica no país. Daí a necessidade de manter as 03 linhas de trabalho já definidas: **distribuição de alimentos, geração de emprego e renda e definição de uma política de segurança alimentar.**”⁴⁴

Conferir uma personalidade jurídica própria ao comitê da Ação da Cidadania em São Paulo consumiu grande parte da discussão dos membros da Coordenação nos anos 1994 e início de 1995. Até que em abril de 1995 o comitê se institucionalizou na forma de organização da sociedade civil, uma estratégia para oferecer suporte ao movimento. O mesmo aconteceu com outros comitês do interior e das empresas estatais, promovendo a criação de inúmeras organizações sociais, demandando uma nova visão de organização política, com procedimentos específicos de gestão e financiamento, portanto, com objetivos e metas próprias.

Verificou-se o acirramento de um tenso conflito entre projetos políticos dos participantes associados, provocados pela própria contradição da sociedade organizada em virtude das relações que se estabelece de mando e subordinação. Em muitas iniciativas observam-se práticas políticas que se caracterizam pela impregnação de vícios como o assistencialismo e clientelismo. Este tema havia sido discutido na avaliação política sobre o movimento realizada em Brasília com a participação de comitês e parceiros de todo o país. Os participantes consideraram que a característica plural de constituição e atuação dos comitês conflitava com a visão de determinados atores que sem orientação política encontram

⁴⁴ grifo nosso. Reunião Nacional entre Comitês. MEP/AC: 29/12/93, Brasília

dificuldade em aceitar determinadas estratégias políticas para a Campanha, dedicando-se apenas ao aspecto emergencial sem aprofundar uma discussão sobre o efetivo exercício da cidadania da população beneficiária. Por outro lado, manifestaram que o conflito também existe “em função das dificuldades de membros politizados da campanha em fazer um trabalho amplo, de alianças.”⁴⁵

No nosso ponto de vista, avaliamos, que afora os esforços empreendidos pelas diferentes coordenações, havia uma frágil dinâmica que envolvesse de forma efetiva os participantes do movimento no processo de execução e reflexão sobre as práticas desenvolvidas. Além disso, percebemos que devido ao trabalho incipiente dedicado ao registro histórico e à memória deste coletivo dificultou a emergência de formulações que permitissem o compartilhamento e a rememoração das experiências vividas, aspectos considerados fundamentais para uma concepção crítica acerca dos acontecimentos históricos, o significado de suas representações, e a construção de sujeitos históricos ativos.

Por esta razão, evidenciamos que progressivamente ocorreu um deslocamento no sentido da noção de *representação política* das entidades vinculadas ao movimento. O objetivo inicial de estimular o envolvimento do cidadão comum na vida política da sociedade sede terreno a um processo de mediação feito por lideranças sociais ou comunitárias que representam as famílias atendidas junto aos espaços de participação da Ação da Cidadania, por exemplo, plenárias, reuniões, atos e atividades. E o vínculo estabelecido entre estas lideranças e a comunidade transformou os laços que uniam estas pessoas, o fator integrador passou a ser os benefícios concedidos pelas organizações sociais e/ou comitês. Ou seja, o conjunto das entidades ligadas à Ação da Cidadania em São Paulo foi se constituindo ao longo dos anos em

⁴⁵ Idem, 1993.

“prestadores de serviços sociais” sem o envolvimento das famílias atendidas no processo de articulação e organização política, rompendo elos de solidariedade que possibilitariam aos grupos agir coletivamente em defesa de objetivos comuns.

2.2 Participação cidadã e a construção de políticas de garantia de direitos

O trabalho desenvolvido nos anos iniciais de atuação da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, ou simplesmente a Campanha contra a fome como ficou conhecido, extrapolava a mera arrecadação e distribuição de alimentos. As ações desenvolvidas tinham duplo objetivo: denunciar a situação de miséria vivida por grande parte da população brasileira e as suas causas, e anunciar ações concretas que poderiam ser realizadas pelo poder público e a sociedade civil. Assim, era preciso reforçar a idéia principal de fortalecer a luta das camadas populares em defesa e ampliação de direitos, tendo como mecanismo de atuação uma dinâmica muito fluída, centrada numa proposta ética e solidária que favorecia a mobilização social e ampliação do movimento muito rapidamente.

Neste sentido, a principal contribuição foi a realização da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em São Paulo, em 1994. A conferência foi conduzida pela Ação da Cidadania e contou com apoio de parceiros, como a Igreja Católica, Região Episcopal do Belém. O Governo do Estado de São Paulo não participou do evento, tendo a convocatória sido feita apenas pelo movimento social.

O encontro foi precedido de uma série de reuniões para levantamento de diagnósticos locais, discussões sobre o tema, com levantamento de propostas. Este processo possibilitou o fortalecimento de vínculos entre os comitês e a coordenação estadual do movimento. Os coordenadores tiveram a oportunidade

de viajar para muitas cidades do Estado de São Paulo, conhecendo e apoiando a realização de atividades regionais. Estes momentos mais próximos aos comitês ajudaram a manter referências locais da Campanha; lideranças sociais passaram a atuar como interlocutores junto à coordenação sediada na capital.

Com isso, o movimento foi construindo de forma participativa propostas consistentes visando à implantação de políticas públicas na área da segurança alimentar e nutricional, que foram discutidas posteriormente na conferência nacional sobre o tema. O movimento esperava com isso conseguir pautar a agenda política daquele ano, influenciando a elaboração das plataformas políticas e programas de governos dos candidatos em disputa.

Para subsidiar as discussões foram produzidos textos com apoio das Organizações Não-governamentais e movimentos sociais ligados à Ação da Cidadania. O Fórum Paulista das ONGs publicou documento⁴⁶ com a finalidade de fomentar o debate na preparação da Conferência de Segurança Alimentar, nele são apresentados alguns temas para discussão, a saber:

- O modelo de desenvolvimento do país;
- A distribuição da terra e da renda;
- A questão do emprego, do subemprego e desemprego, considerando a defesa dos direitos trabalhistas e sociais;
- A democratização do Estado, fortalecendo a participação da população na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, do controle social dos gastos públicos;
- Ações da Sociedade civil: empresários, categorias profissionais;
- As políticas sociais e de combate à fome implementadas no passado, pelos diferentes governos e pela sociedade civil.

⁴⁶ O texto *A gente não quer só comida* foi escrito por Danilo Prado Garcia, Maria Madalena Alves, Miriam Nobre e Nalu Farias Silva, publicado em 1994.

O material anunciava uma nova etapa da Ação da Cidadania, a geração de empregos e renda. O texto defendia uma atuação orquestrada entre o poder público, a sociedade civil e os empresários. Por isso, o documento propôs uma metodologia para diagnosticar a situação do trabalho no Estado com a realização de um mapeamento para identificar as experiências alternativas promovidas por associações, cooperativas, sindicatos, entre outros.

Ao mesmo tempo, sugeriu um acompanhamento e avaliação dos gastos do poder público, especialmente em nível local, para saber se a política econômica estava verdadeiramente comprometida com o combate à fome e à miséria, com a geração de emprego. Buscava sensibilizar os leitores sobre a necessidade de criação de espaços públicos de participação onde a população pudesse contribuir na elaboração do orçamento municipal a partir das necessidades e prioridades de cada comunidade.

Abordou também aspectos relativos à promoção da saúde e a qualidade de vida por meio da implantação de políticas em áreas como alimentação e nutrição, saneamento básico e moradia. Os dados divulgados mostraram a gravidade do problema. Segundo os autores, em 1990, 63,5% da população brasileira era abastecida de água tratada e encanada, apenas 37,2% era servida de rede de esgotos e 61 % de coleta de lixo. Assim, com base nestas informações, o texto alertava aos leitores a identificarem como estava a qualidade dos programas e serviços desenvolvidos pelo poder público municipal.

A I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu na cidade de São Paulo no primeiro semestre de 1994. Contou com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, de 23 (vinte e três) municípios, de

órgãos vinculados ao Governo do Estado de São Paulo⁴⁷, e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO. Conforme informações do relatório⁴⁸ feito pelos organizadores, os participantes da região leste de São Paulo, compuseram uma das maiores delegações da cidade, contou com 44 participantes de diferentes distritos, num total de aproximadamente 338 pessoas.

Em 1996, com a realização das eleições para prefeitos e vereadores, a Ação da Cidadania lança em nível nacional a Campanha *Voto Cidadão*. Betinho defendeu nesta nova iniciativa a importância dos cidadãos acompanharem de perto a construção da cidadania a partir do nível local⁴⁹: convocava todos a elegerem os melhores candidatos, mas também participarem ativamente do controle social das políticas e ações desenvolvidas.

A realidade do Brasil, essa Nação mais cultural,
emocional, fundante de nossa identidade e diversidade,

⁴⁷ São eles: a empresa de saneamento – SABESP; a Fundação de Proteção de Consumidor – PROCON e as universidades UNESP e UNICAMP.

⁴⁸ AÇÃO DA CIDADANIA. Relatório da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar de São Paulo. (mimeo) São Paulo:1994.

⁴⁹ Betinho antecipava uma importante agenda das organizações nacionais e internacionais na luta contra a fome e a miséria, o envolvimento dos cidadãos na construção de políticas pensando as municipalidades. A exemplo disto, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO iniciou em 1998 um Programa Inter-Regional Abastecimento e Distribuição de Alimentos nas Cidades, que tinha por objetivo melhorar a segurança alimentar dos consumidores urbanos de baixos rendimentos através da produção de conhecimento, assistência técnica e intercâmbio de informações sobre a oferta e comercialização de alimento no âmbito das políticas urbanas. Entre as iniciativas adotadas, está a publicação de uma coleção chamada Alimentar as Cidades.

no entanto, está no local e no cultural, onde o transita o humano: a cidade, o município, o espaço onde vivemos e trabalhamos. É partir desse espaço que somos pessoas, cidadãos e cidadãs (...). É aí onde podemos agir, mudar, transformar, fazer valer nossas idéias e vontades. É aí onde se exerce a cidadania contínua e não aquela que só se manifesta a cada quatro anos, quando entramos numa cabine para ter a impressão que decidimos sobre os destinos da Nação, para descobrir, logo depois que nós votamos mas outros decidem. (Ação da Cidadania, 1996, p. 3-4)

A Campanha do Voto Cidadão, realizada até os dias atuais - agora rebatizada como Voto Ético contra a Corrupção - propõe estratégias de conscientização sobre a importância do voto como um dos instrumentos de exercício de cidadania, no qual o cidadão pode manifestar seu desejo de mudança, em favor de candidatura comprometidas com as políticas sociais. A Campanha incentiva um amplo debate na família, na escola, no local de trabalho, nos Comitês da Ação da Cidadania e com representante de outras organizações sociais para identificar as necessidades das comunidades. Como importante estratégia de formação foi criada em nível nacional uma cartilha, que teve a colaboração de pesquisadores, militantes e formuladores de opinião pública, mas também os integrantes/coordenadores dos comitês estaduais da Ação da Cidadania. A publicação foi distribuída a todos os comitês para subsidiar as atividades e reuniões dos grupos em nível local.

O Material produzido em suas diferentes edições tem como objetivo trazer orientações sobre o pleito, os cargos em disputa e procedimentos para votação, mas também conteúdo voltado à formação e conscientização política, estimulou uma atitude pró-ativa dos cidadãos com a finalidade de conhecer as propostas e programas do governo, a biografia e trajetória política dos candidatos, bem como os mecanismos de participação e controle

social após as eleições – por exemplo, o orçamento participativo, conselhos de direitos e gestão das políticas públicas, audiências públicas, sindicatos.

Os textos foram elaborados com uma linguagem acessível e adequada à educação popular e contém ilustrações que facilitam a compreensão das mensagens expostas. Procurava também adotar poesias e estilos de linguagem que possibilitassem aproximar os assuntos abordados à realidade vivida por cada leitor. É interessante destacar a inclusão da poesia *O Analfabeto Político*, de Berthold Brecht, como um dos textos de apoio à reflexão e sensibilização para despertar a responsabilidade de cada um com relação às diferentes formas de opressão e mudanças políticas.

Para valorizar a cultura popular, e dar maior identidade à obra, apresentava o tema de forma criativa na forma de um cordel, o Cordel do Voto Ético⁵⁰.

ESCOLHA bem seu candidato	Veja se fala a VERDADE
Prá poder votar direito	Se não é interesseiro
Não se engane com a aparência	Se não entrou na política
E o discurso do sujeito	Só por causa do dinheiro
Conheça seu candidato	O seu voto é importante
Pense bem se ele esta CERTO	No presente e no futuro
Ou se promete as coisas	É PLANTAR no tempo certo
Para dar uma de esperto	Prá colher fruto maduro
Muitas vezes o que fala	Chegou a hora do VOTO
Na campanha eleitoral	Para um novo amanhã
Depois que é eleito, cala	Todo o povo brasileiro
E não se importa com o geral	Cidadão e Cidadã

⁵⁰ Criação de Bia Bedran

Para a realização da Campanha a Ação da Cidadania contava com apoio de instituições sociais, religiosas e de pesquisa, como o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Pastoral da Criança e também de organizações sociais como a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Na maioria das vezes, a impressão da cartilha de formação era realizada por meio de apoiadores locais. No Estado de São Paulo, pode-se citar, a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP como parceiros.

Outra bandeira de luta, defendida pela Ação da Cidadania, foi a Reforma Agrária, ou como Betinho preferia, a democratização da terra. A principal contribuição neste sentido, foi a Campanha ter introduzido o tema nos espaços de comunicação a partir das ações, palestras, vídeos, programas de rádio e de televisão em que participava. Entendida por muito participantes como a terceira fase do movimento de Ação da Cidadania contra a fome e a miséria, a reforma agrária recebeu atenção dos comitês sendo discutida nas reuniões e encontros, com vistas à construção de ações concretas.

Para dar visibilidade política ao tema, a Ação da Cidadania em nível nacional criou a Carta da Terra. O documento defendia maior celeridade na implantação das políticas de assentamento rural, possibilitando interferir de forma propositiva na política de abastecimento alimentar. O texto foi amplamente divulgado por meio de cartões, que foram encaminhados em grande quantidade aos gabinetes dos Deputados e Senadores, no Congresso Nacional.

2.3 Comitês de cidadania na região leste da cidade de São Paulo: caracterização e formas de atuação

A região leste da cidade de São Paulo caracterizada por um grande adensamento populacional teve seu crescimento e desenvolvimento urbano associado ao processo de industrialização da cidade de São Paulo, e das cidades que compõe a sua região metropolitana. Vimos surgir um modelo de ocupação do espaço a partir da lógica das radialidades, marcada pela oposição entre centro-periferia, e do afastamento dos trabalhadores dos locais de produção e prestação de serviços localizados em sua maior parte na região central da cidade.

Os bairros ali constituídos foram definidos pelo senso comum como bairros dormitórios, utilizados como destino das pessoas apenas para o descanso necessário para mais um dia de trabalho – de restabelecimento da sua capacidade de trabalho. No período inaugural da industrialização paulista a alocação do proletariado se deu nas regiões no entorno das fábricas, neste novo movimento chamado de suburbanização, de produção moderna da periferia, observamos o deslocamento de grande massa populacional para os distritos mais distantes na perspectiva da aquisição de sua propriedade.

Pouco a pouco, foram se arregimentando forças sociais pleiteando o acesso à moradia, regularização de lotes muitas vezes ocupados de maneira irregular, e que atravessaram gerações sem nenhuma formalização da posse. A sociedade passa a perceber progressivamente a moradia como um direito, cobrando do Estado medidas públicas efetivas para a sua garantia. Do outro lado, no entanto, o que se viu foi a criação de programas para construção de unidades habitacionais para atender aquela crescente demanda, sem uma preocupação com uma visão de desenvolvimento urbano e social. Podemos observar a criação de grandes conjuntos habitacionais, que passaram a orientar o

processo de ocupação e distribuição do espaço urbano nos diferentes distritos da zona leste.

Em 1966, a recém criada Companhia Habitacional - COHAB/SP - iniciou a construção nesta região do conjunto habitacional Capitão PM Alberto Mendes, o primeiro a ser produzido na cidade. Nas décadas seguintes, 1970 e 1980, se observa a produção de novos empreendimentos construídos pela companhia, na grande maioria na região leste da cidade.

Da urgência de construção de novas moradias mais adequadas às necessidades de cada família, e das comunidades locais, passam a ser organizados movimentos para criação de novas casas com base no regime de auto-construção, conhecidos como mutirões. Estas experiências possibilitaram uma reflexão crítica sobre a realização do direito à moradia e à cidade, desenvolvendo uma ação solidária que organizou e deu novo sentido à prática social a partir de uma nova relação de produção. Esta nova consciência buscou restituir a cidade seu valor de uso, uma obra resultante da interação de seus sujeitos na perspectiva de saciar seu maior desejo – um lar – ou a exploração de um sobre trabalho recolhido dos tempos de lazer.

O êxito de muitas destas iniciativas geraram o reconhecimento do governo municipal que passou a apoiar os mutirões, incluindo esta modalidade de organização popular como estratégia de ação a ser apoiada no Plano Habitacional da cidade, possibilitando assim o repasse de recursos públicos, a aprovação dos projetos e regularização das novas unidades habitacionais construídas. O credenciamento para a moradia se fazia com a obrigatoriedade do trabalho nos finais de semana.

De modo similar, vimos surgir nas décadas de 1970 e 1980 uma grande batalha do povo trabalhador em defesa de maior qualidade de vida e saúde. Marcada pela forte repressão vivida nos anos de ditadura militar, a atuação de profissionais da saúde comprometidos com uma ampla reforma sanitária e de setores progressistas da Igreja, organizados nas Comunidades Eclesiais

de Base – CEB e nas Pastorais, fomentaram a realização de reuniões, encontros e atos públicos para discutir a qualidade dos serviços públicos de saúde.

Identificamos características diferentes entre os comitês e organizações sociais associadas à Ação da Cidadania. Percebemos, na região, grupos organizados com base na representação de trabalhadores, com forte vinculação ao movimento operário e sindical. Além disso, havia também os comitês mantidos por organizações comunitárias compostas por moradores de bairro, e outras animadas pelas Igrejas, notadamente a maior parte deles. É importante registrar que a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - como membro articulador nacional da Ação da Cidadania, assumiu papel fundamental na organização e divulgação das iniciativas, promovendo inúmeras atividades de forma bastante capilar, tendo como espaço agregador as igrejas e paróquias, com a introdução das discussões sobre a fome e a miséria nas missas e encontros de evangelização, por seus agentes pastorais, bem como as obras sociais mantidas por diferentes congregações.⁵¹

Os comitês vinculados à Ação da Cidadania, nos anos de 1990, se organizaram na cidade de São Paulo em fóruns regionais. A região Leste era dividida em duas macro-regiões, a saber: Leste I e Leste II. Na Leste I estavam os comitês localizados nos bairros de Itaquera, Guaianases, Jardim Bonifácio, São Miguel, entre outros. Os comitês que compunham a região Leste II, também identificados por região Sudeste, denominação adotada pela administração municipal, estavam nos bairros mais próximos ao

⁵¹ A Igreja Católica já havia promovido no âmbito da Campanha da Fraternidade atividades com objetivo de denunciar a situação de miséria em que grande parcela da população estava vivendo na década de 1980, convocando os fiéis a assumirem papel protagonista na luta contra a fome e na evangelização. O lema da Campanha no ano de 1985 foi “Pão para quem tem fome”.

centro da cidade, como Mooca, Sapopemba, Vila Alpina e Vila Prudente.

Entrevistas realizadas nesta pesquisa com lideranças sociais e políticas nos forneceram contribuições importantes para compreendermos o funcionamento dos comitês, especialmente quanto aos seus mecanismos de articulação e mobilização das entidades sociais e da população em nível local. Segundo Gilson Nunes Vitório, mais conhecido como Gilson Negão, que atua na Sociedade Comunitária Fala Negão, localizada no conjunto José Bonifácio, aponta que seu engajamento no movimento deu-se como resposta ao chamamento ético para enfrentar a fome feita pelo Betinho, a partir da livre associação e dinamismo dos próprios grupos sociais:

Eu comecei a participar através de um chamamento, uma convocação do companheiro Betinho naquela época, que relatava um pouco a questão da fome e da miséria. Ele sempre dizia que todo brasileiro tinha direito a se alimentar, direito a uma alimentação digna e eu achei aquilo importante. Dizia qualquer pessoa podia montar um comitê que não tinha direção, qualquer pessoa, todas as pessoas deviam se engajar que não tinha uma direção própria, todo mundo devia montar um comitê e participar porque aquilo era importante. (Gilson Negão)

Para ele as ações eram desenvolvida de forma integrada com várias outras entidades sociais que existiam na região. Além do contato com estas associações e moradores locais, relata também a articulação com a própria Prefeitura da cidade.

Em seu depoimento Gilson Negão, destaca uma característica marcante do movimento que foi conseguir dialogar com as diferentes bandeiras de luta dos grupos sociais, servindo como elemento de atração de distintos atores sociais. Neste caso, foi criado um comitê de cidadania contra a fome e a miséria na zona leste com um viés na questão racial. Para ele “quando se fala da fome e da miséria os negros são os que estão passando mais necessidade. Percebi que tinha muito a ver com esta questão e montamos um comitê lá em Itaquera que foi o primeiro comitê negro de ação da cidadania contra a fome e a miséria.”

Em outro depoimento, oferecido por Manoel Del Rio, advogado, membro do Apoio - Associação de Auxílio Mútuo a descrição de um comitê constituído com atuação mais ligada às lutas dos trabalhadores:

Nós tínhamos um trabalho de moradia e um trabalho sindical que era de apoio às comissões de fábrica, oposições sindicais. Com a crise de 1990, a região da

Mooca que era uma região essencialmente fabril e de muitos cortiços permitiu que nós combinássemos estas duas coisas o trabalho de organização operária e o trabalho de moradia. Só que com esta crise o desemprego se alastrou, nas fábricas onde tinha uma vaguinha formava-se fila. Então nós constituímos ali um comitê, como se falava, um comitê contra o desemprego. (Manoel Del Rio)

A crise econômica vivida, resultou num agravamento da situação de desemprego para grande parcela da população, corroborou na assimilação pelo conjunto da sociedade da mensagem difundida pelo Betinho, nos diferentes meios de comunicação. A Campanha lograva um grande êxito ao conciliar o forte apelo à opinião público, que repercutia favoravelmente no chamamento para enfrentar a questão da fome, na atuação da grande massa em diferentes comunidades, motivadas pela vontade de contribuir.

As principais ações realizadas por estes comitês e organizações sociais, na primeira fase do movimento, se concentraram notadamente numa resposta solidária através da arrecadação e distribuição de alimentos. Tarcísio Geraldo Faria, que iniciou sua atuação na Ação da Cidadania na zona leste, na Associação dos Trabalhadores de Itaquera e Adjacências - ATRIA nos contou que existiam dois processos de mobilização. Por um lado, buscava-se convencer as pessoas que já atuavam em questões sociais e políticas de alguma forma, e por outro, promovia-se um grande esforço para sensibilizar as pessoas interessadas em ajudar na Campanha para que pudessem se engajar em atividades que proporcionassem a transformação social, para que não se ficasse apenas na simples doação de alimentos.

Nós tínhamos a discussão do assistencialismo versus a emancipação. E muita gente que nós encontramos nesse porta-a-porta, as pessoas mais do que doar elas queriam participar de alguma forma. A maioria dos comitês acabaram sendo entidades mesmo, e as pessoas iam para dentro reforçar a entidade, reforçar o comitê, a Ação da Cidadania como um todo. Você batia na porta do 'cara', e ele dizia: - Eu conheço, tudo bem. Vou dar cinco quilos de arroz, mas eu quero saber como faço para participar não só para doar os cinco quilos de arroz. Nós acabávamos tentando colocar as pessoas numa entidade próxima de onde ela estava, do local onde a gente estava atuando. (Tarcísio Geraldo Faria)

Uma matéria divulgada no Jornal Fome de Quê, publicado pela Ação da Cidadania em São Paulo, sobre a Campanha Natal sem Fome realizada no ano 1995 nos ajudou a compreender como os fóruns de comitês de cidadania da região foram beneficiados pelas ações desenvolvidas. “O Fórum Regional Leste II recebeu doações de 02 escolas, de particulares e de funcionários de uma empresa de ônibus local, num total de aproximadamente 02 toneladas. Foram distribuídas cerca de 160 cestas básicas para 15 comitês. A região também realizou pedágios e uma Festa de Natal, com a participação de vários grupos de *rap*. Apesar da arrecadação ter sido bastante inferior a do ano anterior, o Natal sem Fome do ano 1995 propiciou um bom entrosamento entre os vários comitês e o engajamento de novos segmentos da população local, que pela primeira vez travavam contato com a Ação da Cidadania” (Jornal Fome de Quê, Janeiro, 1996).

Manoel Del Rio, do Comitê contra a miséria e pelo desemprego, da Mooca, informou sobre outra estratégia que teve início com a Campanha naquela região. O grupo percebeu a

importância de envolver os trabalhadores nas atividades, conscientizaram-se sobre a necessidade de construir uma iniciativa de solidariedade entre os trabalhadores em condição precária de emprego e desemprego. Desta forma, as atividades de arrecadação se iniciaram, pois uma pessoa do comitê mantinha elos de solidariedade com os trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST que haviam feito uma ocupação numa fazenda na cidade de Iperó. O comitê organizou uma arrecadação pelas ruas do bairro Parque São Lucas. Ao final do dia, os alimentos doados foram levados diretamente para as famílias do acampamento.

O resultado positivo desta dinâmica estimulou a realização de novas atividades na cidade, mas agora com a intenção de atender a população trabalhadora nos seus bairros. Manoel Del Rio descreve a seguir a forma de atuação do comitê:

Nós saíamos para a rua com carro de som, faixas da Campanha contra a fome: Doe alimentos. A idéia era fazer com que os desempregados se apresentassem, criar um clima de, como se diz, Ô! estamos aqui. Então nós íamos para a rua com estas faixas, um carro de som e pedindo o apoio da população. Arregimentava-se uma quantidade de alimentos, normalmente eram muitos alimentos, roupas, muita coisa que o pessoal doava. Quando a gente cansava, a gente voltava para o mesmo lugar que nós saímos. E ali, vamos dizer, ali tinha 50 famílias. Então se dividia tudo em 50 partes iguais, para a pessoa ter acesso ao benefício ela tinha que participar.
(Manoel Del Rio)

Observamos também que ao longo dos anos a arrecadação e doação de alimentos passou a significar para um grande número de comitês uma das principais razões para participação na Ação da Cidadania. E foi assim que muitas outras organizações sociais e parceiras conheceram e se aproximaram da Campanha, como nos

revela Rosana Batista, da Associação Garra Feminina, em seu depoimento:

Eu na verdade fui convidada por uma amiga minha que fazia parte também de uma associação lá em Guaianases e ela me convidou a participar para poder pegar cestas básicas, cestas de natal. Até porque o nome era chamativo, era Natal Sem Fome. E era só nessa época mesmo que a gente participava mais da Ação da Cidadania, foi por isso que eu fui para a Ação.
(Rosana Batista)

Ao mesmo tempo, a participação de comitês de perfil mais popular localizados nas regiões mais periféricas da cidade, possibilitaram a vocalização das condições de vida daqueles grupos populacionais, suas demandas e as cobranças a serem feitas às autoridades municipais. Renato Simões assim registrou o processo:

Na zona Leste, o Jardim Pantanal, na região de Itaim Paulista, começou o ano com os dissabores das enchentes e os desmandos da Prefeitura. Os moradores relataram que 92 famílias de uma área ocupada ficaram desabrigadas após fortes chuvas. Sem ter para onde ir invadiram uma Escola Municipal, que a princípio não queria acolhê-los. Ficaram 02 dias sem comida e com a cozinha trancada, até que um grupo de mulheres da comunidade que participaram da Ação da Cidadania “tomaram a frente” do abrigo, gerando muita discordância com a Administração Regional local. Mesmo assim, o abrigo funcionou, recebendo ajuda da Ação da Cidadania, da LBV, de funcionários da FORD de Guarulhos e de alguns moradores. A ajuda da Prefeitura foi mínima, segundo

relato, e algumas famílias voltaram para casa com água nos joelhos, porque a orientação da Supervisão da FABES era fechar a escola ou levar as famílias para o Cetren. Na região de Guaianases o Comitê local acionou o Fórum solicitando ajuda para famílias que perderam seus pertences e outras até os barracos em consequência das chuvas. Os desalojados estavam em casas de pessoas da comunidade e não receberam auxílio da Prefeitura. ⁵²

O combate emergencial da fome com a distribuição de alimentos serviu como mística para incorporação de aliados ao movimento e acúmulo de forças para que pudessem ser feitos outros tensionamentos junto ao poder público e ao próprio setor empresarial, cobrando a adoção de políticas estruturadoras que pudessem impactar na diminuição das profundas desigualdades existentes na cidade. A realização de uma atividade anual como a Campanha Natal Sem Fome, pôde trazer para um mesmo espaço político lideranças e representantes da Igreja, movimentos sindicais, organizações não-governamentais, associações comunitárias de bairro, do setor empresarial e do poder público - executivo e legislativo. Apesar das evidentes divergências entre estes atores sociais e políticos, a razão maior deste encontro era o compromisso ético e moral de se indignar com o número elevado de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

A interação entre os comitês de ação da cidadania e as organizações sociais possibilitada pelo movimento e pela Campanha Natal Sem Fome contribuiu para a produção de novas formas de solidariedade e, ao mesmo tempo, de se relacionar com a cidade e seus sujeitos. Neste sentido, Santos e Silveira afirmam “a solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emanou de sua existência no lugar. Na

⁵² Simões, Renato: *O Abandono dos cidadãos*. Jornal Fome de Quê, Janeiro, Ação da Cidadania, São Paulo, 1996.

realidade, ela é fruto do próprio dinamismo das atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado. É em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum.”⁵³

Era patente que o grande instrumento de mobilização e articulação dos comitês e organizações sociais concentrava-se na necessidade de sanar as carências imediatas da população daqueles bairros e comunidades. Entre as respostas rápidas estavam a preparação e distribuição de cestas básicas, roupas e remédios. Entretanto, os grupos promoviam outros serviços assistenciais, como encaminhar crianças para atendimento em creches e unidades de saúde, realizar cadastros de moradores para inclusão em programas habitacionais, entre outros.

Podemos observar pelos depoimentos obtidos na pesquisa que esta necessidade concreta das pessoas trazia grande dificuldades para desenvolver um trabalho mais permanente de reflexão sobre as principais causas da fome e da miséria, e do sistema de opressão aos quais viam-se submetidos.

Nós fazíamos a leitura e discussão daquela cartilha 'Como montar um comitê', discussão de documentos, de matéria de jornal de que tratavam destes temas. Nesses encontros nós tínhamos dois momentos, um que era prático. A gente chamava prático para definir quem vai fazer o que, aonde nós vamos. Vai à missa? Tem que visitar o padre, tem que visitar o pastor. E o segundo momento que não era teórico, mas de reflexão, reflexão sobre o tema. Neste segundo tempo, havia um esvaziamento. Se você tinha 30 pessoas discutindo o comitê, na primeira parte da reunião, depois quando

⁵³ Milton SANTOS, María Laura SILVEIRA, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, p. 306-307.

íamos discutir o texto, por exemplo, do Paul Singer, caía para 15,10 pessoas. (Tarcísio Geraldo Faria)

O comitê entrava num impasse porque vinham os trabalhadores para o comitê e eles queriam alguma coisa. Eles não vinham ali para ouvir a questão política. Eles tinham a necessidade do vale transporte, de uma cesta básica, essas coisas. (Manoel Del Rio)

Quando eu estou entregando leite, tem família que liga dizendo que naquele dia não é possível pegar o leite, e tem sobra de leite. O que eu vou fazer? Pego aquela sobra e vou distribuir para alguém que precisa mais. [...] A família fica do lado, a mãe fica do lado esperando a sobra do leite, ela fica até uma hora se for preciso. [...]

Às vezes eu olho para a mãe e digo para ela: - A Senhora não está com pressa hoje? - Não porque eu estou precisando de sobra, ela diz. - Mas a senhora disse que não tem tempo nem para vir na reunião uma vez por mês. Para a reunião, a Senhora diz que não tem tempo. - Ah, mas para a sobra eu tenho, “tô” precisando muito deste leite. “Tô” precisando, é a necessidade, “tá” difícil. (Rosana Batista)

No entanto, esta dificuldade observada pelas lideranças sociais não era verificada apenas na relação entre os beneficiários dos comitês, das organizações sociais. Alguns documentos disponíveis no arquivo da Ação da Cidadania apontam uma situação similar entre a coordenação estadual e os comitês locais de base. Pudemos perceber registros que corroboram as afirmações feitas anteriormente por exemplo: 'havia uma relação equivocada com os comitês, pois achavam que o escritório era um

lugar para pegar coisas, comida e dinheiro e quando se buscava realizar uma discussão de colaboração, não se conseguia'.

Por outro lado, foi se construindo uma percepção dos movimentos sociais e populares que atuavam na Ação da Cidadania no sentido de interferir nas políticas públicas a partir da construção de critérios e formas de atendimento dos programas de combate à fome e à miséria, realizando importante fiscalização para que estas iniciativas não assumissem um caráter clientelista e eleitoreiro. Mais ainda, a atuação dos movimentos junto aos grupos sociais mais pobres favoreceria a identificação das regiões prioritárias para atendimento pelos programas e serviços públicos.

Essas lutas servem para assegurar nossos direitos de cidadão, já inscritos na Constituição de 1988, e para torná-los realidade pela construção de políticas públicas participativas e que apontem no sentido de uma efetiva distribuição da riqueza em nosso país.

A busca dos fundos públicos necessários à luta contra a fome e a miséria é uma das batalhas em que devem atuar os movimentos.⁵⁴

Verificamos que os movimentos nas duas últimas décadas vêm desenvolvendo uma série de iniciativas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, muitas delas em parceria com governos em nível local, e outras desenvolvidas em caráter de mutirão – baseadas nos princípios da solidariedade e auto-gestão. Podemos destacar as experiências relacionadas à criação de cozinhas e padarias comunitárias, hortas, comercialização da produção de assentamentos rurais com preços mais baixos, grupos de compras coletivas, etc.

⁵⁴ Ação da Cidadania, São Paulo, 1993, p. 10

Estas ações trouxeram contribuições significativas que ajudam a formulação de políticas pelo poder público. Nesta perspectiva, uma das bandeiras defendida pelos movimentos foi a criação de restaurantes populares⁵⁵. No Governo do Estado São Paulo, o Projeto de Restaurantes Populares Bom Prato foi instituído no âmbito do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para população carente por meio do Decreto No 45.547 de Dezembro de 2000, do Governador Mario Covas.

Desenvolvido pela Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio – CODEAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, opera em parceria entre o poder público estadual e organizações da sociedade civil, conveniadas para realizar a gestão dos restaurantes. As refeições servidas são subsidiadas pelo governo

⁵⁵ Walter Belik apresenta no texto *Políticas de Segurança Alimentar para as Áreas Urbanas* que as experiências de restaurantes populares no Brasil tiveram início na década de 40, como estratégia de responder às grandes pressões sociais que pediam a garantia de acesso à alimentação a preços mais baixo pelos trabalhadores. Na década seguinte, em Minas Gerais, foram implantados por Juscelino Kubitschek alguns equipamentos públicos com esta finalidade. Durante a ditadura militar estes espaços foram fechados, sendo reabertos apenas em 1988. Mas foi apenas em 1994 que foram instalados restaurantes de maneira a integrar uma política pública na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que garantisse alimentação saudável e de qualidade, fomentando a compra dos gêneros alimentícios de pequenos produtores rurais. Na América Latina, iniciativas semelhantes foram desenvolvidas no Perú chamada de “comedores populares”, que consistia no funcionamento de uma pequena cozinha comunitária administrada de forma voluntária por grupo de mulheres das comunidades locais, na sua maior parte migrantes da zona rural. O êxito destas experiências resultou no reconhecimento pelo governo daquele país que passou a apoiar e incorporá-los como referência às políticas de alimentação e desenvolvimento. Para o autor, os “comedores” além de representar impacto positivo na saúde pelo aspecto nutricional, estas unidades representam importante relevância social, pois se torna uma espaço de reunião, organização e formação.

do Estado no valor de R\$ 2,25 cada prato, sendo a outra parte paga pelo usuário no valor de R\$ 1,00.

A partir de julho de 2009, às orientações de operacionalização dos restaurantes foi adicionando um novo dispositivo que estabelece os horários de funcionamento dos restaurantes populares, de segunda à sexta-feira, com horário de início de fornecimento das refeições às 11 horas e limitando o encerramento ao término da cota diária disponível. Diferentemente do que se tem configurado uma demanda histórica dos movimentos populares, pois em várias ocasiões como nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, grupos representativos – notadamente das mulheres trabalhadoras de baixa renda - vêm indicando a necessidade de garantir o oferecimento em equipamentos como estes de três refeições, inclusive, nos finais de semana, para abastecer a população que não tem acesso ao alimento.

Medidas como estas de limitação do horário de funcionamento do equipamento público em consequência das restrições contratuais com as entidades executoras, reforçam um modelo de gestão que se consolidou nas duas últimas décadas no Estado de São Paulo, o enxugamento da máquina pública numa falsa idéia de eficiência e economia para os cofres públicos. As metas de atendimento definidas nos convênios passam a balizar o conjunto das ações públicas, reprimindo sobremaneira a demanda da população. Conforme informações disponibilizadas⁵⁶ pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, as entidades parceiras do projeto na região leste caracterizam-se por serem organizações comunitárias e assistenciais criadas com objetivo de atender especialmente crianças, jovens e idosos.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos restaurantes integrantes da Rede Bom Prato no município de São Paulo. Chama atenção o fato do número de restaurante ser baixo em

⁵⁶ [Http://www.codeagro.sp.gov.br](http://www.codeagro.sp.gov.br). Acesso em 28 de set. de 2009.

consideração ao número de habitantes da cidade. Observa-se que dos 17 equipamentos existentes na cidade, em 2007, apenas 06 estão localizados em distritos da região leste. As regiões das Subprefeituras da Cidade Tiradentes, Penha, e Aricanduva no possuem equipamentos para atendimento ao público. Em todo Estado estão em funcionamento 30 unidades.

Rede de Restaurantes "BOM PRATO"

Município de São Paulo, Distritos Municipais e Subprefeituras
2004 a 2007

Unidades Territoriais	Nº Estabelecimentos			
	2004	2005	2006	2007
MSP	12	12	17	17
Aricanduva/Formosa/Carrão	-	-	-	-
Aricanduva	-	-	-	-
Carrão	-	-	-	-
Vila Formosa	-	-	-	-
Butantã	-	-	-	-
Butantã	-	-	-	-
Morumbi	-	-	-	-
Raposo Tavares	-	-	-	-
Rio Pequeno	-	-	-	-
Campo Limpo	-	-	1	1
Campo Limpo	-	-	-	-
Capão Redondo	-	-	1	1
Vila Andrade	-	-	-	-
Capela do Socorro	-	-	-	-
Cidade Dutra	-	-	-	-
Grajaú	-	-	-	-
Socorro	-	-	-	-
Casa Verde/Cachoeirinha	-	-	-	1
Cachoeirinha	-	-	-	1
Casa Verde	-	-	-	-
Limão	-	-	-	-
Cidade Ademar	-	-	-	-
Cidade Ademar	-	-	-	-
Pedreira	-	-	-	-
Cidade Tiradentes	-	-	-	-
Cidade Tiradentes	-	-	-	-
Ermelino Matarazzo	-	-	-	-
Ermelino Matarazzo	-	-	-	-
Ponte Rasa	-	-	-	-
Freguesia/Brasilândia	1	1	1	-
Brasilândia	1	1	1	-
Freguesia do Ó	-	-	-	-
Guaianases	1	1	1	1
Guaianases	1	1	1	1
Lajeado	-	-	-	-

Ipiranga	-	-	-	-
Cursino	-	-	-	-
Ipiranga	-	-	-	-
Sacomã	-	-	-	-
Itaim Paulista	1	1	1	1
Itaim Paulista	1	1	1	1
Vila Curuçá	-	-	-	-
Itaquera	-	-	1	1
Cidade Líder	-	-	-	-
Itaquera	-	-	1	1
José Bonifácio	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-
Jabaquara	-	-	1	1
Jabaquara	-	-	1	1
Jaçanã/Tremembé	-	-	-	-
Jaçanã	-	-	-	-
Tremembé	-	-	-	-
Lapa	1	1	1	1
Barra Funda	-	-	-	-
Jaguara	-	-	-	-
Jaguaré	-	-	-	-
Lapa	1	1	1	1
Perdizes	-	-	-	-
Vila Leopoldina	-	-	-	-
M'Boi Mirim	-	-	1	1
Jardim Ângela	-	-	1	1
Jardim São Luís	-	-	-	-
Mooca	1	1	1	1
Água Rasa	-	-	-	-
Belém	-	-	-	-
Brás	1	1	1	1
Moóca	-	-	-	-
Pari	-	-	-	-
Tatuapé	-	-	-	-
Parelheiros	-	-	-	-
Marsilac	-	-	-	-
Parelheiros	-	-	-	-
Penha	-	-	-	-
Artur Alvim	-	-	-	-
Cangaíba	-	-	-	-
Penha	-	-	-	-
Vila Matilde	-	-	-	-
Perus	-	-	-	-
Anhanguera	-	-	-	-
Perus	-	-	-	-
Pinheiros	-	-	-	-
Alto de Pinheiros	-	-	-	-
Itaim Bibi	-	-	-	-
Jardim Paulista	-	-	-	-
Pinheiros	-	-	-	-
Pirituba	-	-	-	-
Jaraguá	-	-	-	-
Pirituba	-	-	-	-
São Domingos	-	-	-	-

Santana/Tucuruvi	1	1	2	2
Mandaqui	-	-	-	-
Santana	1	1	1	1
Tucuruvi	-	-	1	1
Santo Amaro	1	1	1	1
Campo Belo	-	-	-	-
Campo Grande	-	-	-	-
Santo Amaro	1	1	1	1
São Mateus	1	1	1	1
Iguatemi	-	-	-	-
São Mateus	1	1	1	1
São Rafael	-	-	-	-
São Miguel	1	1	1	1
Jardim Helena	-	-	-	-
São Miguel	1	1	1	1
Vila Jacuí	-	-	-	-
Sé	3	3	3	3
Bela Vista	-	-	-	-
Bom Retiro	-	-	-	-
Cambuci	-	-	-	-
Consolação	-	-	-	-
Liberdade	1	1	1	1
República	-	-	-	-
Santa Cecília	1	1	1	1
Sé	1	1	1	1
Vila Maria/Vila Guilherme	-	-	-	-
Vila Guilherme	-	-	-	-
Vila Maria	-	-	-	-
Vila Medeiros	-	-	-	-
Vila Mariana	-	-	-	-
Moema	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-
Vila Mariana	-	-	-	-
Vila Prudente/Sapopemba	-	-	-	-
São Lucas	-	-	-	-
Sapopemba	-	-	-	-
Vila Prudente	-	-	-	-
Vila Sônia	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

Elaboração: Sempla/Dipro

Capítulo 3

Relação Estado e Sociedade: uma análise retrospectiva

3.1 Organização popular e compartilhamento do poder na luta por Direitos

Objetivamos neste capítulo compreender as transformações ocorridas na Ação da Cidadania ao longo da sua existência, mostrando de que maneira se dá a relação entre Estado e Sociedade, seus conflitos, tensões e possibilidades de construção de diálogo entre os diferentes agentes políticos e sociais. Para levar a cabo este nosso intento, procuraremos estabelecer ainda uma comparação entre os acontecimentos e comportamentos destes atores nos contextos nacional e local.

Augusto Franco, membro da Secretaria Nacional da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida identificou⁵⁷ três momentos na organização do movimento na década de 1990. O primeiro compreende o período de abril de 1993 a julho de 1994. Ele se caracteriza pelo surgimento da Ação da Cidadania, a partir da ampla mobilização social promovida pelo Movimento pela Ética na Política, e sua interferência no processo político nacional resultando na realização da I Conferência de Segurança Alimentar (I CNSA). Este foi considerado o auge da Campanha, tendo fomentado a criação de comitês de ação da cidadania em todos os Estados do país.

Quais são as bases deste grande fenômeno sócio-político? O autor acredita que o amplo movimento em prol do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello despertou na população um desejo ético e solidário em participar da vida pública e transformar o país e a vida das pessoas. Havia, também, uma necessidade de diferentes grupos políticos em recuperar a credibilidade

⁵⁷ AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA. Um novo Começo. 21 de março de 1997 (MIMEO).

institucional junto à sociedade. Nas palavras de Augusto de Franco:

(...) A Rede Globo, para recuperar o 'capital psico-social' perdido com a edição manipuladora do último debate da campanha presidencial que alçou Collor ao poder, deu ampla cobertura ao processo de impeachment, antes disso levando ao ar aquela famosa série ' Anos Rebeldes', a qual embora talvez involuntariamente, teve uma influência maior do que se pensa na mobilização da juventude *carapintada*. Foi assim, para resumir, que o Vice-presidente de Collor, Itamar Franco, sentiu a necessidade vital de se re-legitimar, conquistando um apoio social extra para seu curto mandato. Ora, como esse apoio não poderia ser obtido apenas através das velhas instituições do Estado, o novo Presidente abriu as portas do Palácio ao Movimento pela Ética na Política e, em seguida, para a Ação da Cidadania, sua herdeira. (AÇÃO DA CIDADANIA, 1997, p. 02)

Como vimos nos capítulos anteriores, entre as principais conquistas da sociedade civil e, da própria oposição articulada em um Governo Paralelo, foi a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, espaço de interlocução entre a sociedade civil e o poder público. É de se destacar a abertura realizada pelo governo ao aceitar inclusive a indicação do presidente do Conselho e dos seus 22 conselheiros representantes da sociedade pelo Movimento pela Ética na Política. Itamar Franco pretendia com isso iniciar uma nova forma de relacionamento político do governo com setores organizados da sociedade.

Da mesma sorte, no âmbito do governo viu-se surgimento de iniciativas de combate à fome e à miséria desenvolvidas pelas Empresas Públicas e por seus funcionários. A grande capilaridade

dos comitês deve-se, sobremaneira, ao apoio das empresas públicas, que chegou a representar cerca da metade do número de grupos organizados no país. Para termos a dimensão do que isto representou, no final de 1996, a Caixa Econômica Federal possuía 1.700 os Comitês da Ação da Cidadania de Empregados, sendo 842 estavam cadastrados nas 27 coordenações regionais organizadoras do movimento no Banco. Os dados disponibilizados no relatório referente ao período de 1993 a 1996 produzido pela instituição, mostram que até aquele momento haviam sido atendidas em todo o país 906.504 pessoas, 603 comunidades e 3.647 instituições.

Com os resultados alcançados na Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional em 1994, foi inaugurada uma fase de transição na Ação da Cidadania, exigindo a necessidade de refletir sobre suas práticas organizativas e também sua própria agenda política. A participação dos comitês estaduais fortalecidos no processo de realização da Conferência passou a interferir propositivamente na definição dos novos rumos da Ação da Cidadania em nível nacional. Da mesma forma, naquele momento – que coincidiu com a realização das eleições presidenciais - o movimento foi tensionado por setores de base da sociedade, ONGS, sindicatos e também de grupos já identificados com a candidatura de Lula para a Presidência da República, que cobraram a necessidade em se adotar propostas que enfrentassem as causas estruturais da fome, da miséria e da exclusão, ou seja, o modelo de desenvolvimento brasileiro e as políticas macroeconômicas do governo. Na ocasião, alguns temas começaram a ser defendidos como novas bandeiras, entre eles, a geração de emprego, distribuição de renda e da reforma agrária.

E a Campanha Eleitoral para Presidente trouxe um grande dilema, motivado de alguma forma pela expectativa de lideranças ligadas à Campanha de Lula e ao Partido dos Trabalhadores que esperavam o apoio de Betinho e da própria Ação da Cidadania a esta candidatura. Trazemos aqui trecho de carta enviada ao

Betinho por Oded Grajew, empresário, primeiro Coordenador-Geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE e Presidente da Fundação Abrinq:

Existe uma expectativa em torno de você no Partido dos Trabalhadores. Mais ainda pelo fato da Campanha Contra a Fome e a Miséria ter nascido a partir do Plano de Segurança Alimentar do PT e seu nome ter sido indicado pelo Lula ao Itamar. Como amigo e companheiro tenho esperança que você resolva de forma digna os dilemas: se posicionar e perder a quase unanimidade da opinião pública ou frustrar a expectativa de fiéis amigos e companheiros de lutas e esperanças comuns; ou ainda, ajudar a termos no Brasil um governo capaz de empreender ações efetivas contra a miséria ou se eximir de tomar partido e continuar uma campanha que apenas cria expectativas e tenta maquiar uma perversa gestão pública. (Pandofi, 2005, p.215)

Em 17 de agosto de 1994, apenas dois dias após recebimento da carta de Oded Grajew, Betinho respondeu esclarecendo sobre o processo de criação da Ação da Cidadania, do CONSEA, e os contatos que havia realizado com diferentes lideranças do PT buscando maior engajamento do partido na criação dos comitês. No entanto, ressaltou no texto o caráter apartidário da Ação da Cidadania e a sua opção política em não se comprometer com uma candidatura específica. Em uma parte da carta-resposta, manifesta sua interpretação sobre a relação entre Estado e a Sociedade empreendida pela Ação da Cidadania no Brasil. Trechos que reproduzimos a seguir:

(...) Para mim, a eleição é importante, mas a História não estará sendo construída nem pelo Estado,

nem pelo Fernando Henrique, nem pelo Lula. Não creio mais em salvadores. Creio em cidadania e por isso minha noção de tempo é diferente. (...) Você confunde o CONSEA que o PT propôs ao presidente Itamar – e nomeou quadros seus -, com a Ação da Cidadania, que não depende de nenhum governo e que não tem nada a ver com uma perversa gestão pública. (...) A ação da Cidadania é da sociedade, corre em trilho próprio, autônomo, independente, acima de partidos, igrejas e ideologias: quer acabar com a fome e a miséria, quer gerar empregos, mudar a face desse país, o rumo, o conteúdo e a natureza desse desenvolvimento que só interessa a muitos poucos. (*apud* Pandofi, 2005, p. 218-219)

Os depoimentos realizados pelos colaboradores desta entrevista mostram a preocupação de setores ligados ao Partido dos Trabalhadores em aproveitar a mobilização obtida pela Campanha contra a fome e a miséria com vistas a fortalecer junto às comunidades a viabilidade política de uma candidatura em sintonia, próxima aos anseios da população. Tarcísio Geraldo Faria revela: *quando o PT chegou e disse temos que disseminar essa campanha no Brasil, nas bases, muita gente no PT entendia isso como um atalho para a vitória do Lula em 1994. E outras pessoas não entendiam assim, isso deu problema depois.*

Constatamos, no entanto, em São Paulo, especialmente nos distritos mais periféricos como a região leste, uma grande atuação de militantes e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que viam na Campanha mais do que um mero interesse eleitoral, a possibilidade concreta de organização da comunidade entorno de um projeto popular de transformação da sociedade. Afirmamos isso devido à contribuição e participação de muitas lideranças que assumiram em vários momentos a questão do combate à fome e à miséria, promovendo a interface deste tema com outras bandeiras

políticas, por exemplo, a luta por moradia, melhoria na saúde pública, geração de emprego e o combate à discriminação racial.⁵⁸ Na entrevista Panela vazia a doença amplia, com Ana Maria Oliveira Campos e Luzinete Alves, duas participantes do movimento de saúde da zona leste, vemos a busca por estes agentes de promover a integração entre os campos de luta. Na visão das entrevistadas “sem emprego e passando fome, as pessoas não têm disposição de lutar pela saúde, estão sim, pedindo ajuda para conseguir sobreviver. A crise afeta o movimento, deixando as pessoas sem força para se organizar”⁵⁹.

O final do ano de 1994 abriu a segunda fase do movimento da Ação da Cidadania, com a criação do Fórum Nacional, composto por organizações e lideranças sociais parceiras que formavam a Secretaria Executiva Nacional: cerca de 40 Comitês das Empresas públicas, os 27 comitês estaduais e, ainda, membros do CONSEA, que seria extinto no início de 1995. Esta nova etapa trouxe grandes desafios ao Programa. Por um lado a articulação em um coletivo nacional de uma parcela organizada da Ação da Cidadania e, por outro lado, as dificuldades frente às mudanças na conjuntura política do país, no início do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O novo governo criou o Programa Comunidade Solidária, por meio do Decreto N° 1.366 de 12 janeiro de 1995⁶⁰. Neste mesmo período, o governo extinguiu o Ministério do Bem-Estar Social, e

⁵⁸ Em depoimentos de Gilson Negão, Tarcísio Geraldo Faria, Manoel Del Rio e Rosana Batista

⁵⁹ ^Boletim E agora?, FASE-SP, CPV, SOF e POLIS, n.8, out. 1993.

⁶⁰ O Decreto define em seu primeiro artigo que o objetivo do Programa Comunidade Solidária é coordenar as ações governamentais em atenção aos setores da sociedade que não podem prover suas necessidades básicas, conferindo atenção especial ao combate à fome e à miséria. Desta forma, enfatiza que o programa deverá priorizar as ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social.

também as fundações Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA). Em seu lugar, foi criada a Secretaria de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Com o programa, um novo Conselho de caráter consultivo foi nomeado sendo convidados para ocupar assento nomes de notória importância, desprezando o critério anterior de representatividade social adotado para composição do CONSEA. Num primeiro momento, Betinho comprometido com o seu princípio de se colocar à disposição da luta pelo fim da fome e da miséria, tornou-se conselheiro do Comunidade Solidária. Porém a decisão foi tomada sem consultar os integrantes do Fórum Nacional da Ação da Cidadania, gerando uma sensação de desapontamento em muitos aliados.

No Programa Comunidade Solidária, Betinho deixou de ter a influência política observada no governo do Presidente Itamar Franco, e as ações de combate à fome empreendidas naquela gestão foram sendo progressivamente sendo substituídas pelas novas diretrizes. Além disso, o estado de saúde de Betinho começava a piorar, afastando-o das intensas agendas públicas a que estava acostumado.

Durante o ano 1995, o Fórum Nacional enfrentou muitas limitações provocadas pela falta de recursos devido à crise financeira vivida por suas entidades e comitês. Em decorrência disso, em agosto de 1996, o fórum deixou de se reunir, corroborando para um período de refluxo da participação social iniciado pela perda de poder político, visibilidade e obtenção de espaço na mídia pelas lideranças do movimento em nível nacional e local.

No Estado de São Paulo, a avaliação feita pela Coordenação estadual no final de 1997 apontou que além do Programa Comunidade Solidária criado pelo governo FHC, o incentivo às demissões voluntárias enfraqueceu a mobilização desenvolvida pelos comitês, especialmente das Empresas Públicas, impactando

negativamente as ações empreendidas por estes grupos. Neste sentido, em 1997, considerando o novo contexto histórico, e reconhecendo que a principal conquista da Ação da Cidadania foi o engajamento e participação dos cidadãos comum, a coordenação realiza uma revisão da missão da organização, redefinindo-a:

“Criar espaços de cidadania, a partir do enfrentamento à fome e à miséria e a todo tipo de discriminação, sensibilizando e mobilizando o conjunto da sociedade, respeitando sua diversidade e estabelecendo parcerias compromissadas com a construção de políticas de direitos”.⁶¹

Assim, podemos afirmar que a prática social ligada à Ação da Cidadania em nível local, apesar da contundência e tensionamento provocada por algumas lideranças e grupos sociais, caracterizou-se por uma postura mais conciliatória, quando da exigência ao Estado da implantação de políticas públicas. Desta maneira, nos colocamos como questão fundamental quais os lugares e papéis ocupados pelos trabalhadores na luta contra à fome e à miséria?

Adalberto Marson ao analisar a historiografia dos movimentos sociais a partir das contribuições teóricas de E. J. Hobsbawn acerca dos movimentos e protestos sociais, nos chama a atenção para a identificação de determinado fenômeno em manifestação de classes ou grupos contra uma determinada situação mantida por outras classes e grupos que impedem que a dinâmica de conflitos e movimento próprio da sociedade seja desenvolvido (Marson, p. 34).

Podemos identificar na Ação da Cidadania de São Paulo diferentes atores sociais, que podemos agrupar em quatro categoriais:

⁶¹ AÇÃO DA CIDADANIA, Relatório de Atividades Ação da Cidadania São Paulo S/C , 1997, p.5

- 1-) Comunitários ou populares: comitês formados por pessoas das camadas populares, dos bairros mais pobres, alguns constituídos e apoiados por setores da Igreja Católica, e de outras confissões religiosas, e também de Partidos políticos;
- 2-) Movimentos Sociais: constituídos por movimentos sociais, especialmente ligados à área da moradia e da saúde, gênero e racial;
- 3-) Mediadores ou de assessoria política: sindicatos; Organizações Não-Governamentais – ONGs; Partidos Políticos, na maior parte ligados ao campo da esquerda – Vereadores e Deputados; Universidades;
- 4-) Empresarial: iniciativas desenvolvidas por setores organizados da iniciativa privada, bem como por pequenos empresários em nível local que apoiavam as ações realizadas nos seus bairros, regiões.

Há ainda, os comitês formados por funcionários de empresas públicas, os quais tivemos grande dificuldade em conseguir enquadrar em uma das categorias anteriores. Apesar de serem constituídos pelos trabalhadores, na maior parte dos casos estes comitês acabavam sendo pontuados sobremaneira pelas diretrizes daquela instituição.

Em outros casos, a definição das ações era assumida de forma coletiva e geridas por uma coordenação designada pelos funcionários. O custeio das atividades na sua maior parte era feito pela doação dos próprios funcionários.

Vamos analisar como se comportaram estes diferentes atores na zona leste de São Paulo e qual relação mantinham com o Estado. Inicialmente é interessante observar a atuação do Comitê de Desempregados contra a Fome, localizado no bairro da Mooca. A criação deste coletivo está associada à atuação de algumas lideranças junto aos movimentos de moradia e operário. Manoel Del Rio destaca em seu depoimento a importância de envolver os

trabalhadores nas lutas por melhores condições de vida e emprego.

Tinha que mobilizar as bases, não era a gente fazer para quem precisava. Você tinha que colocar quem estava com fome ou desempregado em marcha, em movimento. Eles tinham que se apresentar, eu falava assim. Era esse o nosso desejo (Manoel Del Rio).

Ao relatar a atuação do comitê de combate à fome e ao desemprego faz uma clara distinção entre a característica de muitos grupos vinculados à Ação da Cidadania. Mostra-nos que o comitê havia construído algumas bandeiras de luta tais como o Renda Mínima, Armazéns Sociais, Restaurantes Populares - e a partir daí buscava pressionar o governo com ações e atos públicos em defesa da implantação destas políticas. Del Rio Analisa o sucesso obtido junto ao Governo do Estado de São Paulo que conseguiu evitar a interrupção de um programa de fornecimento de leite para grupos vulneráveis.

(...) o Mário Covas teve que retomar o tíquete de leite. Ele tinha suspenso. Uma vez o Secretário dele nos atendeu, não resolveu. Nós voltamos com mais de 2 mil pessoas e ele retornou o Programa Vida Alimento que tem até hoje. Eles modificaram, passaram a dar o leite in natura, mas tem até hoje. (Manoel Del Rio).

Contudo, a pressão contra a interrupção do fornecimento de vales que dariam acesso ao leite residia apenas sob uma demanda pontual, a pauta apresentada pelos manifestantes não estava comprometida em reverter as desigualdades do nosso modelo de produção e desenvolvimento. Por exemplo, com a adoção de medidas que favorecessem o incentivo a comercialização de pequenos produtores dos programas de assentamento da reforma

agrária, a criação de estoques necessários para a regulação de preços, ou mesmo, de recuperação nutricional daquelas famílias.

O que podemos inferir é que este episódio foi uma estratégia de instrumentalização do movimento a partir de uma luta concreta para retomar um benefício, pois afora o desejo legítimo de reivindicação, o fato fora utilizado para arregimentar forças para uma oposição política ao governo do Estado naquela ocasião.

As entrevistas realizadas também nos permitem conhecer uma realidade muito presente na década de 1990 em nosso país: a consolidação do voluntariado e o Terceiro Setor. Ainda que se tenha buscado reforçar em diferentes documentos da Ação da Cidadania a importância da participação cidadã, ao senso comum, o trabalho realizado pelas pessoas de forma gratuita - sem recebimento de um salário para reprodução da sua força de trabalho – foi identificado como trabalho voluntário. E isso se assentava de forma adequada ao processo de esvaziamento do espaço público almejado pelos defensores do neoliberalismo, que passaria a ser ocupado por particulares motivados a mitigar as distorções provocadas por um modelo de desenvolvimento perverso.

Tarcísio Geraldo Faria revela o processo estimulado pelos setores empresariais para conhecer de que maneira o trabalho de mobilização social era desenvolvido na Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, especialmente sua característica descentralizada e autônoma operacionalizada por meio dos comitês locais. Com isso, poderiam entender melhor esta dinâmica e potencializar as iniciativas realizadas pelo empresariado.

Estes estudos e pesquisas feitos a partir da experiência de ampla articulação de diferentes setores sociais em todo o Brasil, no entorno da campanha contra à fome e à miséria, é a base para o surgimento do Centro de Voluntariado em São Paulo. Segundo Tarcísio Faria a primeira publicação trazia uma referência à mobilização promovida pela Ação da Cidadania, tendo em seguida recebida nova edição para tratar o voluntariado de maneira geral.

Faria pontua, no entanto, que a Ação da Cidadania, buscou fazer parte da coordenação do Centro indicando dois representantes, no sentido de oferecer uma “qualificação mais politizada”. Porém o resultado esperado não foi alcançado devido a natureza ideológica do grupo.

Mas a coordenação do Centro de Voluntariado sempre foi uma coisa de trabalhar de forma clientelista. Então já tinha esse viés, preparando como é que você trabalha a população sem emancipá-la ou emancipando o mínimo possível. (Tarcísio Geraldo Faria).

O Centro de Voluntariado apoiado por diferentes grupos empresariais e do governo federal passou a exercer em São Paulo um forte papel no apoio a projetos sociais, mantendo estreitas ligações às diretrizes do Programa Comunidade Solidária: a noção de “parceria” entre o poder público e organizações sociais para a elaboração e execução de projetos; e a construção de “redes sociais” criadas com o objetivo de dar apoio à administração pública.

A análise sobre a atuação da Associação Garra Feminina, situada no Jardim Bonifácio, na região leste da cidade de São Paulo, pode colaborar no entendimento do papel assumido pelas organizações sociais de base comunitária. Rosana Batista diretora da entidade informa que as ações desenvolvidas pela organização visavam atender à população, prestando atendimentos tais como a distribuição de leite mantida pelo Governo do Estado de São Paulo; a distribuição de roupas e alimentos arrecadados junto à comunidade. A associação promoveu também encaminhamentos das famílias à rede de atenção à saúde, realizava juntamente com órgãos públicos e parceiros, mutirões para cadastramento em atenção à saúde. Mantinha convênio com a Prefeitura Municipal para realização de atividades recreativas voltadas às crianças e uma creche na comunidade.

A entidade fez algumas palestras voltadas à população atendida pela entidade sobre temas discutidos nos encontros e reuniões realizados pelas Secretarias vinculadas à Prefeitura Municipal de São Paulo, especialmente da área de Assistência Social, Subprefeitura de Itaquera, Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio – CODEAGRO, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, responsável pelo Programa VivaLeite, de distribuição de leite.

De alguma forma, o papel desempenhado por lideranças locais como Rosana Batista é associado a um agente comunitário não formalizado – que se coloca como aliado do setor público, assumindo estratégias diferentes conforme perfil da gestão em exercício – responsável por apontar à municipalidade demandas e necessidades daquela localidade, e também atender à população prestando esclarecimentos e informações que os serviços públicos não conseguem atender diariamente.

Podemos observar que as práticas destes agentes históricos caracterizam-se por participarem de diferentes espaços públicos, junto ao poder legislativo estadual e municipal, e ao executivo, objetivando obter serviços e convênios que possam atender às famílias cadastradas na associação. Neste sentido, percebemos que o número de associados, vinculado ao perfil sócio-econômico das áreas de intervenção destas organizações passam a representar fator decisivo para composição de sua força e capacidade de influir no processo político.

Rosana Batista nos relata ainda sua atuação em dois importantes espaços de participação e controle social: o Conselho Gestor de Saúde da Unidade Básica de Saúde COHAB IV, localizado próximo à associação, e o Conselho de Segurança Pública – CONSEG. Ressalta, porém, que a participação nestes fóruns se deu sem apoio da Ação da Cidadania.

Eu conheci o Conselho por minha conta porque fui convida por aqui para participar. Na Ação da Cidadania eu nunca fui convidada para participar. Fui convidada a votar. A votar para os membros, mas para participar nunca fui convidada. (Rosana Batista)

Isso pode apontar que em muitas circunstâncias as atividades de representação política mantida no âmbito da Ação da Cidadania acabavam sendo assumidas apenas por um grupo muito reduzido de pessoas, que passavam a se apropriar dos temas discutidos, sem possibilidade de construir as intervenções nos espaços públicos de forma coletiva e participativa. A esse respeito, faz-se oportuno trazer à luz algumas considerações referentes à necessidade de uma maior qualificação técnica e política necessária para participação social feitas por Evelina Dagnino em estudo sobre a sociedade civil, os espaços de participação e o processo democrático no Brasil. Das quais, recorro duas em especial:

A aquisição dessa competência técnica por parte das lideranças dos setores subalternos tem exigido um considerável investimento de tempo e energia que muitas vezes, num quadro de disponibilidade limitada, acaba sendo roubado do tempo dedicado à manutenção dos vínculos com a base representada.

e

Dadas as dificuldades da aquisição dessa competência, os seus eventuais portadores tendem a ser perpetuados enquanto representantes.⁶²

⁶² Evelina Dagnino, *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, p. 284.

Ainda mais grave, um risco existente é a participação das lideranças comunitárias como forma de legitimar determinadas indicações sem no entanto se envolverem ativamente nas discussões para definição das estratégias de ação e posicionamentos políticos a serem adotados em cada um destes espaços.

Por esta razão, neste momento poderíamos analisar os mecanismos internos de discussão e formação para a cidadania da Ação. Percebemos ao longo da pesquisa duas formas de envolvimento das lideranças locais representantes dos comitês de base caracterizados por associações sociais ou comunitárias: num primeiro momento, a relação entre o comitê e a coordenação do movimento de forma direta, ou também com os demais comitês em plenárias e assembléias. Em seguida, com a intenção de fortalecer a articulação entre os comitês e as forças sociais e políticas em nível local foram criados fóruns regionais, tendo cada uma sistemática própria de funcionamento de sua coordenação, intercalando uma reunião plenária com a participação de todos os fóruns e outras apenas entre os comitês do mesmo fórum.

Porém observamos que a estratégia adotada, embora a idéia tivesse sido oportuna, serviu apenas como uma forma de conseguir organizar as ações frente ao crescimento e uma maior cobrança de institucionalização do movimento social. Os fóruns foram perdendo significativamente sua proposta original de servir como animador e fomentador de um diálogo local, entendendo e trabalhando com as especificidades de cada território, quanto suas dinâmicas sociais, necessidades e trajetórias de luta. Perderam, aquilo que de mais valioso havia sido construído na Ação da Cidadania: a iniciativa popular. Como podemos perceber no depoimento de Rosana Batista, da Associação Garra Feminina, “os fóruns só faziam alguma coisa diante da Assembléia Geral, a gente só podia tomar alguma providência de fazer alguma outra coisa se a

Assembléia Geral, os coordenadores, assim permitissem. Então foram poucas as atividades que nós tivemos aqui”.

Soma-se a isso, as dificuldades financeiras e de infraestrutura vivenciada pela Ação da Cidadania no Estado de São Paulo que inviabilizaram a manutenção de um estreito contato entre os comitês. Os projetos desenvolvidos pela coordenação estadual procuravam atender simultaneamente a todas as regiões da cidade, elevando assim os seus custos, e afastando a possibilidade de atender aos interesses dos grupos sociais envolvidos nas diferentes áreas, em especial nas questões relativas à geração de trabalho e renda, alfabetização e elevação de escolaridade, criança e adolescentes, cultura, entre outros.

Este distanciamento, de certa maneira, prejudicou a construção de laços mais efetivos de solidariedade entre as associações para que pudessem desenvolver ações conjuntas, sem necessitar da mediação da coordenação ou demais interlocutores do próprio movimento.

O momento em que se via uma maior interação entre as entidades associadas era de fato na Campanha Natal Sem Fome, que depois dos anos iniciais passou a centralizar a arrecadação, armazenamento e preparação das cestas básicas. Neste caso, vimos registros de muitas atividades cooperadas para organização dos eventos, carregamento e transporte dos alimentos doados, manutenção dos locais de guarda e montagem dos quites de alimentos que seriam distribuídos para as famílias beneficiadas. Dias seguidos de longo trabalho, muitas vezes madrugada adentro, em operações que reuniam numa Campanha aproximadamente 500 pessoas envolvidas.

Este fato nos traz elementos importantes para reflexão sobre o processo de construção participativa de uma ação coletiva, de interesse do conjunto da população que compunham aqueles comitês e/ou associações. Observamos

que em muitas ocasiões as contribuições trazidas pelas lideranças comunitárias não haviam sido elaboradas em instâncias internas de representação, que pudessem se materializar em propostas concretas os anseios das famílias atendidas naquela comunidade. Passaram, assim, a se auto-representar.

As principais armadilhas se assentam na idéia de que há muita dificuldade em sensibilizar as famílias, mostrar para elas que é preciso lutar para trazer conquistas à comunidade. As lideranças apontam ainda uma grande “apatia das pessoas”, que não se interessam por nada, que “só querem saber das cestas básicas oferecidas depois”.

A análise histórica e política sobre o envolvimento das camadas populares nas ações dos movimentos sociais e interesse de se engajar nas lutas sociais deve considerar um processo de mudanças que tem ocorrido na sociedade capitalista contemporânea. Estamos vivendo uma crise não apenas do modelo capitalista, mas também a própria democracia – em especial do seu modelo de representação que outorga a outrem intervir em seu interesse. Boaventura de Sousa Santos diagnostica que o regime democrático nas últimas décadas passou a produzir conscientemente entraves à cidadania. Trata-se, nas suas palavras, de:

uma cidadania bloqueada, na medida em que a muita gente – que é a característica do sistema democrático representativo – não se garante as condições de participação, ou seja, uma cidadania que se baseia na idéia de participação mas não garante as suas condições materiais: Por exemplo, três condições são fundamentais para poder participar: temos de ter nossa sobrevivência garantida, porque se estamos morrendo de fome não vamos participar;

temos de ter o mínimo de liberdade para que não haja uma ameaça quando vamos votar; e temos de ter acesso à informação.⁶³

De que maneira conseguir garantir no âmbito dos movimentos sociais estas condições mínimas ao processo de participação representativa? E se optar pela construção de alternativas que superem os mecanismos adotados até então, de que maneira vivenciar processos de tomadas de decisão e realização das ações pelos integrantes dos grupos sociais? Neste sentido, faz-se oportuno buscarmos identificar nas práticas sociais da Ação da Cidadania estas condições e buscar articular a democracia representativa e participativa.

A proposta de fomentar a criação de comitês populares, que pudessem ser geridos de forma autônoma e descentralizada, colocaria um compromisso das pessoas se conscientizarem do seu papel de sujeito histórico, comprometendo-as a assumirem uma visão crítica das relações de produção e sociais. Os documentos publicados propunham aos cidadãos refletirem sobre a sua realidade e do grupo social ao qual estariam inseridos, estabelecer de forma coletiva diagnósticos sobre a situação de fome e miséria de cada localidade e quais medidas deveriam ser adotada para reverter este quadro de desigualdade e exclusão.

É necessário, contudo, ressaltar que em nível nacional a campanha contra a fome, amparada numa delicada estratégia de comunicação, foi adotada como mecanismo indutor do processo de constituição de comitês em todo o território brasileiro, e até mesmo fora do país⁶⁴.

⁶³ Boaventura de Souza SANTOS, Reinventar a teoria crítica e a emancipação social, p. 92.

⁶⁴ A Ação da Cidadania em São Paulo manteve parceria com um comitê de solidariedade à Campanha em Londres, na Inglaterra, que desenvolvia diferentes

Neste sentido, o mecanismo de atuação da Ação da Cidadania – ou simplesmente campanha contra a fome, a miséria ou pela vida – guarda características similares aos processos de “mobilização social” formulados por José Bernardo Toro, autor colombiano que influenciou uma série de organizações não-governamentais na década de 1990. Maria da Glória Gohn no livro *Novas teorias dos movimentos sociais* analisa as contribuições desta autora para compreender a natureza e o papel de algumas ações coletivas, e estabelece uma comparação a outros processos de organização e ação coletiva existentes na América Latina atualmente.

Gohn ressalta que nesta análise interpretativa o “movimento é um resultado e não o foco inicial da ação coletiva. Os conflitos são vistos como naturais, inerentes ao ser humano e ao processo democrático. A chamada coisa pública é construída a partir da sociedade civil; assim, o Estado não é detentor do caráter público da gestão. Nesta análise, não há interesses de classes ou grupos sociais, há o interesse público que deve congrega todos para a ação coletiva comum. Destaca-se também que há aprendizagens no processo de participação – tais como a internalização de hábitos e valores transmitidos.

A autora enfatiza que não há preocupação nas elaborações sobre mobilização social quanto ao entendimento da história social e política de um povo para além de seu local imediato. As causas e a gênese dos processos de exclusão e pobreza não são analisados. Parte-se de dada situação e busca-se mobilizar pessoas para a resolução, substituindo a 'cultura da espera' pela cultura da resolução, do fazer'.

Os projetos mobilizadores para Toro são desempenhados por pessoas que assumem o papel de formulação de idéias e propostas de ação social e aqueles

que multiplicarão estas informações sensibilizando e conscientizando as demais pessoas, agentes engajados que buscam atuar a partir de novas ferramentas sociais como fóruns, redes, entre outras. A principal crítica desta metodologia criada por Toro é a falta de uma consciência crítica, cuja abordagem histórica e política possibilitem compreender as causas dos conflitos e interesses existentes. Assim, é proposta uma série de técnicas a partir dos conhecimentos especialmente das áreas de lingüística, que promovam maior interação, diálogo, participação das pessoas nas decisões dos grupo e, portanto, de convívio social. Coloca-se a democracia como premissa da atuação destas ações sem, no entanto, se ater a reflexão sobre os modelos democráticos possíveis – reproduzindo de forma formal alguns velhos vícios do sistema de representação política.

Contudo, esta descrição interpretativa não nos fornece o conjunto de recursos analíticos necessários para entendermos a situação vivida pela Ação da Cidadania em São Paulo. O que nós queremos observar é a possibilidade de transformação social e política almejadas pelos comitês de caráter mais popular participantes deste movimento, e que fatores permitiriam manter ativa esta iniciativa ao longo de quase duas décadas. Desta forma, verificar como se estabeleceu a relação entre consciência de classe e organização social.

Hobsbawn diferencia o processo histórico de produção da consciência da classe burguesa e proletária. Afirma que os movimentos burgueses defenderam posições ideológicas marcadas por princípios liberais e conservadoras, diziam-se entretanto que eram socialmente não-classista. “Os movimentos burgueses foram organizados muito mais elástica e informalmente, às vezes, aparentemente para propósitos limitados, e envolveram muito menos lealdade e disciplina do que os movimentos da classe operária, embora na realidade

suas perspectivas políticas pudessem ser bastantes ambiciosas” (Hobsbawn, 2000, p.44).

Quanto aos movimentos proletários aponta que houve a necessidade de uma consciência classe e de coesão. Além disso, ressalta que a classe operária é constituída por um conjunto de pessoas que não podem provocar acontecimentos sozinhas, necessitam de um projeto coletivo. Com isso, exige-se para a ação coletiva uma determinada organização para se atingir os resultados esperados, com uma estrutura adequada e lideranças capazes de construir unidade para as lutas.

Ao pensar o processo de atuação da Ação da Cidadania, um espaço plural e das diferentes grupos sociais, podemos verificar um processo interno de projetos políticos, que refletiam na arena pública os posicionamentos distintos dos seus agentes. A esse respeito, é oportuno recuperarmos as considerações de Mészáros sobre os limites da participação democrática e correlação de poder entre as classes. .

É uma ilusão paralisadora da legalidade burguesa que os poderes de decisão possam ser apropriadamente divididos e repartidos de um modo globalmente benéfico entre alternativas hegemônicas. Na verdade, contudo, absolutamente nenhum poder real de decisão é repartido em uma ordem social do capital entre classes sociais concorrentes, a despeito da ideologia da 'divisão de poderes' sob uma suposta 'constitucionalidade democrática'. Pois todos os poderes significativos – como opostos aos estreitamente marginais – estão em posse do próprio capital. (Mészáros, 2007, p. 230).

Desta forma, a produção da consciência da classe operária está também relacionada aos mecanismos e estádios de sua organização que requer um desenvolvimento ou

evolução desta consciência que não se dá de forma automática e, nem tampouco, de forma inevitável. Passa necessariamente pelo compartilhamento de experiências vividas e reelaboradas pelos trabalhadores dando novo sentido histórico a estes acontecimentos.

3.2 Impactos das lutas sociais nas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em São Paulo

O principal objetivo desta etapa da pesquisa é identificar as contribuições das ações das camadas populares na luta para ampliação e garantia da realização de direitos. É necessário registrar, inicialmente, que o esforço empreendido aqui visa mostrar como se deu a longo das duas últimas a evolução da noção do direito humano à alimentação, e os mecanismos de assegurar a sua promoção por meio da implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Neste primeiro momento, gostaríamos de estabelecer uma relação entre os grupos populares e os Direitos Humanos. Lançaremos mão aqui das contribuições oferecidas por alguns autores como Eric j. Hobsbwan, Istvan Mezáros e Boaventura de Sousa Santos.

Hobsbawan (2000) resgata a contribuição dos movimentos operários no desenvolvimento dos direitos humanos em virtude de ser uma característica própria dos grupos capazes de se preocupar com pessoas que têm necessidades de exigir direitos. O autor alerta ainda para o fato de que os direitos não são abstratos, universais e imutáveis. Nas suas palavras:

Eles existem nas mentes de homens e mulheres como partes de conjuntos especiais de convicções sobre

natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos dentro dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça. (Hobsbawn, 2000, p. 419).

Neste sentido, o movimento social produz um significado próprio à noção de justiça, construindo referências comuns sobre a natureza das suas práticas sociais frente à luta permanente para sobreviver às difíceis condições de vida e as relações do trabalho. Porém, ela não diz respeito apenas à percepção desenvolvida pela coletividade, perpassa à formação e atuação dos próprios indivíduos. Evocamos, aqui, a interpretação formulada sobre Mézarós, a respeito da formulação de um sentido aos direitos humanos:

Reconhecidamente, os direitos humanos – isto é, a categoria mais abrangente em que as relações jurídicas podem ser articuladas – dizem respeito a toda a humanidade. No entanto, a idéia de direitos humanos não teria sentido se não se aplicassem diretamente aos indivíduos. Os infratores dos direitos humanos são indivíduos ou grupos de indivíduos, e sua infração não afeta uma entidade coletiva impessoal, mas as condições de existência de indivíduos particulares, que incluem, em última análise, os próprios infratores. (Mézarós, 2008, p. 165)

Postas estas primeiras considerações, retomamos nossa reflexão: se alimentação é condição primeira para existência física do ser humano, assim como para todos os outros animais. Como é possível conferir a este ato um sentido cultural, social e político?

A consagração da alimentação como um direito deu-se a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948; sendo reconhecida pelos Estados a necessidade de medidas apropriadas para assegurar a consecução deste direito no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966. O conceito baseia-se em duas prerrogativas o direito de qualquer indivíduo estar livre da fome e a garantia de acesso físico e econômico a alimentos de qualidade, em quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

As concepções sobre os direitos humanos vêm se consolidando ao longo do tempo. Inicialmente foram consagrados os direitos humanos considerados de primeira geração associados aos direitos civis e políticos. Os direitos de segunda geração estão relacionados aos direitos econômicos, sociais e culturais. Estas duas gerações baseiam-se no princípio da titularidade individual, os primeiros foram criados com objetivo de diferenciar o Estado da Sociedade e respeitar e proteger as diferenças de cada um, que os torna únicos, mas ao mesmo tempo parte de um todo coeso. Demonstraremos, a seguir, no entanto, que é um conceito verificadamente relativo ao seu local e período de formulação. Para isso, faz-se oportuno relermos trecho da obra de Boaventura de Souza Santos:

O conceito de Direitos Humanos assenta num bem-conhecido conjunto de pressupostos, todos claramente ocidentais e facilmente distinguíveis de outras concepções de dignidade humana em outras culturas.

A marca ocidental liberal do discurso dominante dos Direitos Humanos pode ser facilmente identificada em muitos outros exemplos: na Declaração Universal de 1948, elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo de direitos individuais, com a única exceção do direito coletivo à autodeterminação; na prioridade concedida

aos direitos civis e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais; e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e, durante muitos anos, o único direito econômico. (Santos, 2009, p.)

A operacionalização deste conjunto de direitos está identificada em dois instrumentos: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (DCP) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC). Modernamente procura-se observar que a existência de uma conectividade entre estes, ensejando uma dimensão de complementaridade. Podemos citar, como exemplo, no caso referente ao direito à alimentação, que a não realização do direito ao acesso e permanência à terra levando à expulsão da população rural pode levar o indivíduo e seu grupo familiar à situação de insegurança alimentar.

Neste sentido, na experiência da Ação da Cidadania em São Paulo, considerando que esta não se ateve apenas à arrecadação e distribuição de alimentos para socorro emergencial das famílias, os comitês evidenciavam a busca por retomar a dimensão política da sociedade ao fortalecer novos espaços de comunicação entre os indivíduos. Na nossa interpretação, romper o silenciamento restitui a possibilidade da população exercer sua autonomia a partir do exercício da formulação de um pensamento crítico sobre o mundo em que viviam, e assim um agir coletivamente. A forte presença social conferida pelos comitês contribuiu propositivamente na formulação de políticas públicas, legitimando uma intervenção da Ação da Cidadania em favor da criação de espaços participativos de gestão, demandando transparência nas ações e nos resultados das iniciativas governamentais.

As discussões em torno do tema da segurança alimentar em nível nacional possibilitaram fomentar a criação em São Paulo, em 27 de outubro de 1993, de um Conselho em nível estadual para tratar de assuntos relacionados à alimentação e nutrição com a

participação de representantes da sociedade civil e do poder público. Para indicação dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada o Governo do Estado de São Paulo, à época, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, realizou uma consulta junto a diversas entidades sociais, entre elas a Ação da Cidadania, para levantamento e sugestões de nomes.

A vinculação do Conselho Estadual de Alimentação ao Gabinete do Governador do Estado de São Paulo respondia a um anseio da sociedade civil por entender que o tema deveria articular as políticas e ações desenvolvidas por diferentes Secretarias e órgãos da Administração Pública. As atribuições do Conselho consistiam em orientar e definir as políticas para assegurar produção e abastecimento, ações emergenciais e de suplementação alimentar, campanhas voltadas à educação e combate ao desperdício, e incentivar a participação e acompanhamento social por meio da implantação de órgãos colegiados congêneres em nível local, com representação da sociedade civil e do poder público.

Reproduzimos a seguir, na íntegra, o Decreto de criação do Conselho Estadual de Alimentação do Estado de São Paulo, descrevendo suas atribuições, forma de atuação e composição.

**DECRETO Nº 37.736, DE
27 DE OUTUBRO DE
1993.**

Cria o Conselho Estadual de Alimentação e dá providências correlatas.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da Exposição de Motivos do Secretário de Agricultura e Abastecimento,

Decreta,

Artigo 1º - Fica criado, junto ao Gabinete do Governador, o Conselho Estadual de Alimentação

Artigo 2º - Cabe ao Conselho Estadual de Alimentação definir e orientar:

I - ações de caráter institucional, visando a produção e organização do abastecimento alimentar;

II - campanhas de conscientização dos cidadãos para evitar o desperdício dos gêneros alimentícios, preservar suas qualidades nutricionais e corrigir hábitos alimentares;

III - programas de incentivo à produção e produtividade agrícolas, para melhorar a oferta e a qualidade de alimentos prontos à disposição da população;

IV - programas e campanhas de abastecimento e distribuição de alimentos;

V - ações emergenciais, no âmbito governamental e não-governamental, para suplementação alimentar da população carente;

VI - iniciativas de estímulo e apoio à criação de Conselhos Municipais, bem como de Comitês de Incentivo à produção e abastecimento alimentar, integrados pelas entidades representativas da sociedade civil.

Parágrafo Único - o Conselho Estadual de Alimentação tem ainda como atribuição acompanhar e avaliar os programas desenvolvidos em consonância com suas atribuições.

Artigo 3º - O Conselho Estadual de Alimentação, presidido pelo Governador do Estado, é integrado pelos seguintes membros:

I - 25 (vinte e cinco) representantes da sociedade civil convidados pelo Governador;

II - Secretário de Agricultura e Abastecimento;

III - Secretário da Saúde;

IV - Secretário da Educação;

V - Secretário da Criança, Família e Bem-Estar Social;

VI - Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania;

VII - Secretário de Planejamento e Gestão;

VIII - Secretário da Fazenda;

IX - Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;

X - Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP;

XI - Presidente do Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo;

XII - Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A.;

XIII - Presidente da Nossa Caixa - Nosso Banco S.A.;

Artigo 4º - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porém, consideradas de serviço público relevante.

Artigo 5º - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento prestará apoio técnico e administrativo ao Conselho Estadual de Alimentação.

Artigo 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de outubro de 1993.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO
Roberto Rodrigues
Secretário de Agricultura e Abastecimento
Roberto Müller Filho
Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
Carlos Estevam Aldo Martins
Secretário da Educação
Eduardo Maia de Castro Ferraz
Secretário da Fazenda Antonio de Souza Correa Meyer
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania Rosmary Correa
Secretária da Criança, Família e Bem-Estar Social Ernesto Lozardo
Secretário de Planejamento e Gestão Cármino Antonio de Souza
Secretário da Saúde Cláudio Ferraz de Alvarenga
Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo aos 27 de outubro de 1993.

D.O.E. Seq. I, São Paulo, 103 (202), quinta-feira, 28 out. 1993 - 7

No município de São Paulo, no entanto, a participação da população na formulação e fiscalização das políticas de segurança alimentar só ocorreu efetivamente com a realização da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, em 09 de dezembro de 2001. Neste encontro, entre as suas deliberações, foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN - homologado através do decreto municipal nº 42.862/03 da Prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores.

A Ação da Cidadania jogou peso político importante no movimento tendo participado ativamente das articulações junto ao governo e as organizações sociais, contribuindo para a formatação de um arranjo institucional necessário para implantação deste mecanismo de controle social. Em consequência, a Ação da Cidadania tornou-se membro deste Conselho desde a sua criação, sendo seu representante eleito durante processo de votação realizado entre os delegados da sociedade civil, participantes das três Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo.

Com base na entrevistas realizadas, percebemos progressivamente que as ações desenvolvidas pelos comitês contra a fome e a miséria assumindo novos contornos em favor de políticas públicas capazes de incidir nas causas destes fenômenos, responsabilizando os governos pela adoção das medidas necessárias para garantir a realização do direito humano à alimentação, por meio da implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Havia, no entanto, um conceito em formação e, conseqüentemente, em disputa. O trecho a seguir extraído do depoimento de Gilson Negão, da Associação Fala Negão, revela as dificuldades enfrentadas ao abordar o tema nas atividades de reflexão e planejamento das ações junto aos os grupos de base. Nas suas palavras:

Nossa missão na Ação da Cidadania sempre foi discutir com as pessoas, debater, discutir essa questão da miséria na periferia, a questão da fome, o que é a segurança alimentar. É um tema importante porque quando se falava em segurança naquela época todo mundo entendia segurança como a segurança pública, do patrimônio, a segurança da pessoa. (Gilson Negão)

De fato, o conceito segurança alimentar que fora utilizado inicialmente no campo militar, em época de guerra, para se referir ao estoque alimentar necessário para atender seu contingente populacional durante este período, visto em uma perspectiva associada à segurança nacional quando da construção de estratégias para manter a produção e abastecimento de determinado país, evitando sua possível vulnerabilidade frente às decisões políticas, econômicas e militares externas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o conceito assumiu novos contornos abrangendo questões relativas à produção e manutenção de estoques para atendimento da crescente demanda mundial, e também dos problemas relativos ao acesso da população a alimentos em quantidade adequada.

Flávio Valente aponta que “as primeiras referências ao conceito de segurança alimentar no Brasil, em nível documental, surgem no Ministério da Agricultura, no final de 1985, em meio ao crescimento da mobilização da sociedade. Àquela época foi elaborada uma proposta de 'Política Nacional de Segurança Alimentar' para atender às necessidades da população e atingir a auto-suficiência nacional na produção de alimentos, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar dirigido pelo Presidente da República e composto por ministros de Estado e da sociedade civil. (Valente, 2002, p. 45).

Outro acontecimento de notória relevância para a consolidação do conceito e ampliação do debate sobre as políticas relacionadas à área no país, foi a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. A efetiva participação de pesquisadores, técnicos e setores da sociedade civil organizada renderam contribuições ousadas para aquele contexto histórico, entre elas destacamos, a proposta de criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, bem como de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Embora tenhamos constatado avanços significativos na formulação de idéias e sentidos referentes ao tema segurança alimentar e nutricional, os depoimentos coletados ao longo desta pesquisa, mostram percepções diferenciadas da população atendidas pelos comitês da Ação da Cidadania na zona leste da cidade de São Paulo. Vejamos, a seguir:

(...) A maioria se apropriou mais do conceito político do que nutricional. Mais do direito a se alimentar do que como se alimentar direito, acho que isto é evidente. Pouquíssimas pessoas conseguiram fazer esta síntese. Do Direito ao alimento a se alimentar direito. (Tarcísio Faria)

(...) Eu passo para as pessoas. Eu ensino, faço as minhas reuniões. Mas tem gente que fala para mim: - Eu não tenho nem tempo de ver isso. Vocês aproveitam os talos, por exemplo, os talos dos legumes, os talos das verduras, o talo não sei do que? - Ah, eu aproveito quando dá tempo. (...) Está difícil, é difícil, mas a gente consegue absorver algumas pessoas, algumas famílias. Eu acho que dessas aí, vamos supor de 100 você consegue fazer se entender por 20. Eu acho que já é uma vitória. Então eu consigo passar sim, nós conseguimos nas reuniões, porque eu não faço as reuniões sozinha. A gente consegue passar alguma coisa sobre segurança alimentar, dá para conseguir passar sim. Não sei se exercem dentro das suas casas no seu dia-a-dia, mas aqui parece que as pessoas aceitam bem, não sei. Nas suas casas não sei como funciona isso daí. (Rosana Batista)

Podemos analisar, que na opinião destas lideranças ainda se faz uma distinção entre as dimensões relativas ao acesso a

alimentos e à qualidade nutricional – de como e com o que se alimentar. Podemos perceber uma maior compreensão entre as pessoas integrantes do movimento sobre a necessidade de uma alimentação saudável, porém esta ainda é vista como atividade destituída de uma dimensão política, que implicaria um comprometimento do Estado e da sociedade para assegurar este direito.

Rosana Batista relata em seu depoimento a maneira como começou a desenvolver ações voltadas ao combate à fome na sua comunidade, porém nos mostra os limites destas práticas tão comuns em todo o país. A partir de seu próprio questionamento sobre o alcance transformador da sua prática, busca empreender novas atitudes.

Você passa as madrugadas no CEAGESP pegando resto de frutas lá, os restos de alimentos, essa coisa toda, e você chega de manhã, quando as famílias vão fazendo aquela fila 'quilométrica' com sacola, com carrinho de feira. Enchia o carrinho, dava cinco reais e iam embora. Eu acho que isso aí não é trabalho social, porque para eu conseguir isso eu vou na feira e consigo. Eu achei que tinha que fazer alguma coisa diferenciada. (Rosana Batista)

Entretanto, a decisão assumida de maneira individual não possibilitou construir no coletivo atendido pela organização uma reflexão crítica sobre a situação vivida por aquela comunidade, e a possibilidade de assumir uma intervenção que buscasse pressionar as autoridades públicas para a criação de medidas necessárias a atender àquelas famílias. Mais ainda, contraditoriamente, hoje a entidade é cadastrada em um programa de distribuição de leite da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, do Governo do Estado de São Paulo.

Com a eleição do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 vimos inaugurar um novo marco na implantação de políticas de combate à fome e à miséria. Uma das suas primeiras iniciativas foi a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), dirigido por José Graziano da Silva, e a instituição de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional composto por representantes da Sociedade Civil e do poder público. Os dois órgãos vinculados à presidência da República.

Num primeiro momento, a avaliação feita por diferentes segmentos era que a vinculação do tema à uma único ministério não possibilitaria a articulação das políticas, programas e ações de governo desenvolvidos por outros ministérios, havendo assim uma hierarquização política entre as áreas. Optou-se assim por uma nova reestruturação vinculando às políticas de assistência social àquelas de combate à fome, criando o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que teria na sua estrutura institucional uma Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN,

Enquanto isso, o Programa Fome Zero passou a integrar diferentes ações, inclusive aquelas mantidas pela sociedade civil, buscando promover uma grande sensibilização da sociedade. À frente estava Frei Beto, organizando as entidades da sociedade civil, e também o empresário Oded Grawej, responsável em manter estreito diálogo com a iniciativa privada – este último permaneceu pouco tempo na instituição. Desta forma, uma das principais estratégias do governo foi retomar o trabalho de mobilização social que marcou fortemente a década de 1990 com iniciativas realizadas em todo o Brasil. Apesar de se espelhar no modelo organizacional desenvolvido pela Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, amplamente citado em documentos oficiais do Programa, a opção governamental foi financiar um grande aparato indutor deste processo criando alguns mecanismos, por exemplo, a oficina - , Comitês Gestores do Fome

Zero. Esta decisão do governo federal, entretanto, impactou significativamente na percepção de alguns militantes que passaram a criticar o programa em virtude deste viés .

No início da implantação do Programa, em dezembro de 2003, já haviam sido instalados comitês gestores em 2.132⁶⁵ municípios, nas regiões Norte e Nordeste, e também nas regiões dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). Segundo José Giacomo Baccarin (2004) outros 354 comitês seriam montados naquele período nos municípios da região Nordeste com mais de 75 mil habitantes.

Os comitês gestores do Fome Zero foram criados como instâncias de participação social com a finalidade de contribuir para identificação das famílias inscritas no Cadastro Único - sistema construído na gestão de FHC – que seriam contempladas pelo Programa Cartão Alimentação; realizar acompanhamento nutricional das famílias atendidas; levantar e consolidar informações que permitissem subsidiar a avaliação dos programas executados, promover a articulação das políticas setoriais desenvolvidas no município por diferentes órgãos públicos e também pela própria sociedade civil.

Embora as ações dos comitês da Ação da Cidadania tivessem perdido força ao longo da gestão de FHC, muitos estados ainda realizavam projetos, adotando novas estratégias de gestão e desenvolvendo mecanismos de captação de recursos baseados na maior parte das vezes em diretrizes para a formulação de projetos sociais oriundos de redes sociais, fóruns, ligados às práticas do emergente Terceiro Setor.

No governo do presidente Lula a necessidade de uma política integrada de combate à fome ganhou novamente o espaço público.

⁶⁵ Segundo informações de José Giacomo Baccarin, disponibilizadas no artigo Segurança Alimentar um desafio para as administrações municipais in ROCHA. Marlene da (org). Segurança Alimentar Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

Foram produzidos muitos materiais de comunicação e divulgação do Programa Fome Zero, para isso o governo utilizou-se de cuidadosas estratégias de marketing desenhadas e executadas pelo publicitário Duda Mendonça, também responsável pela realização da Campanha eleitoral de Lula. Foram realizadas ainda muitas campanhas para arrecadação e distribuição de alimentos – especialmente voltadas a atender as regiões norte e nordeste do país - e eventos para tratar do tema segurança alimentar e nutricional com gestores públicos, sociedade civil e pesquisadores.

Para viabilizar as ações do programa foram criadas duas contas correntes no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com objetivo de receber doações de pessoas físicas e jurídicas. Este novo mecanismo de captação de recursos privados, baseado na ampla comoção que o tema promovia, possibilitaria na visão do governo custear algumas despesas de ações públicas não apenas voltadas à distribuição de alimentos, mas também dos diferentes benefícios (bolsas) de assistência social que integravam o Bolsa Família (Cartão alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) voltados às pessoas com deficiência e idosos.

No entanto, na análise do economista Marcelo Neri (2004) esta estratégia trouxe dois grandes questionamentos: uma preocupação quanto à sustentabilidade financeira desta política, demandando do governo uma definição clara sobre os valores orçamentários que serão destinados para estes projetos sociais de maneira que possibilite à população o acompanhamento e monitoramento dos gastos públicos. E também , uma grande incerteza quanto ao caráter emancipatório em virtude de maior institucionalização das contribuições privadas ao poder público, reorientando o destino das doações que anteriormente eram realizadas para organizações não-governamentais.

Nesta conjuntura, a Ação da Cidadania em São Paulo passou a vivenciar duas situações distintas, por um lado, uma associação

por grande parcela da população ao programa público federal recém criado, e por outro, a perda de notoriedade política em razão de sua baixa capacidade de formulação de um posicionamento crítico às políticas do Governo, uma vez que muitos aliados e colaboradores passaram a ocupar cargos na administração pública, ou mesmo, em instâncias de participação e controle social mantendo um estreito comprometimento público com o governo.

A concorrência involuntária do Fome Zero e a crise econômica reduziram a arrecadação de alimentos para a campanha Natal Sem Fome, promovida há 10 anos pela Ação da Cidadania, ONG criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho [1935-1997]. Segundo Maurício Andrade, coordenador da Ação da Cidadania, a campanha recolheu até a semana passada apenas 15% do total obtido no mesmo período de 2002. "O que aconteceu é que os empresários estão doando menos. Acreditamos que isso se deve ao marketing em torno do Fome Zero. Muitos dos nossos parceiros acham que o Estado já está conseguindo resolver o problema da fome e estão doando menos. Queremos fazer um alerta e chamá-los a cumprir com a sua responsabilidade social", afirmou.⁶⁶

Além disso, percebeu-se neste período um aumento das parcerias entre organizações não-governamentais (ONGs) e o governo federal voltadas à realização de projetos sociais financiados por meio de repasses feitos por órgãos da administração direta ou por empresas públicas - notadamente a

⁶⁶ Folha de São Paulo, 07 de dezembro de 2003. Brasil

Petrobras⁶⁷. Os projetos concentram-se nas áreas de promoção à mobilização social, assim como geraram trabalho e renda, formação, organização e desenvolvimento comunitário. Um exemplo emblemático foi a contratação do Instituto Paulo Freire – IPF – para a realização das atividades de mobilização e promoção da segurança alimentar e nutricional, o TALHER - Equipe de Capacitação para a Educação Cidadã, que culminou na criação da Rede de Educação Cidadã – RECID.

Por outro lado, o governo estimulou naquele período a criação de uma organização sem fins lucrativos para fortalecer a capilarização dos objetivos do programa, trata-se da ONG *Apoio Fome Zero*, auto-denominada como “uma aliança de empresas e empresários” com vistas ao desenvolvimento social sustentável.⁶⁸ Após 18 meses de operação, o nome da entidade foi alterado para Ação Fome Zero, e voltou suas atividades às questões relativas à alimentação escolar. A prática do governo em utilizar sua força mobilizadora e prestígio, no entanto não foi novidade. Na gestão anterior, a Doutora Ruth Cardoso, à frente do Programa Comunidade Solidária, contribuiu para a implantação de organizações para servirem de ferramentas para captação de recursos públicos e privados, e assim, conseguir operacionalizar com mais facilidade algumas metas e ações do programa de governo, uma vez que estas dispensariam os tramites legais e burocráticos próprios do poder público. Baseados no argumento da necessidade de manter a parceria com setores da sociedade civil e a iniciativa privada, foram criadas as instituições Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Artesanato Solidário, que contaram com apoio financeiro de bancos, indústrias de diferentes

⁶⁷ Entre as iniciativas de apoio à projetos sociais, foi lançado o Programa Petrobras Fome Zero.

⁶⁸ [Http://www.acaofomezero.org.br](http://www.acaofomezero.org.br). Acesso em 04 de out. de 2009.

segmentos, e empresas na área de energia, telecomunicações e serviços⁶⁹.

Com tudo isso, foi se evidenciando um enfraquecimento da Ação da Cidadania como pólo agregador e articulador de forças sociais em defesa do direito humano à Alimentação. A Ação da Cidadania foi se tornando progressivamente uma entidade social vinculada a um movimento mais amplo em prol da implantação de políticas específicas na área da segurança alimentar e nutricional, que articula organizações e movimentos sociais, militantes, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa em todo o país. É necessário registrar, contudo, que esta situação já vinha se delineando desde 1998 quando foi criado em nível nacional o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN, num claro desejo fortalecimento da sociedade civil frente às ações de FHC e manter este tema na agenda política brasileira.

Este fórum foi criado com o objetivo de incentivar a criação em nível estadual de espaços de participação e controle social das políticas públicas, fomentando a adoção de ações na área de segurança alimentar e nutricional, por exemplo, com a implantação de Conselhos e Fóruns estaduais de segurança alimentar e nutricional.

Além desses espaços de participação social, a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado por meio de Decreto em 30 de Janeiro de 2003, estabeleceu uma nova relação entre a sociedade civil e poder público. O CONSEA passou a assumir papel protagonista na formulação de diretrizes para a política nacional de segurança alimentar e a mobilização da sociedade. Este órgão cumpriu ainda outra significativa contribuição a de fomentar a instalação em nível local de conselhos congêneres, visto que esta era uma das condições para desenvolvimento das ações do programa Fome Zero nos estados e municípios.

⁶⁹ [Http://www.alfabetizacaosolidaria.org.br](http://www.alfabetizacaosolidaria.org.br). Acesso em 04 de out. de 2009.

Outro espaço de participação e envolvimento da sociedade diz respeito à realização da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda, Pernambuco, após exatos dez anos. O encontro aconteceu em meio a uma profunda euforia e entusiasmo de lideranças sociais, militantes e profissionais que atuam na área, gestores públicos e especialistas do Brasil e do exterior – que encheram o Teatro Guararapes depois de um longo processo de preparação com discussões e levantamento de propostas nas etapas municipais e/ou regionais e estaduais.

O pronunciamento do presidente Lula ao expor as motivações para a criação de uma política de combate à fome no âmbito da segurança alimentar e nutricional, ressaltou as principais causas deste fenômeno brasileiro e retomou a influência marcante de Josué de Castro neste tema. Observamos no trecho a seguir suas considerações:

E a nós, foi dado o gostoso desafio de enfrentar todas as dificuldades e provar que nós temos competência para fazer as mudanças que, quem sabe, Josué de Castro tanto queria que acontecesse há mais de 50 ou 60 anos. Mais fácil ainda, porque o problema da fome no Brasil – diferentemente da fome de outros países que não produzem os alimentos per capita, para sua população consumir – nós produzimos alimentos suficientes para contemplar a nossa população com as calorias e com as proteínas necessárias.

O nosso problema é outro. Uma grande parcela da sociedade não tem renda para comprar alimentos e, portanto, não tem acesso.⁷⁰

⁷⁰ BRASIL. Presidência da República. Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 17 de março de 2004, na abertura da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Olinda, PE.

Na ocasião, o Presidente anunciou ainda o empenho do governo em conceder *in memoriam* anistia política a Josué de Castro, patrono do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e daquela Conferência. Com o vigor das políticas, programas e ações na área da alimentação e nutrição em curso, as obras e contribuições de Josué de Castro voltam a ser valorizadas, rompendo um longo e profundo período de silenciamento.

Identificamos as propostas e idéias de Josué de Castro, sobremaneira, nos princípios orientadores do Programa Fome Zero. José Graziano, coordenador executivo do Instituto da Cidadania, responsável pela elaboração do projeto, assim o definiu:

O programa reconhece que alcançar de fato a segurança alimentar no Brasil exige um modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país com geração de empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo – que funciona como uma espécie de 'farol' para as rendas desses segmentos mais pobres da população (Silva, 2004, p. 45)

Os dados inéditos produzidos pelo levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, traçam o quadro a insegurança alimentar no país. Utilizando metodologia adequada para este tipo de estudo possibilitou fazer um recorte cruzando informações sobre o número de beneficiário dos programas de transferência de renda e domicílios conforme a garantia da segurança alimentar. Podemos observar distribuição maior dos recursos públicos voltados às regiões Norte e Nordeste do país,

que concentram os índices mais elevados de prevalência da insegurança alimentar moderada ou grave.

**Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares
e número de domicílios, por situação de segurança alimentar e recebimento
de dinheiro de programa social do governo no mês de referência,
segundo as Grandes Regiões - 2004**

Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares e número de domicílios							
	Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar leve		Com insegurança alimentar moderada		Com insegurança alimentar grave	
	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia
Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares (%)								
Brasil	71,2	34,0	14,3	25,1	9,7	26,0	4,8	14,9
Norte	59,6	27,0	16,6	25,9	14,6	28,1	9,1	19,0
Nordeste	55,6	27,4	17,6	23,5	17,2	30,7	9,5	18,4
Sudeste	75,9	41,8	13,6	28,4	7,3	20,0	3,2	9,8
Sul	80,3	47,7	11,1	24,5	5,8	18,7	2,8	9,1
Centro-Oeste	72,8	45,2	14,6	26,0	8,7	19,2	3,9	9,6
Número de domicílios particulares								
Brasil	30 823 280	2 737 578	6 175 345	2 020 313	4 182 543	2 098 331	2 094 720	1 201 485
Norte	1 735 496	175 268	483 957	167 557	424 763	181 998	264 376	123 278
Nordeste	4 890 276	1 148 702	1 550 385	986 311	1 514 847	1 288 096	838 276	769 779
Sudeste	16 030 857	764 275	2 866 927	518 541	1 544 495	365 899	665 388	178 833
Sul	5 835 279	412 335	807 132	211 513	419 824	161 703	202 105	79 040
Centro-Oeste	2 331 372	236 998	466 944	136 391	278 614	100 635	124 575	50 555

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

E mais uma vez, nos colocamos diante do dilema do desenvolvimento brasileiro. Como garantir a integração das políticas de caráter emergenciais àquelas estruturantes? Qual papel as camadas populares assumem na conquista da emancipação social na perspectiva da superação da miséria e dos processos de exclusão?

Um dos aspectos imprescindíveis para responder a estas questões reside na garantia da alimentação como direito individual e coletivo, que promove o acesso a outros direitos, mas sobremaneira confere a cada pessoa a sua dignidade. Neste sentido, a aprovação da Lei 11.346, de 15 setembro de 2006,

conhecida como LOSAN – Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), objetivo perseguido por diferentes segmentos da sociedade civil e de profissionais, traz uma grande conquista ao povo brasileiro.

A promulgação desta Lei representa quatros grandes avanços: *primeiro* ela estabelece como princípio o compromisso do Estado Brasileiro em assegurar o respeito, garantia e promoção do direito humano à alimentação. Desta forma, o poder público fica obrigado a implantar políticas e ações que garantam a segurança alimentar e nutricional, tendo como princípio a soberania alimentar do país. Reproduzimos abaixo artigo atinente a esta questão:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Com este diploma legal, tornaram-se mais claras as possibilidades dos diferentes atores políticos e sociais adotarem as medidas necessárias para exigibilidade deste direito. Como já apontamos anteriormente, os direitos humanos caracterizam-se por sua dimensão concreta, devendo ser de responsabilidade do Estado garanti-los e protegê-los. Relacionamos abaixo algumas formas de violações do direito humano à alimentação,⁷¹ em virtude de iniciativas que: sem a criação de mecanismos alternativos

⁷¹ Extraído do livro organizado por Flavio Luiz Schieck Valente sobre o Direito Humano à Alimentação.

- Provoquem ou facilitem a expulsão de pequenos produtores familiares da terra onde produzem seu sustento;
- Prejudiquem a produção nacional de alimentos mediante a importação de produtos a preços abaixo do custo de produção;
- Reduzam a produção agrícola nacional;
- Gerem desemprego;
- Eliminam a possibilidade de sobrevivência de milhares de pescadores artesanais e familiares;
- Extingam programas sociais e/ou alimentares dirigidos a populações e/ou grupos vulneráveis.

O *segundo* avanço observado, refere-se ao reconhecimento dos mecanismos de participação e controle social, a saber o Conselho Municipal de Segurança Alimentar – CONSEA, órgão de caráter consultivo vinculado à Presidência da República, e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com previsão de realização periódica com prazo com superior a 4 anos com objetivo de avaliar e definir as diretrizes da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O *terceiro* avanço diz respeito à efetivação de um instrumento no âmbito do governo com objetivo de articular as políticas afetas à área. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional visava assim garantir uma perspectiva mais duradoura às iniciativas já em execução promovendo a racionalização dos recursos públicos e evitando a sobreposição de programas e ações, bem como uma maior efetividade da relação entre orçamento e gestão.

Por último, o *quarto* avanço registrado apontou para a construção de um novo arranjo institucional que busca facilitar a interlocução entre os entes federados-União, Estados e Municípios-, e também com organizações e movimentos da sociedade civil e da iniciativa privada que poderão aderir ao

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fortalecendo a descentralização das ações e a mobilização social. Neste momento, no entanto, aguarda-se ainda a regulamentação do funcionamento do sistema neste novo regime de colaboração.

A história deste tempo imediato revela-nos um processo em defesa de um direito humano fundamental, mostrando tensões e conflitos entre projetos políticos e de sociedade que colocam em cena percepções cambiantes sobre as noções e o sentidos da emancipação social do povo brasileiro.

Considerações Finais

A questão da fome é introduzida na agenda do desenvolvimento do país a partir das contribuições de Josué de Castro. O autor constrói uma nova abordagem para analisar o tema, caracterizando as causas e consequência deste fenômeno em cada parte do território brasileiro. Expõe de forma rigorosa a existência de um grave problema da sociedade que era escondido pelas elites dominantes, em suas próprias palavras, proibido.

Relaciona a base do problema em nível internacional em virtude do “subdesenvolvimento” das nações pobres, um processo de desenvolvimento imperfeito, que com medidas políticas e econômicas poderiam ser garantidas as condições para que as pessoas em todo o mundo pudesse sobreviver dignamente. Entre os principais temas de sua formulação está a defesa da reforma agrária e a orientação de uma política eficaz de produção e abastecimento que garanta o atendimento das populações apontando para uma maior integração entre o mundo rural e a cidade.

Apesar de mostrar os possíveis confrontos, até mesmo a existência de guerras, decorrentes de uma cisão entre pobres e ricos, não explicita em suas elaborações os conflitos eminentes do interesse de classes antagônicas. Em sua análise sobre o surgimento e atuação das Ligas Camponesas, no Engenho Galiléia, em Pernambuco, revela que inicialmente o movimento foi criado com objetivo principal de garantir a assistência funeral aos camponeses daquela localidade, e em segundo plano buscar melhores condições de trabalho e apoio do governo para a produção. No entanto, o autor afirma, que foi a partir da tentativa dos senhores de engenho em fechar a Liga que se iniciou um processo de conscientização dos camponeses sobre a situação de opressão vivida.

Este registro nos serve de pista para buscar compreender as possibilidades históricas de transformação e emancipação social que animam a atuação de diferentes agentes históricos na luta contra a fome e a miséria, e por melhores condições de vida. Na história de nosso país, vimos irromper movimentos com esta natureza.

Pudemos analisar que uma dessas ações teve espaço em São Paulo tratava-se do movimento contra a carestia, que reuniu trabalhadores, lideranças sociais e comunitárias, intelectuais, bem como setores progressistas da Igreja Católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base – CEB e agentes pastorais, notadamente inspirados pelos preceitos da Teologia da Libertação.

O movimento contra a carestia representou uma grande mobilização para lutar contra o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, o arrocho salarial e o endurecimento da repressão do Estado à organização e participação da população na vida política do país. O Movimento conseguiu uma grande repercussão, tendo sido realizados manifestações unificando diferentes setores sociais.

Pudemos analisar que a retomada dos espaços públicos para cobrança destes direitos fundamentais – alimentação, moradia, saúde e qualidade vida, emprego - representou um importante avanço para arregimentar forças políticas e sociais necessárias para lutar contra a ditadura e a política econômica que produzia a exclusão e a desigualdade social.

O acirramento dos conflitos e da violência no campo e na cidadania, o aumento do desemprego, criaram uma conjuntura que favoreceu a articulação de amplos setores sociais, mobilizando-os para abertura política, resultando no movimento pelas “Diretas Já”. O fracasso do governo do presidente Fernando Collor, culminando no *impeachment* do primeiro presidente eleito democraticamente depois de longos anos de período de Ditadura, criou um ambiente no país para a retomada do enfrentamento à

fome e à miséria tendo agora como principal objeto de agregação uma profunda comoção pela “ética na política”.

O movimento nacional articulado por Hebert de Souza, o Betinho, recolocou a questão do combate à miséria, inserido a fome na agenda política nacional, evocando a participação de cada indivíduo como fundamental no processo de transformação social. Para isso, foi organizada uma ampla campanha em nível nacional contra a fome. Como pudemos constatar, esta abordagem encontra consonância aos temas defendidos na produção de Josué de Castro, nas décadas de 1940 e 1950. Porém, não encontramos nas fontes consultadas referências à este pensamento desenvolvido naquele período histórico, assim como às experiências e formas de resistência e combate à fome e a miséria levadas a cabo pelas camadas populares.

Embora o movimento tenha possibilitado a entrada de pessoas comuns na cena política, ou seja, trabalhadores, donas de casa, estudantes, religiosos passaram a participar ativamente dos comitês e atividades promovidas, especialmente aquelas voltadas para a arrecadação e distribuição de alimentos, geração de trabalho e renda, a idéia de cidadania não foi de fato resignificada, possibilitando uma efetiva apropriação por estes sujeitos.

Analisamos que no processo de parceria entre a Ação da Cidadania e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, criado no governo do presidente Itamar Franco, e ao longo de todo processo da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

Com a vitória do Presidente Fernando Henrique Cardoso vimos um recrudescimento da participação social, e a temática do combate à fome na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional perdeu espaço. A criação do Programa Comunidade Solidária inicia uma nova etapa na gestão de programas sociais, que passaram a ser desenvolvido à lógica da maximização dos resultados e minimização dos gastos, buscando assim maior eficiência para Estado. Neste período, observamos

também a consolidação de um modelo de gestão feito por meio das parcerias entre o setor público e privado, especialmente, as organizações sociais sem fins de lucro. Vimos o fortalecimento do Terceiro Setor, financiado sobremaneira pelas grandes empresas que passaram a dedicar recursos às áreas destinadas à relação com a comunidade, colaboradores e fornecedores, a chamada “responsabilidade social”.

A luta contra fome e a miséria ganhou destaque no projeto político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antigas bandeiras defendidas pela sociedade civil são retomadas, revelando o compromisso histórico do governo, com a implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional a partir da articulação de diferentes ações do poder público no Programa Fome Zero e o programa de transferência de renda Bolsa Família. A aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que institui um sistema com a finalidade de garantir a alimentação como um direito de todos os cidadãos.

Neste novo marco legal, fruto de amplo debate entre o poder público e a sociedade, conquistou-se mecanismos para fortalecer o diálogo social em torno da defesa do direito humano à alimentação. Entretanto, analisamos de forma retrospectiva que muitas iniciativas voltadas à mobilização e participação social passaram a ser induzidas pelo próprio governo, e seus aliados, criando um espaço tênue de reivindicação e controle social – premissas básicas para o efetivo exercício da autonomia e emancipação social.

A documentação que organizamos fornece informações que nos permitiram analisar as transformações ocorridas neste período e a participação dos diferentes agentes históricos. É necessário destacar contudo que foi fundamental a produção no âmbito desta pesquisa de fontes orais com vistas ao registro de testemunhos fornecidos por lideranças sociais e comunitárias que estavam envolvidos no movimento na zona leste da cidade, pois este material forneceu subsídios a fim de preencher lacunas existentes

que dificultavam apreender a realidade a partir do campo de atuação política destes agentes. Acreditamos assim que a construção de uma nova narrativa permite-nos rememorar aqueles acontecimentos, projetando uma visão crítica e histórica sobre o momento presente.

ANEXO I

Carta de Cessão de Direitos

Prezado Senhor

André Luzzi de Campos

Eu, _____, casado, RG.: _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, sem ônus, gravada por André Luzzi de Campos coletada no âmbito da pesquisa de Mestrado em História Social, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo que terceiros a ouçam e usem citações dela, ficando vinculado o controle à instituição, que tem sua guarda.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

São Paulo, XX de janeiro de 2009

Nome:

Referência Bibliográfica

Fontes Impressas

Ata de Reunião realizada em 29 de dez. 1993, Brasília. Movimento pela Ética na Política / Ação da Cidadania. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

Informe de Atividades período de maio a dezembro de 1993. Secretaria Nacional da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 5a Tribuna Popular, Campanha Contra a Fome.

FÓRUM PAULISTA DE ONGs. Uma avaliação da Ação da Cidadania em 1993, s/d. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

Questionário para os comitês estaduais. Fórum Nacional da Ação da Cidadania. (Fome, trabalho e terra) S/D. (mimeo). Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo

Pesquisa Mapeando a Solidariedade. Ação da Cidadania São Paulo. São Paulo, outubro e novembro de 1995;

Relatório de Atividades 1995. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo.

Relatório Final da Conferência Estadual de Segurança Alimentar, São Paulo, 1994. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

Relatório Final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – p. 152, 1994. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

Relatório de participações e realizações da Ação da Cidadania São Paulo Biênio 1997/1998. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo;

Relatório da Ação da Cidadania São Paulo S/C, 1997. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo

Relatório Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal, 1993-1996. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo

Relatório Projeto de Capacitação de Multiplicadores de Planejamento Estratégico (Parceria Instituto Credicard) julho a setembro de 2000. Arquivo da Ação da Cidadania Comitê Estadual São Paulo

Materiais de Formação:

Cartilha para a ajudar a formar comitês. Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. S/d.

Cartilha Voto Cidadão, Fórum Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome, a miséria e pela vida, 1996;

Cartilha Voto Cidadão, Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, 1998.

Cartilha Voto Ético, Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, 2002

Cartilha Voto Ético contra a Corrupção, Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, 2004

Jornais:

Boletim E agora?. FASE-SP, CPV, SOF e POLIS, n.8, outubro de 1993.

Jornal Fome de Quê. Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida

FIBE, Cristina. Campanha “Natal Sem Fome” acaba após 13 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de maio de 2006. Caderno Brasil;

Folha de São Paulo, 07 de dezembro de 2003. Brasil

Bibliografia:

AÇÃO PELA CIDADANIA. *Yanomami: a todos os povos da terra*. São Paulo. 1990.

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História* em PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BOSI. Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: SÃO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (orgs.) *A cidadania negada - políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferente, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

DAGNINO, Evelina (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*, Rio de Janeiro: Antares, 10. ed, 1987 (1. ed, 1946).

_____. *O Livro negro da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966

Moniot, Henri. A história dos povos sem história em LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novo problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano, GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Org.). Josué de Castro: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANCO. Augusto de. *Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: Um novo começo*. Brasília, 21 de março de 1997 (mimeo).

_____. Augusto. *Retomando o espírito original da Ação da Cidadania*. Brasília, Abril de 1995 (mimeo).

GOHN, Maria da Gloria. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São

- Paulo: Edições Loyola, 2008
- HOBSBAWAN, Eric. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.
- IANNI, Octavio. *A era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- Jornal Fome de Quê?. São Paulo, 10.1996. Editorial, p.2.
- JUNQUEIRA, Antônio Hélio, Peetz, Marcia da Silva e Mandelli,. Cacilda Sueli: *A Miséria e a Fome no Estado de São Paulo*. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Abastecimento, Fevereiro, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura, 1983.
- Le GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.
- MARSON, Adalberto. Lugar e Identidade na Historiografia de Movimentos Sociais. In: *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MELLO, João Manuel Cardoso. NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PANDOLFI, Dulce; HEYMANN, Luciana. *Um abraço Betinho*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Direta Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Carla. Betinho: Sertanejo, Mineiro, Brasileiro. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

ROCHA, Marlene da (Org.). Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

REBOUÇAS, Nadia. Comunicação para transformação. In Conversas com Betinho. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n.28, p.86-91, ago/set 2005.

SANTIAGO, Vandeck. Josué de Castro: o gênio silenciado. Recife: Edições Bagaço, 2008

SANTOS. Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal do Planejamento. Série Manuais, *Comer mais, gastando menos*. 1985.

SOARES, Luiz Eduardo. A “Campanha contra a fome” como experimento radical. In: ABONG. *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo, 1998.

TELLES, Vera. A “nova questão social” brasileira in A que ponto chegamos: balanço do governo fhcardoso e perspectivas da oposição. Praga Estudos Marxistas. São Paulo, n.6, p.107-116, set. 1998.

THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A, 1974.

TREBITSCH, Michel. *L’Histoire contemporaine: quelques notes sur une histoire énigmatique*. In. COLLOQUE D’HISTOIRE AU PRÉSENT. Périodes: la construction du temps historiques: actes. Paris: EHESS: Histoire au Présent, 1991

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. *Direito Humano à Alimentação - desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

Pesquisa Eletrônica

Http://www.alfabetizacaosolidaria.org.br. Acesso em 04 de out. de 2009

1Http://www.acaofozero.org.br. Acesso em 04 de out. de 2009.

Http://www.codeagro.sp.gov.br. Acesso em 28 de set. de 2009.

www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 04 de out. de 2009.